



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV - Nº 75

QUARTA-FEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A
COMISSÃO MISTA, A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 247, DE 17 DE
OUTUBRO DE 1990

Que "concede antecipação de reajuste salarial aos servidores civis e militares do Poder Executivo, na administração direta, nas autarquias, inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos territórios".

Congressistas	Emendas nºs
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame ..	2
Deputada Irma Passoni.....	1, 3, 4, 5, 6

EMENDA

Nº 1

Deputada Irma Passoni

Suprima-se no art. 1º a seguinte expressão:

... "a título de antecipação". . . e, por conseguinte, o parágrafo único do art. 1º

Justificação

A emenda se justifica, pois os vencimentos dos servidores estão tão achatados que, se pensar em descontar este pequeno reajuste mais tarde, é quase um crime com o servidor.

Nº 2

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

EMENDA ADITIVA

"Fica revogado o anexo XVIII do art. 2º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, incluindo-se as categorias funcionais nele mencionadas, no anexo I da mesma lei."

Justificação

As categorias funcionais incluídas no anexo XVIII da Medida Provisória nº 106/89 (chamada de Medicina Específica) são constituídas de profissionais de nível superior, com curso de especialização, que sempre receberam seus vencimentos de acordo com a tabela de vencimentos de nível superior (NS 900 - outras atividades de nível superior), em igualdade com a categoria funcional de médicos, inclusive que têm a mesma carga horária por jornada de trabalho.

No que se refere à Medicina do Trabalho e a de Saúde Pública, elas se assemelham e se identificam integralmente em suas atividades básicas em relação ao ser humano, à categoria profissional de médicos, da qual fazem parte o próprio órgão de recursos humanos do Poder Executivo (o ex-DASP) assim estabeleceu através da Portaria DASP nº 146, de 7 de agosto de 1973 (Plano de Classificação de Cargos do Grupo de Nível Superior), ainda vigente, onde são elencadas to-

das as atividades típicas a elas inerentes.

O Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, em seu art. 14, § 1º estabeleceu como obrigatória a jornada diária do médico do trabalho e do de saúde pública em oito horas, através de dois contratos de trabalho; tal procedimento legal foi estendido ao médico veterinário pelo Decreto-Lei nº 1.525/77, em função do interesse da administração.

Cada contrato de trabalho do médico do trabalho (NS 903), do de saúde pública (NS 902) e do médico veterinário (NS 910) equivale à jornada diária de 4 (quatro) horas de trabalho, a mesma jornada estabelecida para os demais médicos (NS 901). Até a edição da Medida Provisória nº 106/89 todos os médicos do serviço público federal percebiam vencimentos pela mesma tabela, portanto, com os mesmos valores (Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976 - art. 14 e seus §§ 1º e 2º).

O quadro Anexo XVIII do art. 2º da Medida Provisória nº 106/89, que se converteu na Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, criou a chamada "categoria de Medicina Específica", composta por aqueles profissionais de medicina especializada, estabelecendo, paradoxalmente, que cada uma jornada de 4 (quatro) horas - a mesma jornada dos demais médicos, vencimento no valor da metade do que foi estabelecido para as categorias funcionais de nível superior, inclusive a de médicos, na

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2 200-exemplares.

mesma referência de vencimentos. É importante salientar que é sobre este vencimento que incidirá o cálculo das vantagens a que fazem jus os profissionais das referidas categorias, tornando maior ainda a nítida e inexplicável quebra de igualdade de tratamento com os demais médicos do serviço público federal do Poder Executivo.

Esta postura de lei, contida no Anexo XVIII da Lei nº 7.923/89, ao estabelecer tabela de vencimento para os profissionais de medicina especializada no valor da metade daquela estabelecida para os demais médicos (Anexo I da mesma lei) pela mesma jornada de trabalho, estabelecendo também tratamento discriminado e odioso que a própria classe condena; e criou o desestímulo à formação e desempenho daquelas atividades técnicas, de fundamental importância no contexto médico e social do País. Hoje, para auferir o mesmo vencimento dos médicos, que têm jornada de 4 horas diárias (Anexo I), os médicos incluídos na categoria de Medicina Específica têm que trabalhar por dia 8 horas (duas jornadas de trabalho - Anexo XVIII).

O Anexo XVIII da Lei nº 7.923/89 agrediu o princípio elementar do direito adquirido, que foi ratificado e consagrado na Constituição Federal vigente: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" - CF, art. 5º, inciso XXXVI. Além disso não observou o estabelecimento do princípio da isonomia de vencimentos entre cargos ou atividades de atribuições iguais ou semelhantes, no mesmo poder ou entre servidores do Poder Executivo contido no art. 39, § 1º, da Constituição Federal, desfazendo-a, pois, já que existia ao longo do tempo.

O Anexo XVIII da Lei nº 7.923/89 além de injusto se constitui em postura inconstitucional que ao Legislativo cabe corrigir, como já tentara através do Projeto de Lei de Conversão nº 37/89 (Parecer nº 145/89 do Congresso Nacional). Sabe-se que o Poder Executivo já identificou, através do Parecer nº R003 de 21 de setembro de 1984 do Exmº Sr. Consultor-Geral da República, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República (DCU de 26-9-84 - Seção I, pág. 14017/25) perfeita identidade e isonomia entre as atividades básicas da medicina, em todas as suas especialidades.

Cabe ainda considerar que a não-revogação do Anexo XVIII da Lei nº 7.923/89, além de representar claro prejuízo aos profissionais nele mencionados, pela sua própria inconstitucionalidade, gerará natural e evidente fluxo dos prejudicados às portas do Judiciário, clamando pela reparação a que têm direito, com base na Constituição Federal vigente.

Cumpra finalmente colocar que a revogação do referido anexo de lei mencionada ora proposta, determinará tratamento igualitário a todos os profissionais médicos do Poder Executivo, através do estabelecimento de seus padrões de vencimento em função da tabela para o nível superior (NS 900), de que trata o Anexo I do art. 2º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989.

Sala das Comissões, de outubro de 1990. -
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Nº 3

Deputada Irma Passoni

Acrescente-se à Medida Provisória nº 247/90 o seguinte dispositivo:

"Art. (...) O Poder Executivo concederá, a título de reposição de perdas salariais, mais dois reajustes de 30% (trinta por cento), nos meses de novembro e dezembro respectivamente a todos os servidores mencionados no art. 1º desta lei."

Justificação

Mesmo com a concessão de mais estes dois reajustes os servidores ainda assim terão acumuladas grandes perdas salariais.

Nº 4

Deputada Irma Passoni

Acrescente-se à Medida Provisória nº 247/90 o seguinte dispositivo:

"Art. (...) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, nos meses de novembro e dezembro, mais duas antecipações aos servidores mencionados no art. 1º desta lei."

Justificação

Diante das dificuldades enfrentadas pelos servidores, mesmo os 30% ora concedidos não são suficientes, por isso, para evitar nova medida provisória, já se autoriza antecipadamente a concessão de mais duas antecipações.

Nº 5

Deputada Irma Passoni

Acrescente-se à Medida Provisória nº 247 o seguinte dispositivo:

"Art. (...) No mês da data-base dos servidores públicos federais será adotado para efeito de cálculo da reposição de suas perdas salariais, a variação do Índice de Preços ao Consumo

midor - IPC, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

Justificação

Não se pode deixar ao livre arbítrio do Poder Executivo, qual o índice de reposição que será utilizado para a reposição de perdas dos servidores públicos federais.

Nº 6

Deputada Irma Passoni

Acrescente-se à Medida Provisória nº 247 o seguinte dispositivo:

"Art. (...) Os servidores públicos federais que paralisaram as suas atividades nos meses de agosto a outubro de 1990 em virtude de reivindicação para a reposição de perda inflacionária, não terão estes dias descontados futuramente em seus estipêndios."

Justificação

Se o Governo baixou a Medida

Provisória nº 247/90 é porque reconheceu as extremas dificuldades dos servidores públicos, que estavam com seus salários congelados desde o mês de março de 1990. Sendo assim, era justa a reivindicação, não se admitindo que os dias sejam agora descontados dos já achatados salários dos servidores públicos.

Sala das Comissões, outubro de 1990. - Deputada Irma Passoni.

EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, DE 19 DE OUTUBRO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E A IN- DUSTRIALIZAÇÃO DO TRIGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs.
Deputado ANTERO DE BARROS	01, 02, 11
Deputada BENEDITA DA SILVA	16
Deputado CUNHA BUENO	03
Deputado IVO MAINARDI	15
Deputado JOSÉ MOURA	14
Deputado LEUR LOMANTO	08
Deputado LÚCIO ALCÂNTARA	12
Senador MAURO BENEVIDES	07
Deputado MICHEL TEMER	05, 09
Deputado PAULO MACARINI	13
Deputado RENATO JOHNSON	06
Deputado STÉLIO DIAS	04
Deputado VICTOR FACCIONI	10

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 01	
AUTOR Deputado Antero de Barros		CÓDIGO 399	
DATA 29 / 10 / 90	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	PÁGINA 1/1

De-se ao art. 1º a seguinte redação:

"O abastecimento do trigo no mercado interno será atendido prioritariamente pela produção nacional e, quando necessário, complementado pelo trigo de origem estrangeira, sendo livres, em todo o território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a sobrevivência dos produtores nacionais de trigo, que dificilmente poderiam resistir a uma liberalização total do mercado. Este é um tema que pode até ser discutido, mas nunca através de uma Medida Provisória e na forma de um tratamento genérico como o que consta do art. 1º da MP 248.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 02	
AUTOR Deputado Antero de Barros		CÓDIGO 399	
DATA 29 / 10 / 90	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	PÁGINA 1/1

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º Observados os acordos internacionais de que o País seja signatário, o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá, por motivos de política econômica, propor ao Presidente da República a regulamentação da importação de trigo, que será autorizada apenas em caso de desabastecimento a nível nacional ou regional."

Parágrafo único. Na regulamentação de que trata o "caput" deste artigo poder-se-á estabelecer, inclusive, que a importação de trigo se faça por pessoas jurídicas de direito privado, mediante licitação pública ou leilão, em bolsa de mercadorias, dos direitos respectivos."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir a sobrevivência dos produtores nacionais de trigo, que dificilmente poderiam resistir a uma liberalização total do mercado. Este é um tema que pode até ser discutido, mas nunca através de uma Medida Provisória e na forma de uma autorização genérica como a que consta do art. 2º da MP 248.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 03	
AUTOR CUNHA BUENO		CÓDIGO	
DATA / /	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	PÁGINA 01/01

O art. 2º, da Medida Provisória nº 248/90, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Observados os acordos internacionais de que o País seja signatário, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento poderá, por motivos de política econômica, propor ao Presidente da República a regulamentação da importação de trigo."

JUSTIFICATIVA

A liberação das operações de comercialização e industrialização do trigo no Brasil, prevista pela Medida Provisória nº 248, de 19 de outubro de 1990, não impede, mas, pelo contrário, assegura que o País poderá importar trigo estrangeiro para completar o abastecimento nacional.

Em seu art. 2º, a Medida Provisória outorga ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento a regulamentação dessa importação, estabelecendo textualmente:

"... inclusive que a mesma se faça por pessoas jurídicas de direito privado, mediante licitação pública ou leilão, em Bolsas de Mercadorias, dos direitos respectivos".

Entendemos que a lei não deve impor licitações e leilões de licenças de importação, cerceando a liberdade difundida no seu art. 1º e criando já uma série de intermediações que podem onerar o produto final e não consultar o interesse nacional.

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento deve receber os poderes de regulamentar as importações de trigo previstas, sem a indicação de leilões ou de negociações de direitos.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90 - (MENSAGEM 209/90)		EMENDA Nº 04	
AUTOR Deputado STÉLIO DIAS		CÓDIGO 246	
DATA 29 / 10 / 90	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	PÁGINA 01/01

Altera o Art. 2º, dando-lhe nova redação.

O Art. 2º da MP nº 248/90 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A importação de Trigo, coberta por acordos internacionais, será feita diretamente pela União.

§ 1º - O Trigo importado pela União, na forma do "caput", será vendido pelo preço de compra do Trigo nacional, revertendo a diferença em benefício dos institutos nacionais de pesquisa tritícola.

§ 2º - A venda do Trigo importado será feita apenas às empresas industriais de moagem de trigo.

JUSTIFICATIVA

A importação de Trigo, amparada por acordos internacionais, se caracteriza por soma de vantagens creditícias e de prazo de grande significação econômico-financeira.

Por este motivo, o Brasil não pode abrir mão dessas vantagens nem passá-las a companhias de comércio multinacionais. A razão desta emenda é permitir ao governo arrecadar recursos para a pesquisa de Trigo o que, certamente, em pouco tempo, transformará este País auto-suficiente em tão importante cereal. A venda direta às indústrias de Trigo evitará o estabelecimento de intermediação que só oneraria o preço do pão, produto eminentemente de consumo popular.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 05	
AUTOR DEPUTADO MICHEL TEMER PMDB/SP		CÓDIGO 490	
DATA 26 / 10 / 90	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	PÁGINA 01/01

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - Observados os acordos internacionais de que o País seja signatário, o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá, por motivos de política econômica, propor ao Presidente da

República e regulamentação da importação de trigo, estabelecendo, inclusive, que a mesma se faça diretamente pela indústria moageira, reestabelecendo a cota atual de cada moinho, até 28.8.91, e livremente após esta data."

JUSTIFICATIVA

Ao dispor que a importação do trigo se faça por pessoa jurídica de direito privado, mediante leilão em bolsas de mercadoria, a Medida Provisória nº 248 estaria criando um cartório injustificável, retirando da indústria a liberdade de fazê-lo diretamente, conforme se consagrou na Constituição Federal e no próprio art. 1º da Medida em causa.

A extensão dos prazos até 28.8.91 se faz necessária para que a indústria tenha tempo hábil para montar seus esquemas próprios de importação ou aquisição de trigo nacional, que implicam em acordos internacionais, transportes, armazenamentos, financiamentos, etc, que demandam tempo maior do que o previsto na Medida.

O princípio de isonomia, não previsto na Medida, deve ser consagrado, a fim de não haja favoritismos nem preterições nas várias regiões do País, princípio esse observado nas últimas décadas com pleno êxito.

MEDIDA PROVISÓRIA

248/90

EMENDA Nº 06

AUTOR

Deputado RENATO JOHNSON

CÓDIGO

440

DATA

29 / 10 / 90

ARTIGO

3º

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

PÁGINA

1 / 2

TEXTO

Dê-se a seguinte redação ao artigo 3º:

Artigo 3º - Os estoques de Trigo de propriedade da União serão operados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A., segundo diretrizes estabelecidas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

JUSTIFICATIVA

A medida Provisória nº 224/90, agora reeditada sob nº 248/90, em 22/10/90, preconiza em seu artigo 3º que "os estoques de trigo, de propriedade da União serão transferidos à Companhia de Financiamento da Produção, CFP, aos preços estabelecidos, na data da transferência, pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento."

E a Exposição de Motivos explica que "Promovida a mudança de ramos da atual política, na forma aqui preconizada, a Companhia de Financiamento da Produção CFP, sob as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Abastecimento e Preços - DAP/Secretaria Nacional de Economia, Fazenda e Planejamento, segundo suas atribuições.... Incumbir-se-lá da condução do assunto no contexto da Política de Garantia de Preços Mínimos."

Bem se vê que a intenção do Governo é substituir o Banco do Brasil S.A. pela Companhia de Financiamento da Produção, na condução dos negócios do trigo.

Há mais de 25 (vinte e cinco) anos vem o Banco do Brasil S.A. desenvolvendo com eficiência, honradez e bons serviços a comercialização, em nome do Governo Federal, de todo trigo produzido no País e contribuindo com larga experiência na importação do trigo estrangeiro, para complementar o consumo interno. Essa folha de bons serviços é reconhecida em todos os cantos deste País, não havendo uma única voz que tenha se manifestado em sentido contrário. A eficiência e o baixo custo com que o Banco do Brasil S.A. opera o sistema de abastecimento de trigo são reconhecidos pelo próprio Governo.

Percorrendo as regiões produtoras de trigo, colhi pessoalmente dos mais destacados dirigentes cooperativistas suas opiniões a respeito, chegando alguns a destacar que seria uma temeridade tal mudança, pois seria trocar uma eficiência comprovada por algo que até há pouco tempo, foi combatido pessoalmente pelo Exmo. Sr. Presidente da República, quando em campanha.

Todos os dirigentes que contatei, tanto no Paraná como no Rio Grande do Sul, estados onde são colhidos mais de 90% (noventa por cento) da produção nacional de trigo, foram unânimes em afirmar que a manutenção do Banco do Brasil S.A. na condução dos negócios do trigo daria a todos uma tranquilidade e uma continuidade de honradez e honestidade para o setor, comprovadas por mais de um quarto de século.

Como Deputado do Paraná, sinto-me muito honrado em apresentar emenda ao Artigo 3º da Medida Provisória nº 248/90, pois os triticultores, nesta difícil hora, com a extrema escassez de recursos, com a frustração da safra presente, com o aperto monetário inusitado, pelo menos terão a garantia moral de que poderão continuar na atividade.

Com esta emenda pretendo que, tanto os atuais estoques de trigo da União, como os que vierem a ser adquiridos por ela no mercado interno e internacional, continuem a ser operados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A.

248/90

EMENDA Nº 07

SENADOR MAURO BENEVIDES

29 / 10 / 90

3º

01/01

TEXTO

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - Os estoques de trigo de propriedade da União serão transferidos ao Banco do Brasil S/A, aos preços estabelecidos, na data da transferência, pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, ficando a seu cargo o repasse para os moinhos."

JUSTIFICATIVA

Há mais de 20 anos o CIRIN, Departamento de Comercialização do Trigo Nacional do Banco do Brasil S/A, vem cuidando da aquisição, transporte e armazenamento de todo o trigo produzido no País, com a utilização de reduzido número de eficientes funcionários.

A emenda propõe a manutenção do Banco do Brasil com essa prerrogativa, desprezando-se a inovação constante da redação original.

248/90

EMENDA Nº 08

DEPUTADO LEUR LOMANTO - PFL-BA

29 / 10 / 90

5º

01/01

TEXTO

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º - O disposto no art. 1º desta Medida Provisória não elide a garantia de aquisição, pela União, do trigo nacional, enquanto persistir a prática de dumping internacional, através do subsídio de exportação."

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 248 prevê, apenas, a garantia de aquisição, pela União, da safra de trigo nacional de 1990, ficando livre a importação a partir daí. Resultaria disso que, tendo preços bem inferiores ao nacional o trigo importado, sabidamente subsidiado pelos governos exportadores, faria desaparecer a triticultura nacional.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 09		MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 11	
AUTOR DEPUTADO MICHEL TEMER PMDB/SP		NÚMERO 490		AUTOR Deputado Antero de Barros		CÓDIGO 399	
DATA 26 / 10 / 90		ARTIGO 6º		DATA 29 / 10 / 90		ARTIGO 6º	
PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA		NÚMERO 01/01		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA		NÚMERO 1/1	

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º - Caberá ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento fixar sistema de comercialização dos estoques do trigo de propriedade da União, podendo, até 28.8.91, adotar regime de cotas para assegurar o abastecimento regional ou nacional, sempre respeitando o princípio de isonomia quanto a quantidades e preços do cereal."

JUSTIFICATIVA

Ao dispor que a importação do trigo se faça por pessoas jurídicas de direito privado, mediante leilão em bolsas de mercadorias, a Medida Provisória nº 248 estaria criando um cartório injustificável, retirando da indústria a liberdade de fazê-lo diretamente, conforme se consagrou na Constituição Federal e no próprio art. 1º, da Medida em causa.

A extensão dos prazos até 28.8.91 se faz necessária para que a indústria tenha tempo hábil para montar seus esquemas próprios de importação ou aquisição de trigo nacional, que implicam em acordos internacionais, transportes, armazenamentos, financiamentos, etc. que demandam tempo maior do que o previsto na Medida.

O princípio de isonomia, não previsto na Medida, deve ser consagrado, a fim de que não hajam favoritismos nem preterições nas várias regiões do País, princípio esse observado nas últimas décadas com pleno êxito.

Adicione-se ao art. 6º os seguintes parágrafos:

"Art. 6º

Parágrafo 1º O preço de garantia será anualmente fixado pelo governo e levará em conta:

a) o custo de produção; e

b) sua adequação gradual aos preços de tendência no mercado internacional, computados os custos de frete e seguro, e não computadas as reduções de preço decorrentes de subvenção econômica.

Parágrafo 2º A aquisição de trigo pelo governo federal (AGF), de acordo com a Política Nacional de Preços Mínimos é obrigatória em relação aos pequenos e médios agricultores e facultativa em relação aos demais.

Parágrafo 3º Os empréstimos do Governo Federal para a produção de trigo serão concedidos prioritariamente aos pequenos e médios produtores organizados em associações e cooperativas."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa inicialmente definir condições de longo prazo para a política de preço de garantia do trigo e ao mesmo tempo definir condições favorecidas para os pequenos e médios produtores e suas cooperativas no âmbito das políticas governamentais de empréstimo e de AGF.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 10		MEDIDA PROVISÓRIA 248		EMENDA Nº 12	
AUTOR VICTOR FACCIONI		CÓDIGO		AUTOR DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA		CÓDIGO	
DATA / /		ARTIGO 6º		DATA 25 / 10 / 90		ARTIGO 7º	
PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA		NÚMERO 01/01		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA		NÚMERO 01/01	

Altera o art. 6º, dando-lhe nova redação e cria um parágrafo:

Art. 6º Caberá ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento fixar sistema de comercialização de estoques de trigo de propriedade da União ou de empresa sob seu controle, podendo adotar regime de cotas para assegurar o abastecimento regional e o escoamento de produto de origem nacional até a auto-suficiência.

Parágrafo único. Será destinado a entidades cooperativas de pesquisa de trigo valor equivalente a 3% (três por cento) sobre o preço de venda aos moínhos.

Justificativa

A Medida Provisória nº 248, de 19.10.90, prevê nova política de trigo para o País. Inovadora, acaba com privilégios e estimula a competição. Criativa, e abrangente, poderá, no entanto, se não alterado, acabar com a triticultura nacional.

A emenda proposta visa proteger o trigo de produção nacional, única opção de inverno para mais de 250.000 produtores do País, da nefasta competição internacional que, por meio de subsídios injustificáveis, faz dumping contra emergentes produtores do terceiro mundo.

O Brasil, em pouco mais de 20 anos, saiu de importador de 4 a 5 milhões de toneladas/ano - correspondente a 80% do seu consumo - para produtor praticamente auto-suficiente.

A sugestão da emenda presente oferece proteção ao produto nacional, não eterno, mas, até a auto-suficiência.

A aprovação desta emenda em muito melhorará os termos da Medida Provisória do Poder Executivo.

Dê-se ao art. 7º esta redação:

Art. 7º O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento expedirá as instruções necessárias à execução do disposto nesta Medida Provisória estabelecendo que os preços de trigo, de propriedade da União ou de empresas sob seu controle acionário, sejam equalizados em todo o País.

JUSTIFICATIVA

Esta Medida nº 248 substitui a de nº 224 e cria nova política para o trigo. Acontece que, no modelo vigente anterior, as populações do Norte e Nordeste eram beneficiadas com o preço do trigo equalizado, devido às grandes distâncias das zonas produtoras.

Sem esta proteção, o habitante dessas Regiões ficará privado do consumo de massas e pães pois os custos de transporte onerarão, substancialmente, o preço final desses produtos.

É urgente, pois, que o Congresso Nacional restabeleça esta justiça pois, do contrário, o espectro da fome aumentará sua presença no Nordeste, região que se caracteriza pelos mais lamentáveis dados sociais do mundo.

A preocupação das autoridades da área econômica do Governo, de reduzir as disparidades regionais, não pode deixar que se pratique crime tão grande contra a população do Norte e Nordeste.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 13		MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 15	
Deputado Paulo Macarini				IVO MATNARDJ		460	
DATA 26 / 10 / 90		PÁGINA 92		DATA 01 de 01		PÁGINA 01 de 01	

O Artigo 9º passa a ter a seguinte redação:
Art. 9º - Esta lei entrará em vigor no dia 01.01.1992.

JUSTIFICATIVA

O Banco do Brasil nos últimos 20 anos foi o responsável pela comercialização do trigo nacional e pela distribuição da matéria prima às unidades de moagem em todo o Território Nacional. Nunca se atribuiu à CTRIN qualquer insinuação de irregularidade ou de corrupção. Por isto ela não deve ser extinta.

De igual modo, a garantia de aquisição, pela União, do trigo nacional é um fator de segurança para ampliação da produção nacional do cereal-rei.

Desta forma, a manutenção do monopólio do trigo a cargo do Banco do Brasil é a certeza de melhores safras, da fixação do homem ao solo e o aumento do poder aquisitivo da classe rural.

Então, esta emenda merece ser acolhida para que o Governo Federal reexamine o assunto, notadamente porque o atual sistema consulta os interesses da produção, da industrialização e do consumo.

Merece ser mantida.

Inclui artigo sobre a destinação do trigo estrangeiro importado pelo País.

Art. (onde couber) enquanto estiver vigente o regime de cotes previsto no art. 6º, o trigo estrangeiro importado será distribuído de forma equaneme para todas as regiões do país.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 248/90 prevê a sustentação do regime de cotes até 28/02/91, administrado pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Nesse período, corre-se o risco, se não houver regras claras estabelecidas em lei, de que determinadas regiões do país sejam abastecidas em maior ou menor proporção com cereal importado. Já que essas importações decorrem da América do Sul (Argentina), América do Norte e Europa, não haverá ônus em consagrar o princípio da isonomia, determinando que a destinação do cereal estrangeira não seja motivo de discriminação entre as regiões consumidoras e produtoras do trigo.

MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 14		MEDIDA PROVISÓRIA 248/90		EMENDA Nº 16	
Deputado JOSÉ MOURA				Deputada Benedita da Silva		207	
DATA 24 / 10 / 90		PÁGINA 01/01		DATA 29 / 10 / 90		PÁGINA 1/1	

Emenda aditiva à Medida Provisória nº 248 de 19 de outubro de 1990

Inclui-se, na Medida Provisória 248/90 o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. - O preço do Trigo será equalizado em todo país na forma da Lei."

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória em exame no Congresso Nacional desregula a atividade de industrialização e comercialização de Trigo no País. O objetivo é compatível com a modernidade pretendida para a economia nacional).

Contudo, sua aprovação nos termos contidos no seu texto, cria enormes problemas para as regiões Norte/Nordeste do país que eram beneficiados com a equalização de preços do trigo em todo país.

Sem a ressalva sugerida nesta emenda o pão, o macarrão e o biscoito, itens obrigatórios na alimentação popular ficarão caríssimos e portanto muito longe do mínguaço orçamento do sofrido e distante Norte/Nordeste.

Certo de que esta Casa e o Executivo entenderão os pressupostos maiores desta emenda, espero sua aprovação.

Adicione-se à Medida Provisória Nº 248, de 19 de outubro de 1990 o seguinte artigo:

"Art. A partir de 1º de Janeiro de 1991, os trabalhadores, pensionistas e aposentados que percebam até 5 (cinco) salários mínimos mensais receberão um abono, a ser incorporado ao salário, soldo, vencimento ou pensão para todos os fins, em valor equivalente ao aumento do custo dos alimentos decorrentes da aplicação desta Lei."

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo fixar o valor do abono de que trata este artigo, sendo obrigatória a apresentação de todas as hipóteses consideradas em seu cálculo."

JUSTIFICATIVA

O fim do subsídio ao trigo, decorrente da aplicação das MP's 224/248 implicará em um forte aumento do preço do trigo e seus derivados. Tendo em vista o impacto que este aumento causará na renda disponível dos trabalhadores de baixa renda, apresentamos a presente emenda que visa incorporar aos salários destes um abono de valor equivalente ao valor das perdas.

EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA,
 À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 249, DE 19 DE OUTUBRO DE
 1990, QUE "DISPÕE SOBRE CUSTEIO DA SEGURIDADE
 SOCIAL E SOBRE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCI-
 AL."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Ns.
Deputado ANTONIO BRITTO	18,22,49
Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	07,12,20,35
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	11,19,32,33
Senador CARLOS PATROCÍNIO	36
Deputado CHRISTÓVAM CHIARADIA	24,26
Deputado EDUARDO JORGE	01-A, 06,50,51,52,53,54
Deputado EUCLIDES SCALCO	09
Deputado FLORICENO PAIXÃO	01,25,27
Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO	29,30
Deputada IRMA PASSONI	46
Deputado JOÃO PAULO	04,13,14,15,16,21,28
Deputado LUIZ GUSHIKEN	43,44,45
Deputado LUIZ HENRIQUE	02,03,05,08,10,17,34
Deputado LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	37,38,39,40,41,42
Deputada LURDINHA SAVIGNON	47,48
Deputado MIRO TEIXEIRA	23,31

Votação Proposta 249		AUTUA		COMED	
Deputado FLORICENO PAIXÃO					
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INICIO	ALÍNEA	PÁGINA
23 / 10 / 90	999				01/33
TEXTO					

SUBSTITUTIVO

PARTE I

DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 1º - A Previdência Social tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependam economicamente.

Art. 2º - A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios básicos.

- I - universalidade da cobertura e do atendimento a seus beneficiários,
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios aos trabalhadores urbanos e rurais,
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios,
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios,
- V - equidade na forma de participação no custeio,
- VI - diversidade da base de financiamento
- VII - caráter democrático de gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados

Art. 3º - É criado o Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegada, que terá como membros:

- I - 04 (quatro) representantes do Governo Federal,
- II - 10 (dez) representantes da Sociedade Civil, sendo:
 - a) 02 (dois) representantes dos aposentados e pensionistas,
 - b) 02 (dois) representantes dos trabalhadores em atividade,
 - c) 03 (três) empresários,
 - d) 03 (três) especialistas em áreas de conhecimento pertinentes, em especial, Política Social, Atividade e Direito Previdenciário.

§ 1º - O Conselho Nacional de Previdência Social será presidido por um dos seus integrantes a ser designado pelo Presidente da República.

§ 2º - Todos os membros serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez em continuidade.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores, aposentados, dos empresários e seus respectivos suplentes serão indicados pelas convenções sindicais e confederações nacionais respectivas.

§ 4º - O Conselho Nacional de Previdência Social reunirá-se ordinariamente a cada trimestre ou extraordinariamente, por iniciativa de seu presidente, a requerimento de um terço de seus membros, caso em que o Presidente convocará reunião no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 5º - As despesas pessoais para o cumprimento das reuniões do Conselho constituirão ônus das entidades representadas.

Art. 4º - Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social:

- I - estabelecer as diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;
- II - acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária, em relação à eficiência no uso dos recursos e eficácia social;
- III - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias e demais planos e programas da Previdência Social;
- IV - elaborar seu regimento interno.

PARTE II

DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

TÍTULO I

DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 5º - A Previdência Social compreende:

- I - o Regime Geral de Previdência Social, e
- II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social

§ 1º - o Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei especial.

§ 2º - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especial.

TÍTULO II

DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 6º - Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se em segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II, deste Capítulo.

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 7º - É segurado obrigatório

I - como empregado

- a) o que presta serviço não eventual, de natureza urbana ou rural, à empresa, sob dependência desta e mediante salário, inclusive como diretor empregado;
- b) o contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica;
- c) o que presta serviço sazonal de natureza urbana ou rural a uma ou mais empresas;
- d) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- e) aquele que presta serviço, no Brasil, a missão diplomática ou repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- f) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado obrigatório na forma da legislação vigente do país do domicílio.

II - como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa física, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

III - como empresário

a) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade, o sócio-gerente, o sócio solidário, o sócio-coleta que recebe pro labore e o sócio de indústria, de empresa urbana ou rural, e

b) a pessoa física que, diretamente ou por intermédio de preposto, explora atividade agropecuária, pesqueira e de extração de minerais com o auxílio de empregados permanentes.

IV - como trabalhador autônomo

a) aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada de natureza urbana ou rural, e

b) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural de caráter eventual a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

V - como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica.

a) o ministro de confiança religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se ligado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

b) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando amparado por sistema próprio de previdência social;

c) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando amparado por sistema de previdência social do país do local de trabalho; e

d) o método residente, nos termos da Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981;

VI - como trabalhadores avulsos, os estivadores, os concentradores de carga e descarga, os conferentes de carga e descarga, os vigias portuários, os armadores e os trabalhadores de bloco e assenhalados que, agrupados em sindicatos, prestam serviços a diversas empresas, sem vínculo empregatício; e

VII - como segurados especiais, o produtor rural, proprietário ou não, o garimpeiro, o pescador artesanal e os que exercem essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

§ 1º - Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social será obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas, observados os limites de contribuição e de benefícios estabelecidos nesta lei para cada segurado.

§ 2º - O aposentado do Regime Geral de Previdência Social que permaneça em atividade sujeita a este regime, ou a ele retorna, somente tem direito, por ocasião do afastamento, ao período especial, conforme o disposto nos arts. 79 a 84, não fazendo jus a outras prestações, salvo as decorrentes de sua condição de aposentado, observado, em caso de acidente de trabalho, o disposto no art. 115 desta Lei.

§ 3º - Considera-se economia familiar o resultado concomitante avaliável da soma do trabalho individual dos membros de uma família, exercendo a mesma propriedade.

§ 4º - A relação dos trabalhadores avulsos a que se refere o inciso VI do caput deste artigo será amplada sempre que o Ministério do Trabalho reconhecer outras atividades pertinentes a essa categoria.

Art. 8º - Os servidores civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou dos Territórios, bem como os das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, constituindo na presente lei, desde que estejam sujeitos a sistema próprio de previdência social.

§ 1º - Caso esses servidores venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornam-se segurados obrigatórios em relação apenas a essas atividades.

§ 2º - Entende-se como sistema próprio de previdência social o que assegura, pelo menos, aposentadoria e pensão

Art. 9º - É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, desde que não esteja enquadrado no artigo 9º.

§ 1º - Incluem-se também neste artigo:

- I - o produtor, mesmo com a ajuda eventual de terceiros, o meeiro e o arrendatário familiar atividades que absorvem sua força de trabalho e lhe garantem a subsistência;
- II - o garimpeiro ou o pescador e o assenhalado que sem vínculo empregatício, trabalha em regime de economia familiar; e
- III - o integrante da família de pessoa referida no inciso I ou II, que com ela trabalha, observado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 227 da Constituição Federal.

§ 2º - Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregados.

Art. 10 - Consideram-se

I - *empresa - a firma individual ou sociedade que, assumindo o risco de atividade econômica urbana ou rural, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços, bem como os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional;*

II - *empregador doméstico - quem admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico;*

§ 1º - *equiparam-se à empresa, para os efeitos desta lei*

I - *o empregador rural pessoa física, o pescador e o garimpeiro que empregarem mais de 10 (dez) trabalhadores;*

II - *o trabalhador autônomo que remunera serviço a ele prestado por empregado ou por outro trabalhador autônomo;*

III - *a sociedade civil de direito ou de fato, inclusive o condomínio imobiliário definido na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a cooperativa ou associação de qualquer natureza, bem como a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeira e os respectivos metábolos em relação a segurado a seu serviço*

§ 2º - *A equiparação acima prevista não altera as relações jurídicas entre as cooperativas e seus associados como disciplinadas na legislação competente*

Art. 11 - Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições

I - *sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;*

II - *até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixa de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou está suspenso ou licenciado sem remuneração;*

III - *até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação com pulcra;*

IV - *até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado detido ou recluso;*

V - *até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar;*

VI - *até 12 (doze) meses, o segurado filiado facultativo que não exerce atividade remunerada abrangida pela Previdência Social;*

§ 1º - *O prazo do inciso II é dilatado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado*

§ 2º - *Estando o segurado desempregado e comprovada tal condição em órgão próprio do governo federal, os prazos previstos no inciso II do caput deste artigo e no parágrafo anterior ficam acrescidos de 12 (doze) meses.*

§ 3º - *Para efeito de curatela, no caso de interdição do beneficiário, a autoridade judiciária pode ouvir-se no laudo médico pericial da Previdência Social*

§ 4º - *Dentro do prazo estabelecido no inciso VI deste artigo, não é devido novo pagamento de contribuições sem que sejam pagas as relativas ao período da interrupção*

§ 5º - *Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social*

§ 6º - *A perda da qualidade de segurado ocorre no 9º (nono) dia do 3º (segundo) mês seguinte ao do término dos prazos fixados neste artigo*

SEÇÃO II**DOS DEPENDENTES**

Art. 12 - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado

I - *o cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;*

II - *a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida*

§ 1º - *Aos pais e irmãos do segurado, quando designados, não se aplicam os limites de idade previstos no inciso II do caput deste artigo*

§ 2º - *Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I do caput deste artigo, mediante declaração do segurado, o enteado, o menor que, por determinação judicial, acha-se sob a sua guarda, e o menor que se acha sob sua tutela e não possui condições suficientes para o próprio sustento e educação.*

§ 3º - *Considera-se companheiro a pessoa que mantive vida em comum com o segurado pelo menos nos últimos 5 (cinco) anos ou, por menor tempo, se teve com ele filho*

§ 4º - *A existência de dependentes mencionados no inciso I do caput deste artigo exclui do direito às prestações os da classe seguinte, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

I - *concorrência da pessoa designada com filhos do segurado na incidência de cônjuge ou companheira;*

II - *concorrência da pessoa designada com o cônjuge ou companheiro na incidência de filhos menores*

§ 5º - *A dependência econômica das pessoas de que trata o inciso I do caput deste artigo é presumida e a das demais deve ser provada.*

§ 6º - *Para os efeitos do inciso II do caput deste artigo, não será exigida a dependência econômica exclusiva.*

SEÇÃO III**DAS INSCRIÇÕES**

Art. 13 - A forma de inscrição do segurado e dos dependentes é estabelecida em Regulamento

§ 1º - *Incombe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele faltar com a devida efetivação*

§ 2º - *O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de certidão de despeito, separação judicial ou divórcio sem dano a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou aceitação judicial, transitada em julgado, pelo abandono do lar voluntariamente há 5 (cinco) ou mais anos*

§ 3º - *A Previdência Social poderá emitir, para produzir efeitos exclusivamente perante ela, Carteira de Trabalho e Previdência Social para o trabalhador rural, autônomo, avulso e os a ele equiparados, com a finalidade de provar a filiação e assegurar o controle das contribuições*

CAPÍTULO II**DAS PRESTAÇÕES EM GERAL****SEÇÃO I****DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES**

Art. 14 - O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, inclusive as relativas a acidentes de trabalho.

I - ao segurado

a) *aposentadoria por invalidez;*

b) *aposentadoria por idade;*

c) *aposentadoria por tempo de serviço e abono de permanência em serviço;*

d) *aposentadoria especial;*

e) *auxílio-doença;*

f) *auxílio-acidente;*

g) *auxílio-natalidade;*

h) *salário-maternidade;*

i) *salário-família;*

II - ao dependente

a) *pensão por morte;*

b) *auxílio-reclusão;*

c) *auxílio-funeral;*

III - ao segurado e dependente

a) *períodos especial e acidentário;*

b) *serviço social;*

c) *reabilitação profissional*

Art. 15 - As prestações relativas aos acidentes de trabalho são devidas aos segurados e respectivos dependentes mencionados nos incisos I, II, V letra "d" e VII do art. 7º, bem como aos presidiários que exerçam atividade remunerada

Art. 16 - Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 9º, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

§ 1º - *A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador*

§ 2º - *Constitui contravenção penal, punível com a pena de multa prevista no art. 19 desta lei, deixar a empresa individual ou coletiva de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho*

§ 3º - *É dever da empresa informar ao trabalhador sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.*

Art. 17 - Equiparam-se ao acidente de trabalho, nos termos do art. 18, as seguintes entidades moribundas:

I - *doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade;*

II - *doença de trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente*

Parágrafo único - Não será considerada como doença de trabalho

I - *a doença degenerativa;*

II - *a inerente a grupo étnico;*

III - *a doença endêmica adquirida por segurados habitantes de região em que ela se desenvolve, salvo comprovação de que resultou de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.*

Art. 18 - Equiparam-se também ao acidente de trabalho, para efeito deste Capítulo

I - *o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;*

II - *o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:*

a) *ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;*

b) *ofensa física, inclusive de terceiro;*

c) *ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de companheiro de trabalho;*

d) *ato de pessoa privada do uso da razão;*

e) *desabamento, inundação ou incêndio;*

f) *outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;*

III - *a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;*

IV - *o acidente sofrido pelo empregado, ainda que fora do local e horário de trabalho;*

a) *a execução de ordem na realização de serviço sob a autoridade da empresa;*

b) *na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa;*

c) *em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado;*

d) *no percurso da residência para o local do trabalho, ou desta para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado;*

e) *ocorrido durante o período correspondente à redução da jornada, no aviso prévio de iniciativa do empregador;*

f) *a viagem de estudo financiada pela empresa, dentro de seus planos para melhoria de mão-de-obra.*

§ 1º - *Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.*

§ 2º - *Não é considerada agraviação ou complicação de acidente de trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.*

§ 3º - *Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data de comunicação desta à empresa ou, na sua falta, a data entrada do requerimento de benefício, a partir da qual será devida a prestação cabível.*

Art. 19 - A empresa deverá comunicar acidente do trabalho à Previdência Social até o 2º (segundo) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, a autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social

§ 1º - *O acidentado ou seus dependentes receberão cópia da comunicação a que se refere este artigo.*

§ 2º - *Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assessor ou qualquer autoridade pública, não vigorando nestes casos o prazo previsto neste artigo*

§ 3º - *A comunicação a que se refere o § 2º deste artigo não extingue a responsabilidade civil e criminal decorrente dos danos causados*

§ 4º - *Os sindicatos e entidades representativas de classe fiscalizarão a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo*

SEÇÃO II**DOS PERÍODOS DE CARÊNCIA**

Art. 20 - Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

Art. 21 - A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 22.

I - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-maternidade: 12 contribuições mensais;

II - 60 (sessenta) contribuições mensais, nos casos dos benefícios por tempo de serviço e idade;

Parágrafo único - A carência dos trabalhadores e empregadores rurais vinculados, até a vigência desta Lei, no PRORURAL, é no regime da Lei nº 6.260, de 06 de novembro de 1975, bem como dos referidos no inciso VI do art. 5º corresponderá ao tempo de efetiva atividade.

Art. 22 - Independente de carência a concessão das seguintes prestações:

I - salário-maternidade, salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, pecúlio, seguro social, reabilitação profissional e prestações por acidente do trabalho, e

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilite anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de Paget (osteíte deformante), síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS), e contaminação por radiação, com base em laudo pericial da medicina especializada.

Parágrafo único - A Previdência Social poderá incluir na relação a que alude o inciso II deste artigo outras morbidades que se configurem como de grave risco para o segurado e a sociedade.

Art. 23 - O período de carência é contado da data da filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 21.

Parágrafo único - O período de filiação anterior à data da perda da qualidade de segurado não será computado para efeito de carência.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

SUBSEÇÃO I

DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO

Art. 24 - O valor do benefício de prestação continuada, exceto o salário-maternidade, o salário-família e os benefícios decorrentes de acidente do trabalho, será calculado com base no salário-de-benefício.

Art. 25 - Salário-de-benefício é a média aritmética simples dos últimos salários-de-contribuição relativos aos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, assumido o seguinte:

I - para o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e o auxílio-reclusão, 1/12 (um doze avos) da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício até o máximo de 12 (doze), apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses, e

II - para os benefícios por tempo de serviço ou idade, 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.

§ 1º - Contando o segurado, conforme o caso, com menos de 12 (doze) ou 36 (trinta e seis) contribuições nos períodos máximos citados, o salário-de-benefício corresponderá à média aritmética dos salários-de-contribuição apurados.

§ 2º - O salário-de-benefício não será inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º - Não serão considerados, no cálculo do salário-de-benefício, os aumentos salariais não decorrentes de lei, promoção, disposição de acordo ou dissídio coletivo ou norma geral da empresa.

§ 4º - Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefício por incapacidade, sua duração é contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado este nas mesmas bases do salário-de-contribuição, não podendo ser inferior a 1 (um) salário mínimo.

§ 5º - O salário-de-contribuição dos segurados submetidos a regime de contribuição indireta sobre o valor da produção corresponderá a 1 (um) salário mínimo mensal.

Art. 26 - Todos os salários-de-contribuição computados no cálculo do valor do benefício serão atualizados monetariamente, mês a mês, de acordo com os índices oficiais de inflação, de modo a preservar seus valores reais.

Art. 27 - O salário-de-benefício do segurado que contribui em razão de atividades concomitantes é apurado com base nos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 25 e as normas seguintes:

I - quando o segurado, em relação a cada atividade, preenche o período básico de cálculo, o salário-de-benefício é calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição, e

II - quando não se verifica a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponderá à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício da atividade na qual foi preenchido o período básico de cálculo, e

b) o percentual da média dos salários-de-contribuição das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completos de contribuição e os do período básico de cálculo do benefício.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribui apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º - Também não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário-de-contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 28 - Para fins de apuração da renda mensal do benefício, por acidente do trabalho, entende-se como salário, vigente no dia do acidente, o contratado para ser pago por mês, dia ou hora, no mês do acidente, multiplicado por 30 (trinta), quando diário, ou por 220 (duzentos e vinte), quando horário.

Parágrafo único - Quando, entre o dia do acidente e a data do início do benefício, ocorrer reajustamento por dissídio coletivo ou alteração do salário mínimo, a renda mensal inicial do benefício será reajustada, nos meses acima, não se admitindo a aplicação de índices fracionados.

§ 1º - No caso de empregado que perceba remuneração variável, ou no de trabalhador avulso, o valor do benefício de prestação continuada, por acidente do trabalho, respectivo, será calculado com base na média aritmética simples:

I - dos 6 (seis) maiores salários-de-contribuição apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores ao acidente, se o segurado contar mais de 12 (doze) contribuições, e

II - dos salários-de-contribuição compreendidos nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao acidente ou no período de trabalho, conforme for mais vantajoso, se o segurado contar 12 (doze) ou menos contribuições nesse período.

§ 2º - Na hipótese de o segurado não possuir 6 (seis) salários-de-contribuição, nos períodos mencionados nos incisos I e II, este artigo, a média será apurada de acordo com o número de salários-de-contribuição existentes.

§ 2º - A média aritmética prevista neste artigo, na hipótese de remuneração mista, aplica-se apenas à parte variável da mesma.

SUBSEÇÃO II

DA RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO

Art. 30 - A renda mensal do benefício de prestação continuada que substitui o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor líquido inferior ao salário mínimo nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 31 - No cálculo do valor do benefício são contadas as contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 32 - Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, é concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação da prova dos salários-de-contribuição.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto neste artigo, cabe ao sistema de previdência manter no cadastro do contribuinte segurado todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 33 - Para os segurados empregados domésticos e trabalhador avulso que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovem o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. 34 - Ao segurado em gozo de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-acidente e ao dependente que durante o ano recebeu pensão ou auxílio-reclusão, é devido o abono anual.

Parágrafo único - O abono anual é calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tal como previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente.

Art. 35 - É garantida a concessão de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, do auxílio-reclusão ou de pensão, ao valor de um salário-mínimo, para os trabalhadores rurais referidos nas letras A e C do inciso I, e dos incisos IV e VII do Art. 7º desta Lei.

SEÇÃO IV

DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

Art. 36 - O valor do benefício será reajustado mês a mês, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), acrescido bimestralmente de 6,09% (seis inteiros e nove décimos por cento).

§ 1º - Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-contribuição, respeitadas as demais condições.

§ 2º - O pagamento em atraso de parcelas relativas a benefícios será atualizado de acordo com a variação do IPC do período compreendido entre a data em que se tornou devido e a data do respectivo pagamento.

Art. 37 - A Administração da Previdência Social responsabilizará a chefia do órgão que der causa às despesas de atualização, previstas no § 4º do artigo anterior, pelo ressarcimento das mesmas.

SEÇÃO V

DOS BENEFÍCIOS

SUBSEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 38 - A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e se libere a pagar enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º - A concessão da aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º - A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 3º - O benefício é devido a contar do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º.

§ 4º - Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida.

I - aos segurados referidos nos incisos I e III do art. 7º, a partir do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 (trinta) dias, e

II - aos segurados referidos nos incisos II, IV, V, VI e VII do art. 7º e aos facultativos, definidos no art. 9º, a contar da data em que se manifestou a incapacidade ou do dia da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 (trinta) dias.

§ 5º - Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, cabe à empresa pagar ao segurado empregado o salário ou, ao segurado empresário, a remuneração.

§ 6º - Em caso de doença que imponha segregação compulsória, a aposentadoria será devida desde a data da segregação se confirmada por exame médico de autoridade sanitária, independentemente da concessão de auxílio-doença.

Art. 39 - A aposentadoria por invalidez, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 100% (cem por cento), do salário-de-benefício.

§ 1º - No caso de acidente do trabalho, o valor da aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição do dia do acidente.

§ 2º - Quando o segurado estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 40 - O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessite da assistência permanente de outra pessoa é majorado em 30% (trinta por cento).

Parágrafo único. A majoração de que trata este artigo

- I - será devida ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;
- II - será reajustada nas mesmas bases e condições da mentalidade da aposentadoria, e
- III - cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 41 - Será cancelada a aposentadoria por invalidez na data em que o segurado retornar voluntariamente à atividade.

Art. 42 - Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, serão observadas as normas seguintes:

I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez, ou auxílio-doença que a antecedeu, o benefício dessa

a) de imediato, para o segurado empregado com direito a retornar à função que desempenhava na empresa ao se aposentar, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social, ou

b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I deste artigo ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) pelo seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que é verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento) daquele valor, por igual período, seguinte ao anterior; e

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento) também por igual período seguinte, ao término do qual cessa definitivamente.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o segurado somente poderá ser considerado apto para o trabalho depois de submetido a processo de reabilitação que lhe possibilite o exercício de atividade na área urbana ou rural na qual trabalhava anteriormente.

SUBSEÇÃO II

DA APOSENTADORIA POR IDADE

Art. 43 - A aposentadoria por idade é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completa 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta) anos, se mulher.

§ 1º - O limite de idade previsto neste artigo será reduzido em 5 (cinco) anos para os segurados trabalhadores rurais de ambos os sexos, inclusive os mencionados no art. 5º, inciso VII, desde que tenham exercido atividade rural durante os meses correspondentes ao período de carência exigido para a concessão do benefício.

§ 2º - A aposentadoria por idade será devida

I - para o segurado empregado, inclusive o doméstico

a) a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) a partir do requerimento, nos demais casos; e

II - para os demais segurados, a partir da data de entrada do requerimento.

Art. 44 - A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste por grupo de 12 (doze) contribuições, até o máximo de 20% (vinte por cento).

Art. 45 - A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado tenha cumprido a carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data de rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

SUBSEÇÃO III

DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO E DO ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO

Art. 46 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se homem, ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher.

Art. 47 - A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal:

I - para o homem: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento), aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço; e

II - para a mulher: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) aos 30 (trinta) anos de serviço.

§ 1º - O segurado que, tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, optar pelo prosseguimento na atividade faz jus ao abono de permanência em serviço, mensal, quando se incorpora à aposentadoria sem a pensão, correspondendo-a

I - 20% (vinte por cento) do salário-de-benefício para o segurado que conte entre 30 (trinta) e 34 (trinta e quatro) anos de serviço, e para a segurada que conte entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos de serviço; e

II - 25 % (vinte e cinco por cento) do salário-de-benefício para o segurado com 35 (trinta e cinco) ou mais anos de serviço e para a segurada com 30 (trinta) ou mais anos de serviço.

§ 2º - O abono de permanência em serviço é devido a contar da data de entrada do requerimento, não variando de acordo com a evolução do salário-de-contribuição do segurado e é reajustado na forma dos demais benefícios de prestação continuada.

Art. 48 - A data do início da aposentadoria por tempo de serviço é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 43.

Art. 49 - O tempo de serviço deve ser provado na forma estabelecida em Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 7º:

I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenham sido contados para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II - o tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo, mesmo antes da vigência desta lei; e

IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público.

§ 1º - Somente será averbado o tempo de serviço prestado quando não era obrigatória a filiação ao anterior Regime de Previdência Social, mediante a indenização das contribuições correspondentes, ressalvado o disposto no § 2º, nas condições hoje estabelecidas.

§ 2º - O tempo de serviço referente ao exercício de atividade rural, anterior à data do início da vigência desta lei, é computado independentemente do recolhimento de contribuições a ele correspondentes.

§ 3º - Não é admissível para contagem de tempo de serviço prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

Art. 50 - O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

SUBSEÇÃO IV

DA APOSENTADORIA ESPECIAL

Art. 51 - A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei e sem exigência de limite de idade, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, na forma estabelecida em Regulamento.

§ 1º - A aposentadoria especial, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal correspondente ao valor do salário-de-benefício.

§ 2º - A data de início do benefício é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 43.

§ 3º - O tempo de serviço correspondente a atividade profissional exercida sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física é convertido, proporcionalmente, de acordo com o tempo previsto para a respectiva aposentadoria, para efeito de qualquer benefício.

§ 4º - É prejudicial à saúde o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, sendo garantida a aposentadoria de que trata este artigo aos 25 (vinte e cinco) anos de atividade.

§ 5º - O Poder Executivo publicará a relação das atividades que dão direito à aposentadoria especial, nela incluindo obrigatoriamente todas as que figuram nos Decretos nºs 53.831, de 25 de março de 1964, e 83.080, de 24 de janeiro de 1979, com os mesmos tempos de serviço neles previstos.

§ 6º - Para os segurados empregados, todos os períodos de percepção dos benefícios de invalidez ou de incapacidade são considerados como de atividade sob condições especiais, independentemente de constar, ou não, na relação a que alude o parágrafo anterior.

§ 7º - Os períodos de atividade comum que dão direito à aposentadoria por tempo de serviço são computados para a aposentadoria especial, com redução de 20% (vinte por cento).

Art. 52 - O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional, enquadrada no artigo anterior, permaneceu licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, é contado para a aposentadoria especial, nas mesmas condições dos exercentes da atividade representada.

SUBSEÇÃO V

DO AUXÍLIO-DOENÇA

Art. 53 - O auxílio-doença será devido ao segurado que, após cumprida, quando for o caso, a carência exigida nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Não é devido auxílio-doença ao segurado que se filia ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou lesão invocada como causa para o beneficiamento quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º - O auxílio-doença é devido ao segurado empregado ou empresário a contar do 16º (décimo sexto) dia de afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3º - Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença é devido a contar da data da entrada do requerimento.

Art. 54 - O auxílio-doença, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste grupo de 12 contribuições mensais realizadas, até o máximo de 10% (dez por cento).

Art. 55 - O valor mensal do auxílio-doença, no caso de acidente de trabalho, é de 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição do segurado, em vigor no dia do acidente, não podendo ser inferior à igual porcentagem do seu salário-de-benefício.

Parágrafo único. Após a cessação do auxílio-doença por acidente de trabalho e consequente retorno ao trabalho, havendo agravamento da moléstia que resulte no restabelecimento do benefício, o novo salário-de-contribuição será considerado no cálculo, se mais vantajoso.

Art. 56 - Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário ou, ao segurado empresário, a sua remuneração.

Art. 57 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho da nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Parágrafo único. Aplica-se ao auxílio-doença o disposto no parágrafo único do art. 42.

Art. 58 - O segurado empregado em gozo de auxílio-doença é considerado pela empresa como licenciado.

Art. 59 - A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

SUBSEÇÃO VI

DO AUXÍLIO-ACIDENTE

Art. 60 - O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar sequela que implique em:

- I - redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional;
- II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional; ou
- III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.

§ 1º - O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá a um dos seguintes percentuais do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a alguns percentuais do seu salário-de-benefício:

- I - 30% (trinta por cento), na hipótese do inciso I do caput deste artigo, ou
- II - 40% (quarenta por cento), na hipótese do inciso II do caput deste artigo, ou
- III - 60% (sessenta por cento), na hipótese do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º - Quando o auxílio-acidente suceder ao auxílio-doença acidentário, os percentuais acima serão aplicados sobre o valor da última mensalidade deste, se superior ao salário-de-benefício.

§ 3º - O auxílio-acidente será devido a contar do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 4º - O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não relacionado com o mesmo acidente não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 5º - Quando o segurado falecer em gozo de auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.

§ 6º - Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em consequência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite do § 2º do art. 25.

SUBSEÇÃO VII

DO AUXÍLIO-NATALIDADE

Art. 61 - O auxílio-natalidade é devido, após 12 (doze) contribuições mensais, à segurada gestante ou ao segurado, pelo parto de sua esposa ou companheira não segurada, e consiste em parcela fixa no valor do limite máximo do salário-de-contribuição.

§ 1º - O auxílio-natalidade, independentemente de convênio para esse fim, deve ser pago pela empresa com mais de 10 (dez) empregados, até 48 (quarenta e oito) horas após o parto, comprovado por certidão de nascimento, mediante compensação, por ocasião do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais.

§ 2º - O pagamento do auxílio-natalidade deve ser anotado na Carteira de Trabalho do empregado, conforme estabelecido em Regulamento.

§ 3º - O segurado de empresa com menos de 10 (dez) empregados e os referidos nos incisos II e VII do art. 7º receberão o auxílio-natalidade no Posto de Benefício, mediante formulário próprio e cópia da certidão de nascimento, até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega dessa documentação.

SUBSEÇÃO VIII

DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Art. 62 - O salário-maternidade será devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, às referidas no inciso VII do art. 7º e à empregada doméstica durante 28 (vinte e oito) dias antes e 92 (noventa e dois) dias depois do parto, observadas as situações e condições previstas na legislação trabalhista no que concerne à proteção à maternidade.

Art. 63 - O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral e será pago pela empresa, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, na forma estabelecida em Regulamento.

Parágrafo único - A empresa deve conservar os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

Art. 64 - O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social:

- I - à empregada doméstica, em valor correspondente ao seu último salário-de-contribuição;
- II - às seguradas referidas no inciso VII do art. 7º, no valor do salário mínimo.

Art. 65 - Cabe à Previdência Social fornecer os atestados necessários, inclusive para os efeitos trabalhistas, de que trata a presente Subseção.

SUBSEÇÃO IX

DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 66 - O salário-família será devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao segurado trabalhador avulso, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e aos segurados mencionados no inciso VII do art. 7º na proporção do número de seus filhos ou equiparados, nos termos do § 2º do art. 12, menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos.

§ 1º - O aposentado tem direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria, nas mesmas condições deste artigo.

§ 2º - Aos empregados domésticos e aos segurados referidos no inciso VII do art. 7º o salário-família será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 67 - O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição corresponderá aos seguintes percentuais incidentes sobre o limite máximo do salário-de-contribuição mensal:

- I - 10% (dez por cento) para o que receber até 3 (três) salários mínimos;
- II - 5% (cinco por cento) para o que receber acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos;
- III - 2% (dois por cento) para o que receber acima de 6 (seis) salários mínimos.

Art. 68 - O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.

Art. 69 - A cota do salário-família não será incorporada, para nenhum efeito, ao salário ou ao benefício.

Art. 70 - Aplicam-se ao salário-família as determinações contidas no art. 63, parágrafo único.

SUBSEÇÃO X

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 71 - A pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 72 - O valor da pensão por morte será constituído do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a mais vantajosa à que teria direito se estivesse aposentado na data do seu falecimento.

§ 1º - No caso de acidente do trabalho, o valor mensal da pensão será igual ao do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício.

§ 2º - Se o segurado falecer antes de completada a carência de 12 (doze) meses, o valor da aposentadoria base considerará a média aritmética das contribuições realizadas, observado o disposto no art. 26.

Art. 73 - Quando houver mais de um pensionista:

- I - a pensão será rateada entre todos em partes iguais; e
- II - reverterá em favor dos demais a cota daquele cujo direito à pensão cessa.

Art. 74 - A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º - O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, concorre em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 12.

Art. 75 - São excluídos da pensão os dependentes em geral nos casos de morte ou casamento, os filhos não inválidos ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade e os pensionistas inválidos quando cessar a invalidez.

Art. 76 - Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial, decorridos 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória na forma desta Subseção.

§ 1º - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

SUBSEÇÃO XI

DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 77 - O auxílio-reclusão será devido, no mesmo valor da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria.

Parágrafo único - O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão.

SUBSEÇÃO XII

DO AUXÍLIO-FUNERAL

Art. 78 - Por morte do segurado é devido auxílio-funeral, ao executor do funeral, em valor não excedente ao dobro do limite máximo do salário-de-contribuição.

Parágrafo único - O executor dependente do segurado recebe o valor máximo previsto.

SUBSEÇÃO XIII

DOS PECÚLIOS ESPECIAL E ACIDENTÁRIO

Art. 79 - O pecúlio especial será devido:

- I - ao segurado que se incapacita para o trabalho antes de ter completado o período de carência;
- II - ao segurado aposentado por idade ou por tempo de serviço pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida pelo mesmo, quando dela se afastar; e
- III - ao segurado em gozo de benefício no qual não foi computada a totalidade das contribuições efetivadas no período básico de cálculo.

Art. 80 - O segurado aposentado que receber pecúlio especial e voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social somente poderá levantar o novo pecúlio após 36 (trinta e seis) meses contados da nova filiação.

Art. 81 - O pecúlio especial, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 79, consiste no pagamento único de valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições do segurado, antes do vencimento do período de carência ou após a nova filiação, conforme o caso, atualizadas monetariamente.

Art. 82 - Na hipótese do inciso III do art. 79, o pecúlio corresponderá à soma das parcelas não consideradas no cálculo do benefício, sujeitas, também, à correção monetária.

Art. 83 - O pecúlio acidentário será devido ao segurado ou a seus dependentes, em caso de invalidez ou morte decorrente de acidente do trabalho.

Art. 84 - O pecúlio acidentário consistirá em um pagamento único de 75% (setenta e cinco por cento) do limite máximo do salário-de-contribuição, no caso de invalidez, e de 150% (cento e cinquenta por cento) desse mesmo limite, no caso de morte.

SEÇÃO VI

DOS SERVIÇOS

SUBSEÇÃO I

DO SERVIÇO SOCIAL

Art. 85 - Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º - Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º - Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários, serão utilizadas intervenções técnicas, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive através de celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º - O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações de classe.

§ 4º - O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico às coordenações de ação social dos Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

SUBSEÇÃO II

DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 86 - A reabilitação profissional e social deverá proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, ou deficiente físico ou mental, os meios de recuperação e readaptação profissional e social indicados para que possa participar do mercado de trabalho.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

I - a assistência médica, abrangendo a cirúrgica, a hospitalar, a ambulatorial, e farmacêutica e a odontológica;

II - o fornecimento de aparelho de prótese, ótico e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso;

III - a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário; e

IV - o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 87 - A prestação de que trata este artigo é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados, e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 88 - Em localidade onde a Previdência Social não dispuser de recursos próprios ou contratados, a empresa prestará ao segurado a assistência médica de emergência, e, quando indispensável, a critério médico, providenciará a sua remoção para o serviço médico previdenciário mais próximo, sob pena de responsabilidade civil e penal e da multa prevista no art. 19.

§ 1º - Assistência médica de emergência é a necessária ao atendimento do segurado, enquanto a Previdência Social não assumir a responsabilidade por ele.

§ 2º - A Previdência Social reembolsará a empresa das despesas com a assistência de que trata este artigo, de acordo com os padrões do local de atendimento.

Art. 89 - Concluído o processo de reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que podem ser exercidas pelo beneficiário, sem prejuízo de que este possa exercer outra atividade para a qual se capacite.

Art. 90 - A empresa com 20 (vinte) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados, na proporção abaixo, dando preferência a seus ex-empregados:

I - até 200 empregados	2%
II - de 201 a 500	3%
III - de 501 a 1.000	4%
IV - de 1.001 em diante	5%

§ 1º - A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado, ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º - A Previdência Social deverá fornecer ao sindicato ou entidade representativa dos empregados, semestralmente ou quando solicitada, a relação do total de empregados e das vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

SEÇÃO VII

DA CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 91 - Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço nas administrações públicas direta, indireta ou fundacional e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se complementam financeiramente.

Parágrafo único. A compensação financeira será devida pelos demais sistemas àquele a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, na proporção dos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 92 - Observada a carência de 36 (trinta e seis) contribuições mensais, o segurado poderá contar, para fins da obtenção dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o tempo de serviço prestado à administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Poderá ser contado o tempo de serviço prestado à administração pública direta, autárquica e fundacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que estes assegurem aos seus servidores a contagem do tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 93 - O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado, observadas as normas seguintes:

I - Não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - É vedada a contagem de tempo de serviço público com ou de atividade privada, quando concomitante;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com os acréscimos legais; e

V - o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início da vigência desta lei, será computado sem que seja necessário o pagamento das contribuições a ele correspondentes.

Art. 94 - A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo na forma desta Seção, será concedida ao segurado após 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, se do sexo feminino, e, se do masculino, a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. 95 - Quando a soma dos tempos de serviço do segurado ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 96 - O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da respectiva legislação.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES

Art. 97 - Nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 98 - Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas sem reclamação na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 99 - A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios.

Art. 100 - O tempo de serviço de que trata o art. 43 será considerado para cálculo do valor da renda mensal de qualquer benefício.

Art. 101 - A concessão de auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário será feita na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 102 - Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro.

Art. 103 - Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se referem, e os descontos efetuados.

Art. 104 - O benefício em dinheiro é pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando é pago ao seu procurador cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 105 - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, pagamento a terceiro necessário, mediante termo de responsabilidade firmado no ato do recebimento, na forma do Regulamento.

Art. 106 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente.

Art. 107 - O segurado menor pode firmar recibo de benefício, independentemente da presença dos pais ou tutor.

Art. 108 - O valor não recebido em vida, pelo segurado deverá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 109 - A falta de documentação não constitui motivo para recusa do recolhimento de requerimento de benefício.

Art. 110 - A recusa de fornecimento de protocolo ou comprovante de requerimento sujeito o servidor responsável às penas administrativas cabíveis, além da multa prevista no art. 19 desta lei.

Art. 111 - A empresa, o sindicato ou a entidade de aposentado devidamente legalizada poderá, mediante convênio com a Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Social;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, examinando-o à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e concessão de benefício que dependa de avaliação de incapacidade;

III - pagar benefício;

IV - preencher documento de cadastro e carteira a ser autenticada pela Previdência Social; e

V - prestar outros serviços à Previdência Social.

Art. 112 - O convênio poderá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, do sindicato ou da entidade de aposentado devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II a V do artigo anterior, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pela empresa.

Art. 113 - O segurado em gozo de benefício por incapacidade e o pensionista inválido ficam obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames médicos a cargo da Previdência Social, bem como aos tratamentos e processos de reabilitação profissional por ela proporcionados, exceto o cirúrgico, que é facultativo.

Parágrafo único. Ao aposentado por invalidez que completar 50 (cinquenta) anos de idade não se aplica a norma contida no caput deste artigo.

Art. 114 - Podem ser descontados dos benefícios:

I - o pagamento de benefício além do devido;

II - o imposto de renda retido na fonte;

III - a pensão de alimentos decretada em sentença judicial; e

IV - as contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social.

Art. 115 - Ressalvado o direito adquirido, não será permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- I - aposentadoria e auxílio-doença;
- II - 2 (duas) ou mais aposentadorias, e
- III - aposentadoria e abono de permanência em serviço.

§ 1º - O segurado em gozo de aposentadoria que voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social fará jus, em caso de acidente do trabalho, além da reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e ao pecúlio-acidentário.

§ 2º - Quando o acidente acarretar invalidez do aposentado, este poderá optar pela transformação da aposentadoria comum em aposentadoria acidentária.

§ 3º - No caso de morte, será concedida a pensão acidentária quando mais vantajosa, sem prejuízo do pecúlio-acidentário.

§ 4º - O segurado aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que, tendo ou não retornado à atividade, apresentar doença profissional ou do trabalho relacionada com a atividade que antes exercia, terá direito à transformação da sua aposentadoria por invalidez acidentária, bem como ao pecúlio-acidentário, se atender às condições desses benefícios.

PARTE III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 116 - As demandas judiciais que tiveram por objeto as questões reguladas nesta lei obedecerão ao rito sumaríssimo e serão sentas de pagamento de custas e liquidação imediata, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

§ 1º - As ações relativas a acidentes do trabalho serão processadas e julgadas pela Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, pelo rito sumaríssimo, correndo durante as férias forenses.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto nesta lei, o Código de Processo Civil será aplicável, inclusive quanto à pericia médica, à ação de acidente do trabalho, nela compreendida a ação revisional.

Art. 117 - A autoridade previdenciária deverá formalizar desistência ou abster-se de recorrer nos processos judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual o Poder Judiciário houver expedido Súmula de Jurisprudência favorável aos beneficiários.

Art. 118 - O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Art. 119 - Fica extinto o Programa de previdência Social aos Estudantes, instituído pela Lei nº 7.004, de 24 de junho de 1962, mantendo-se o pagamento dos benefícios de prestação continuada iniciado até a entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único - Àquele que vinha contribuindo regularmente para este Programa fica assegurada a devolução das contribuições, atualizadas monetariamente.

Art. 120 - Mantidos os benefícios concedidos até a vigência desta lei, com valor não inferior ao do salário mínimo mensal, ficam extintos os regimes de previdência social instituídos pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e pela Lei nº 6.260, de 06 de novembro de 1975.

Art. 121 - As prestações devidas aos ex-combatantes e ao ferroviário, servidor público ou autárquico federal ou em regime especial, que não optou pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, bem como aos seus dependentes, serão objeto de legislação específica, que disporá também sobre o seu custeio.

Art. 122 - A infração a qualquer dispositivo desta lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, à multa variável de um limite mínimo do salário-de-contribuição até 100 (cem) vezes esse mesmo limite.

Parágrafo único - A autoridade que reduzir ou releva multa deve recorrer de seu ato para a autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 124 - Os recursos interpostos pela Previdência Social em processos que envolvam prestações desta lei serão recebidos exclusivamente no efeito devolutivo, cumprindo-se desde logo, a decisão ou sentença, através do processo suplementar ou carta de sentença.

Parágrafo único - Ocorrendo a reforma da decisão, será suspenso o benefício e exonerado o beneficiário de restituir valores recebidos por força da liquidação condicionada.

Art. 125 - Serão respeitadas as aposentadorias especiais, já deferidas até a data da publicação desta lei, quanto às respectivas bases de cálculo para fixação dos valores correspondentes.

Art. 126 - Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 05 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente até a data.

Parágrafo único - No prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, a Previdência Social efetuará o pagamento, corrigido monetariamente, da diferença entre o valor dos benefícios pagos e o valor na forma do optat deste artigo.

Art. 127 - A gratificação natalina dos beneficiários da Previdência Social, relativa ao ano de 1989, terá por base a renda do mês de dezembro, devendo ser paga em 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, corrigida monetariamente e calculada nos termos do parágrafo único do art. 34 da presente lei.

Art. 128 - Aos segurados que, a partir da instituição do Piso Nacional de Salário, criado pelo Decreto-Lei nº 2.251, de 07 de agosto de 1987, tiveram seus salários de contribuição vinculados ao Salário Mínimo de referência é facultado o recolhimento, com juros e correção monetária, de contribuição complementar, decorrente da utilização do valor do Piso Nacional de salários como base de contribuição.

§ 1º - O pagamento acima previsto, a ser efetuado no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, determinará, a requerimento do interessado, revisão do cálculo do benefício em cujo gozo se encontre o segurado.

§ 2º - Tratando-se de segurado empregado, incumbirá também o pagamento da parcela devida pela empresa.

Art. 129 - A Previdência Social encaminhará ao Congresso Nacional relatórios trimestrais detalhados sobre a implantação das medidas previstas nesta lei.

Art. 130 - As contribuições anteriores à data da entrada em vigor desta lei, relativas ao Pecúlio previsto nos arts. 79 e 82, reger-se-ão pela legislação vigente à época de seu recolhimento.

Art. 131 - Mediante justificação processada perante a Previdência Social, poderá ser suprida a falta de documento ou provido ato de interesse do beneficiário ou da empresa, salvo os sujeitos a registro público.

Parágrafo único - Para comprovação de tempo de serviço, a justificação dependerá de início de prova documental da época a ser comprovada, salvo ocorrência de força maior ou caso fortuito.

Art. 132 - Regir-se-á pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas, dos jornalistas profissionais e dos ex-combatentes.

Art. 133 - Das decisões administrativas relativas à matéria tratada nesta lei, caberá recurso às Juntas de Recursos da Previdência Social - JRPS ou ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, que o aperece não em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme disposto em Regulamento.

Art. 134 - O Poder Executivo regulamentará o disposto na presente lei no prazo de 120 dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este substitutivo é a reprodução fiel do texto que resultou do nosso trabalho como Relator do projeto nº 2570/89, aprovado por unanimidade na Comissão de Saúde e Previdência Social (hoje Comissão de Seguridade Social e Família), exceto os artigos 3º e 4º, que foram acrescentados pela Comissão de Finanças e Tributação.

O referido texto é o que representa, na verdade, as maiores reivindicações dos atuais e futuros inativos da Previdência Social.

MEDIDA PROVISÓRIA		CÓDIGO	
249/90		422	
AUTOR		PÁGINA	
Deputado Eduardo Jorge		01	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90	999		
ALÍNEA			

Emenda Substitutiva à Medida Provisória 249/90:

Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

PARTE I

Da finalidade e dos princípios básicos da Previdência Social

Art. 1º A Previdência Social tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios básicos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento a seus beneficiários;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios aos trabalhadores urbanos e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Art. 3º É criado o Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - 4 (quatro) representantes do Governo Federal;

II - 10 (dez) representantes da Sociedade Civil, sendo:

- a) 2 (dois) representantes dos aposentados e pensionistas;
- b) 2 (dois) representantes dos trabalhadores em atividade;
- c) 3 (três) empresários;
- d) 3 (três) especialistas em áreas de conhecimento pertinentes, em especial, Política Social, Atuária e Direito Previdenciário.

§ 1º O Conselho Nacional de Previdência Social será presidido por um dos seus integrantes a ser designado pelo Presidente da República.

§ 2º Todos os membros serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez em continuidade.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores, aposentados, dos empresários e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais respectivas.

§ 4º O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre ou extraordinariamente, por iniciativa de seu presidente, a requerimento de um terço de seus membros, caso em que o Presidente convocará reunião no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 5º As despesas pessoais para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das entidades representadas.

Art. 4º compete ao Conselho Nacional de Previdência Social:

I - estabelecer as diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II - acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária em relação à eficiência no uso dos recursos e eficácia social;

III - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias e demais planos e programas da Previdência Social;

IV - elaborar seu regimento interno.

PARTES II

Do Plano de Benefício da Previdência Social

TÍTULO I

Dos Regimes de Previdência Social

Art. 5º A Previdência Social compreende:

I - O regime Geral de Previdência Social; e

II - O regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social-RGPS garante a cobertura de todas as situações expostas no art. 1º, desta lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei especial.

§ 2º O regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especial.

TÍTULO II

Do Regime Geral de Previdência Social

CAPÍTULO I

Dos Beneficiários

Art. 6º Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se em Segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I

Dos Segurados

Art. 7º É segurado obrigatório:

I - como empregado:

a) o que presta serviço não eventual, de natureza urbana ou rural, à empresa, sob dependência desta e mediante salário, inclusive como diretor empregado;

b) o contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica;

c) o que presta serviço sazonal de natureza urbana ou rural a uma ou mais empresas;

d) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

e) aquele que presta serviço, no Brasil, a missão diplomática ou repartição consular de carreira estrangeira e a órgão a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular; e

f) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado obrigatório na forma da legislação vigente do país do domicílio;

II - como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa física, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos;

III - como empresário:

a) o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade, o sócio-gerente, o sócio solidário, o sócio-cotista que recebe pro labore e o sócio de indústria, de empresa urbana ou rural; e

b) a pessoa física que, diretamente ou por intermédio de preposto, explora atividade agropecuária, pesqueira e de extração de minerais com auxílio de empregados permanentes,

IV - como trabalhador autônomo:

a) aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada de natureza urbana ou rural; e

b) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural de caráter eventual a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

V - como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:

a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

b) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando amparado por sistema próprio de previdência social;

c) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando amparado por sistema de previdência social do país do local de trabalho; e

d) o médico residente, nos termos da Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981;

VI - como trabalhadores avulsos, os estivadores, os consertadores de carga e descarga, os conferentes de carga e descarga, os vigias portuários, os armadores e os trabalhadores de bloco e assemelhados que, agrupados em sindicatos, prestem serviço a diversas empresas, sem vínculo empregatício; e

VII - como segurados especiais, o produtor rural, proprietário ou não, o garimpeiro, o pescador artesanal e os que exercem essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ou ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social será obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas, observados os limites de contribuição e de benefícios estabelecidos nesta lei para cada segurado.

§ 2º O aposentado do Regime Geral de Previdência Social que permanece em atividade sujeita a este regime, ou a ela retorna, somente tem direito, por ocasião do afastamento, ao auxílio especial, conforme o disposto nos arts. 76 a 79, desta lei, não fazendo jus a outras prestações salvo as decorrentes de sua condição de aposentado, observado, em caso de acidente do trabalho, o disposto no art. 115 desta lei.

§ 3º Considera-se economia familiar o resultado concomitante avaliável da soma do trabalho individual dos membros de uma família, exercido na mesma propriedade.

§ 4º A relação dos trabalhadores avulsos a que se refere o inciso VI do caput deste artigo será ampliada sempre que o Ministério do Trabalho reconhecer outras atividades pertinentes a essa categoria.

Art. 8º Os servidores civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou dos Territórios, bem como os das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, consubstanciando nesta lei, desde que estejam sujeitos a sistema próprio de previdência social.

§ 1º Caso esses servidores venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornam-se segurados obrigatórios em relação apenas a essas atividades.

§ 2º Entende-se como sistema próprio de previdência social o que assegura, pelo menos, aposentadoria e pensão.

Art. 9º É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, desde que não esteja enquadrado no art. 7º desta lei.

§ 1º Incluem-se neste artigo:

I - o produtor, mesmo com a ajuda eventual de terceiros, o meeiro e o arrendatário familiares em atividades que absorvam sua força de trabalho e lhes garantam a subsistência;

II - o garimpeiro ou o pescador e o assemelhado que, sem vínculo empregatício, trabalha em regime de economia familiar; e

III - o integrante da família da pessoa referida no inciso I ou II, que com ela trabalha, observado o disposto no inciso I do § 3º do art. 227 da Constituição Federal.

§ 2º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregados, mesmo com a ajuda eventual de terceiros.

Art. 10 Consideram-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que, assumindo o risco de atividade econômica urbana ou rural, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, bem como os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; e

II - empregador doméstico - quem admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

§ 1º Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta lei:

I - o empregador rural pessoa física, o pescador e o garimpeiro que empregarem mais de 10 (dez) trabalhadores;

II - o trabalhador autônomo que remunera serviço a ele prestado por empregado ou por outro trabalhador autônomo;

III - a sociedade civil de direito ou de fato, inclusive o condomínio imobiliário definido na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a cooperativa ou associação de qualquer natureza, bem como a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeira e os respectivos membros, em relação a segurado a seu serviço.

§ 2º A equiparação prevista no parágrafo anterior não altera as relações jurídicas entre as cooperativas e seus associados como disciplinadas na legislação competente.

Art. 11. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixa de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou está suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado detido ou recluso;

V - até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar; e

VI - até 12 (doze) meses, o segurado filiado facultativo que não exerce atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.

§ 1º O prazo do inciso II é dilatado para até 24 (vinte e quatro) meses se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º Estando o segurado desempregado e comprovada tal condição em órgão próprio do governo federal, os prazos previstos no inciso II do caput deste artigo e no parágrafo anterior ficam acrescidos de 12 (doze) meses.

§ 3º Para efeito de curatela, no caso de interdição do beneficiário, a autoridade judiciária pode louvar-se no laudo médico pericial da Previdência Social.

§ 4º Dentro do prazo estabelecido no inciso VI deste artigo, não é aceito novo pagamento de contribuições sem que sejam pagas as relativas ao período da interrupção.

§ 5º Durante os prazos destes artigos, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 6º A perda da qualidade de segurado ocorre no 9º (nono) dia do 2º (segundo) mês seguinte ao do término dos prazos fixados neste artigo.

SEÇÃO II

Dos Dependentes

Art. 12. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; e

II - a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60 (sessenta) anos, ou inválida.

§ 1º Aos pais e irmãos do segurado, quando designados, não se aplicam os limites de idade previstos no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I do caput deste artigo, mediante declaração do segurado, o enteado; o menor que, por determinação judicial, acha-se sob a sua guarda; e o menor que se acha sob sua tutela e não possui condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º Considera-se companheiro a pessoa que manteve vida em comum com o segurado pelo menos nos últimos 5 (cinco) anos ou por menor tempo, se teve com ele filho.

§ 4º A existência de dependentes mencionados no inciso I do caput deste artigo exclui o direito às prestações os da classe seguinte, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - concorrência da pessoa designada com filhos do segurado na inexistência de cônjuge ou companheira; e

II - concorrência da pessoa designada com o cônjuge ou companheiro na inexistência de filhos menores.

§ 5º A dependência econômica das pessoas de que trata o inciso I do caput deste artigo é presumida e a das demais deve ser provada.

§ 6º Para os efeitos do inciso II do caput deste artigo, não será exigida a dependência econômica exclusiva.

SEÇÃO III

Das Inscrições

Art. 13. A forma de inscrição do segurado e dos dependentes é estabelecida em Regulamento.

§ 1º Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de certidão de desquite, separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado, pelo abandono do lar voluntariamente há (cinco) ou mais anos.

§ 3º A Previdência Social poderá emitir, para produzir efeitos exclusivamente perante a Carteira de Trabalho e Previdência Social para o trabalhador rural, autônomo, avulso e os a ele equiparados, com a finalidade de provar a filiação e assegurar o controle das contribuições.

CAPÍTULO II

Das Prestações em Geral

SEÇÃO I

Das Espécies de Prestações

Art. 14 O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, inclusive as relativas a acidentes do trabalho:

I - ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria por idade;

c) aposentadoria por tempo de serviço e abono de permanência em serviço;

d) aposentadoria especial;

e) auxílio-doença;

f) auxílio-acidente;

g) auxílio-natalidade;

h) salário-maternidade; e

i) salário-família;

II - ao dependente:

a) pensão por morte;

b) auxílio-reclusão; e

c) auxílio-funeral;

III - ao segurado e dependente:

a) pecúlios especial e acidentário;

b) serviço social; e

c) reabilitação profissional.

Art. 15. As prestações relativas aos acidentes do trabalho são devidas aos segurados e respectivos dependentes mencionados nos incisos I, II, V, alínea d, VI e VII do art. 7º desta lei, bem como aos presidiários que exerçam atividade remunerada.

Art. 16. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 7º desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

§ 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º Constitui contravenção penal, punível com a pena de multa prevista no art. 19 desta lei, deixar a empresa individual ou coletiva de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º É dever da empresa informar o trabalhador sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

Art. 17. Equiparam-se ao acidente do trabalho, nos termos do art. 18 desta lei, as seguintes entidades mórbidas:

I - a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente

Parágrafo único. Não será considerada como doença do trabalho:

I - a doença degenerativa;

II - a inerente a grupo etário; e

III - a doença endêmica adquirida por segurados habitantes de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que resultou de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Art. 18. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeito deste Capítulo:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, ou tenha produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física, inclusive de terceiro;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de compenheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação ou incêndio; e

f) outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e

IV - o acidente sofrido pelo empregado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa;

c) em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado;

d) no percurso da residência para o local do trabalho, ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado;

e) ocorrido durante o período correspondente à redução da jornada, no aviso prévio de iniciativa do empregador; e

f) em viagem de estudo financiada pela empresa, dentro de seus planos para melhoria de mão-de-obra.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravamento ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

§ 3º Considerar-se-á como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data de comunicação desta à empresa ou, na sua falta, a data da entrada do requerimento de benefício, a partir da qual será devida a prestação cabível.

Art. 19. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 2º (segundo) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º O acidentado ou seus dependentes receberão cópia da comunicação a que se refere este artigo.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não vigorando nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º deste artigo não exclui a empresa de responsabilidade civil e criminal decorrente dos danos causados.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe fiscalizarão a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

SEÇÃO II

Do Períodos de Carência

Art. 20. Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

Art. 21. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 22 desta lei:

I - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-maternidade: 12 (doze) contribuições mensais;

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 96 (noventa e seis) contribuições mensais.

Art. 22. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - salário-maternidade, salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, pecúlio, serviço social, reabilitação profissional e prestações por acidente do trabalho; e

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; Hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondilartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado de Paget (osteíte deformante); síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS); e contaminação por radiação, com base em laudo pericial da medicina especializada.

Parágrafo único. A Previdência Social poderá incluir na relação a que alude o inciso II deste artigo outras morbidades que se configurem como de grave risco para o segurado e a sociedade.

Art. 23. O período de carência é contado da data da filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. O período de filiação anterior à data da perda da qualidade de segurado não será computado para efeito de carência.

SEÇÃO III

Do Cálculo do Valor dos Benefícios

SUBSEÇÃO I

Do Salário-de-benefício

Art. 24. O valor do benefício de prestação continuada, exceto o salário-maternidade, o salário-família e os benefícios decorrentes de acidente do trabalho, será calculado com base no salário-de-benefício.

Art. 25. Salário-de-benefício é a média aritmética simples dos últimos salários relativos aos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, assim entendido:

I - para o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e o auxílio-reclusão, 1/12 (um doze avos) da soma dos salários de contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício até o máximo de 12 (doze), apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses; e

II - para os benefícios por tempo de serviço ou idade, 1/36 (um trinta e seis avos) da soma dos salários de contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, até o máximo de 36 (trinta e seis), apurados em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.

§ 1º Contando o segurado, conforme o caso, com menos de 12 (doze) ou 36 (trinta e seis) contribuições nos períodos máximos citados, o salário-de-benefício corresponderá à média aritmética dos salários de contribuição apurados.

§ 2º O salário-de-benefício não será inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º Não serão considerados, no cálculo do salário-de-benefício, os aumentos salariais não decorrentes de lei, promoção, disposição de acordo ou dissídio coletivo ou norma geral da empresa.

§ 4º Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido o benefício por incapacidade, sua duração é contada, considerando-se como salário de contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado este nas mesmas bases do salário-de-contribuição, não podendo ser inferior a 1 (um) salário mínimo.

Art. 26. Todos os salários de contribuição computados no cálculo do valor do benefício serão atualizados monetariamente, mês a mês, de acordo com os índices oficiais de inflação, de modo a preservar seus valores reais.

Art. 27. O salário-de-benefício do segurado que contribui em razão de atividades concomitantes é apurado com base nos salários de contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 25 desta lei e nas normas seguintes:

I - quando o segurado, em relação a cada atividade, preenche o período básico de cálculo, o salário-de-benefício é calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição; e

II - quando não se verifica a hipótese do inciso anterior, o salário de benefício corresponderá à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício da atividade na qual foi preenchido o período básico de cálculo; e

b) o percentual da média dos salários de contribuição das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completos de contribuição e os do período básico de cálculo do benefício.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário de contribuição, contribui apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário de contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 28. Para fins de apuração da renda mensal do benefício, por acidente do trabalho, entende-se como salário, vigente no dia do acidente, o contratado para ser pago por mês, dia ou hora, no mês do acidente, multiplicado por 30 (trinta), quando diário, ou por 220 (duzentos e vinte), quando horário.

Parágrafo Único. Quando, entre o dia do acidente e a data do início do benefício, ocorrer reajustamento por dissídio coletivo ou alteração do salário mínimo, a renda mensal inicial do benefício será reajustada, nos mesmos níveis, não se admitindo a aplicação de índices fracionados.

Art. 29. No caso de empregado que perceba remuneração variável, ou no de trabalhador avulso, o valor do benefício de prestação continuada, por acidente do trabalho, respeitado o percentual respectivo, será calculado com base na média aritmética simples:

I - dos 6 (seis) maiores salários-de-contribuição apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores ao acidente, se o segurado contar mais de 12 (doze) contribuições; e

II - dos salários de contribuição compreendidos nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao acidente ou no período de contribuição, conforme for mais vantajoso, se o segurado contar 12 (doze) ou menos contribuições nesse período.

§ 1º Na hipótese de o segurado não possuir 6 (seis) salários de contribuição, nos períodos mencionados nos incisos I e II deste artigo, a média será apurada de acordo com o número de salários de contribuição existente.

§ 2º A média aritmética prevista neste artigo, na hipótese de remuneração mista, aplica-se apenas à parte variável da mesma.

SUBSEÇÃO II

Da Renda Mensal do Benefício

Art. 30. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substitui o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor líquido inferior ao salário mínimo nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 31. No cálculo do valor do benefício são contadas as contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 32. Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, é concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, cabe ao sistema de previdência manter no cadastro do contribuinte segurado todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 33. Para os segurados empregados domésticos e trabalhador avulso que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovem o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. 34. Ao segurado em gozo de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-acidente e ao dependente que durante o ano recebeu pensão ou auxílio-reclusão, é devido o abono anual.

Parágrafo Único. O abono anual é calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tal como previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente.

Art. 35. É garantida a concessão de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, do auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de um salário mínimo, para os trabalhadores rurais referidos nas alíneas a e c do inciso I, e nos incisos IV e VII do art. 7º desta lei.

SEÇÃO IV

Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 36. O valor do benefício será reajustado sempre que for alterado o salário mínimo; a fim de manter o poder aquisitivo do benefício na data da sua concessão.

§ 1º A atualização do valor das contribuições da previdência e da renda mensal dos benefícios será feita sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o ICV-DIEESE e, na falta deste, utilizar-se-á o mesmo índice de correção do salário mínimo.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá o valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º O primeiro reajuste de valor do benefício, após sua concessão, terá por base a variação acumulada do índice referido no § 1º deste artigo.

§ 4º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 5º O pagamento em atraso de parcelas relativas a benefícios será atualizado de acordo com a variação do IPC do período compreendido entre a data em que se tornou devido e a data do respectivo pagamento.

Art. 37. A Administração da Previdência Social responsabilizará a chefia do órgão que der causa às despesas de atualização, previstas no § 5º do artigo anterior, pelo ressarcimento das mesmas.

SEÇÃO V

Dos Benefícios

SUBSEÇÃO I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 38. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º A concessão da aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, as suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social não lhe confere direito a aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 3º O benefício é devido a contar do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 4º Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

I - aos segurados referidos nos incisos I e III do art. 7º desta lei, a partir do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 (trinta) dias; e

II - aos segurados referidos nos incisos II, IV, V, VI e VII do art. 7º desta lei e aos facultativos, definidos no art. 9º desta lei, a contar da data em que se manifestou a incapacidade ou do dia da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 (trinta) dias.

§ 5º Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, cabe à empresa pagar ao segurado empregado o salário ou, ao segurado empresário, a remuneração.

§ 6º Em caso de doença que imponha segregação compulsória, a aposentadoria será devida desde a data da segregação se confirmada por exame médico de autoridade sanitária, independentemente da concessão de auxílio-doença.

Art. 39. A aposentadoria por invalidez, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

§ 1º No caso de acidente de trabalho, o valor da aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição do dia do acidente.

§ 2º Quando o segurado estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 40. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessite da assistência permanente de outra pessoa é majorado em 30% (trinta por cento).

Parágrafo único. A majoração de que trata este artigo:

I - será devida ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

II - será reajustada nas mesmas bases e condições da mensalidade da aposentadoria; e

III - cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 41. Será cancelada a aposentadoria por invalidez na data em que o segurado retornar voluntariamente à atividade.

Art. 42. Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, serão observadas as normas seguintes:

I - quando a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez, ou auxílio-doença que a antecedeu, o benefício cessa:

a) de imediato, para o segurado empregado com direito a retornar à função que desempenhava na empresa ao se aposentar, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

b) após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I deste artigo ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso daquele que habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade;

a) pelo seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que é verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de 50% (cinquenta por cento) daquele valor, por igual período, seguinte ao anterior; e

c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento) também por igual período seguinte, ao término do qual cessa definitivamente.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o segurado somente poderá ser considerado apto para o trabalho depois de submetido a processo de reabilitação que lhe possibilite o exercício de atividade na área urbana ou rural na qual trabalhava anteriormente.

SUBSEÇÃO II

Da Aposentadoria por Idade

Art. 43. A aposentadoria por idade é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completa 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta) anos, se mulher.

§ 1º Para os trabalhadores rurais referidos nas alíneas a e c do inciso I, e nos incisos IV e VII do art. 7º desta lei, e os referidos no § 1º do art. 9º desta lei, o limite de idade previsto no caput deste artigo será de 60 (sessenta) anos para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher, obedecidos os seguintes critérios:

I - para a concessão de benefícios no valor de 1 (um) salário mínimo exigirá-se a comprovação de exercício de atividade rural durante os últimos 60 (sessenta) meses anteriores à data da entrada do requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua;

II - para a concessão de benefícios de valor superior a 1 (um) salário mínimo exigirá-se a comprovação de exercício de atividade rural e efetiva contribuição, durante os últimos 96 (noventa e seis) meses anteriores à data de entrada do requerimento do benefício.

§ 2º A comprovação do exercício de atividade rural far-se-á mediante a apresentação de um dos documentos a seguir:

I - contrato individual de trabalho;

II - contrato de arrendamento ou parceria;

III - declaração do empregador rural;

IV - declaração do sindicato de trabalhadores da categoria e, em caso de pequenos produtores em regime de economia familiar, comprovante de cadastro do INCRA.

§ 3º A aposentadoria por idade será devida:

I - para o segurado empregado, inclusive o doméstico:

a) a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até 90 (noventa) dias depois dela; ou

b) a partir do requerimento, nos demais casos; e

II - para os demais segurados, a partir da data da entrada do requerimento.

Art. 44. A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste por grupo de 12 (doze) contribuições, até o máximo de 30% (trinta por cento).

Art. 45. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido a carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do feminino, sem compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data de rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

SUBSEÇÃO III

Da Aposentadoria por Tempo de Serviço e do Abono de Permanência em Serviço

Art. 46. A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se homem, ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher.

Art. 47. A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal:

I - para o homem: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento), aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, e

II - para a mulher: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) aos 30 (trinta) anos de serviço.

§ 1º O segurado que, tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, optar pelo prosseguimento na atividade faz jus ao abono de permanência em serviço, mensal, que não se incorpora à aposentadoria nem à pensão, correspondendo a:

I - 20% (vinte por cento) do salário-de-benefício para o segurado que conte entre 30 (trinta) e 34 (trinta e quatro) anos de serviço, e para a segurada que conte entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos de serviço; e

II - 25% (vinte e cinco por cento) do salário-de-benefício para o segurado com 35 (trinta e cinco) ou mais anos de serviço e para a segurada com 30 (trinta) ou mais anos de serviço.

§ 2º O abono de permanência em serviço é devido a contar da data de entrada do requerimento, não varia de acordo com a evolução do salário-de-contribuição do segurado e é reajustado na forma dos demais benefícios de prestação continuada.

Art. 48. A data do início da aposentadoria por tempo de serviço é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 43 desta lei.

Art. 49. O tempo de serviço deve ser provado na forma estabelecida em regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 7º desta lei:

I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenham sido contados para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II - o tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo, mesmo antes da vigência desta lei; e

IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público.

§ 1º Somente será averbado o tempo de serviço prestado quando não era obrigatória a filiação ao anterior regime de Previdência Social, mediante a indenização das contribuições correspondentes, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, nas condições hoje estabelecidas.

§ 2º O tempo de serviço referente ao exercício de atividade rural anterior à data de início desta lei é computado, independentemente do recolhimento de contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, na forma estabelecida em Regulamento.

§ 3º Não é admitida para contagem de tempo de serviço prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

Art. 50. O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções, de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

SUBSEÇÃO IV

Da Aposentadoria Especial

Art. 51. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei e sem exigência de limite de idade, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, na forma estabelecida em Regulamento.

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal correspondente ao valor do salário-de-benefício.

§ 2º A data de início do benefício é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 43 desta lei.

§ 3º O tempo de serviço correspondente à atividade profissional exercida sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física é convertido, proporcionalmente, de acordo com o tempo previsto para a respectiva aposentadoria, para efeito de qualquer benefício.

§ 4º É prejudicial à saúde o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, sendo garantida a aposentadoria de que trata este artigo aos 25 (vinte e cinco) anos de atividade.

§ 5º O Poder Executivo publicará a relação das atividades que dão direito à aposentadoria especial, nela incluindo obrigatoriamente todas as que ficaram nos Decretos nºs 53.831, de 25 de março de 1964, e 83.080, de 24 de janeiro de 1979, com os mesmos tempos de serviço neles previstos.

§ 6º Para os segurados empregados, todos os períodos de percepção dos adicionais de insalubridade ou periculosidade são considerados como de atividade sob condições especiais, independentemente de constarem, ou não, da relação a que alude o parágrafo anterior.

§ 7º Os períodos de atividade comum que dão direito à aposentadoria por tempo de serviço são computados para aposentadoria especial, com redução de 20% (vinte por cento).

Art. 52. O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional, enquadrada no artigo anterior, permanece licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, é contado para a aposentadoria especial, nas mesmas condições dos exercentes da atividade representada.

SUBSEÇÃO V

Do Auxílio-Doença

Art. 53. O auxílio-doença será devido ao segurado que, após cumprida, quando for o caso, a carência exigida nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias.

§ 1º Não é devido auxílio-doença ao segurado que se filia ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevém por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º O auxílio-doença é devido ao segurado empregado ou empresário a contar do 16º (décimo sexto) dia de afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença é devido a contar da data da entrada do requerimento.

Art. 54. O auxílio-doença, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste por grupo de 12 contribuições mensais realizadas, até o máximo de 10% (dez por cento).

Art. 55. O valor mensal do auxílio-doença, no caso de acidente do trabalho, é de 100% (cem por cento) do salário-de-contribuição do segurado, em vigor no dia do acidente, não podendo ser inferior a igual porcentagem do seu salário-de-benefício.

Parágrafo único. Após a cessação do auxílio-doença por acidente do trabalho e consequente retorno ao trabalho, havendo agravamento da moléstia que resulte no restabelecimento do benefício, o novo

salário-de-contribuição será considerado no cálculo, se mais vantajoso.

Art. 56. Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento da atividade por motivo de doença, incube à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário ou, ao segurado empresário, a sua remuneração.

Art. 57. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho da nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Parágrafo único. Aplica-se ao auxílio-doença o disposto no parágrafo único do art. 42 desta lei.

Art. 58. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença é considerado pela empresa como licenciado.

Art. 59. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

SUBSEÇÃO VI

Do Auxílio-Acidente

Art. 60. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:

I - redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional;

II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional; ou

III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.

§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá a um dos seguintes percentuais do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a iguais percentuais do seu salário-de-benefício:

I - 30% (trinta por cento), na hipótese do inciso I do caput deste artigo; ou

II - 40% (quarenta por cento), na hipótese do inciso II do caput deste artigo; ou

III - 60% (sessenta por cento), na hipótese do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º Quando o auxílio-acidente suceder ao auxílio-doença acidentário, os percentuais acima serão aplicados sobre o valor da última mensalidade deste, se superior ao salário-de-benefício.

§ 3º O auxílio-acidente será devido a contar do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 4º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não relacionado com o mesmo acidente não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 5º Quando o segurado falecer em gozo de auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.

§ 6º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em consequência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite do § 2º do art. 25 desta lei.

SUBSEÇÃO VII

Do Auxílio-Natalidade

Art. 61. O auxílio-natalidade é devido, após 12 (doze) contribuições mensais, à segurada gestante ou ao segurado pelo parto de sua esposa ou companheira não segurada, e consiste em um parcela única no valor do limite mínimo do salário-de-contribuição.

§ 1º O auxílio-natalidade, independentemente de convênio para esse fim, deve ser pago pela empresa com mais de 10 (dez) empregados, até 48 (quarenta e oito) horas após o parto, comprovado por certidão de nascimento, mediante compensação, por ocasião do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais.

§ 2º O pagamento do auxílio-natalidade deve ser anotado na Carteira de Trabalho do empregado, conforme estabelecido em Regulamento.

S 3º O segurado de empresa com menos de 10 (dez) empregados e os referidos nos incisos II a VII do art. 7º desta lei receberão o auxílio-natalidade no Posto de Benefício, mediante formulário próprio e cópia da certidão de nascimento, até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega dessa documentação.

SUBSEÇÃO VIII

Do Salário-Maternidade

Art. 62. O salário-maternidade será devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, às referidas no inciso VII do art. 7º desta lei e à empregada doméstica durante 28 (vinte e oito) dias antes e 92 (noventa e dois) dias depois do parto, observadas as situações e condições previstas na legislação trabalhista no que concerne à proteção à maternidade.

Art. 63. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral e será pago pela empresa, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, na forma estabelecida em Regulamento.

Parágrafo único. A empresa deve conservar os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

Art. 64. O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social:

I - à empregada doméstica, em valor correspondente ao seu último salário-de-contribuição;

II - às seguradas referidas no inciso VII do art. 7º desta lei, no valor do salário mínimo.

Art. 65. Cabe à Previdência Social fornecer os atestados necessários, inclusive para os efeitos trabalhistas de que trata esta Subseção.

SUBSEÇÃO IX

Do Salário-Família

Art. 66. O salário-família será devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao segurado trabalhador avulso, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e aos segurados mencionados no inciso VII do art. 7º desta lei na proporção do número de seus filhos ou equiparados, nos termos do § 2º do art. 12, menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos.

§ 1º O aposentado tem direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria, nas mesmas condições deste artigo.

§ 2º Aos empregados domésticos e aos segurados referidos no inciso VII do art. 7º desta lei o salário-família será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 67. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição corresponderá aos seguintes percentuais incidentes sobre o limite mínimo do salário-de-contribuição mensal:

I - 10% (dez por cento) para o que receber até 3 (três) salários mínimos;

II - 5% (cinco por cento) para o que receber acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos;

III - 2% (dois por cento) para o que receber acima de 6 (seis) salários mínimos.

Art. 68. O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.

Art. 69. A cota do salário-família não será incorporada, para nenhum efeito, ao salário ou ao benefício.

Art. 70. Aplicam-se ao salário-família as determinações contidas no parágrafo único do art. 63 desta lei.

SUBSEÇÃO X

Da Pensão por Morte

Art. 71. A pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falece, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 72. O valor da pensão por morte será constituído do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a mais vantajosa a que teria direito se estivesse aposentado na data do seu falecimento.

§ 1º No caso de acidente do trabalho, o valor mensal da pensão será igual ao do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício.

§ 2º Se o segurado falecer antes de completada a carência de 12 (doze) meses, o valor da aposentadoria base considerará a média aritmética das contribuições realizadas, observado o disposto no art. 26 desta lei.

Art. 73. Quando houver mais de um pensionista:

I - a pensão será rateada entre todos em partes iguais; e

II - reverterá em favor dos demais a cota daquele cujo direito à pensão cessa.

Art. 74. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, concorre em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 12 desta lei.

Art. 75. São excluídos da pensão os dependentes em geral nos casos de morte ou casamento, os filhos não inválidos ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade e os pensionistas inválidos quando cessar a invalidez.

Art. 76. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial, decorridos 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória na forma desta Subseção.

§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

SUBSEÇÃO XI

Do Auxílio-Reclusão

Art. 77. O auxílio-reclusão será devido, no mesmo valor da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria.

Parágrafo único. O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão.

SUBSEÇÃO XII

Do Auxílio-Funeral

Art. 78. Por morte do segurado é devido auxílio-funeral, ao executor do funeral, em valor não excedente ao dobro do limite mínimo do salário-de-contribuição.

Parágrafo único. O executor dependente do segurado recebe o valor máximo previsto.

SUBSEÇÃO XIII

Do Pecúlio Especial e Acidentário

Art. 79. O pecúlio especial será devido:

I - ao segurado que se incapacita para o trabalho antes de ter completado o período de carência;

II - ao segurado aposentado por idade ou por tempo de serviço pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida pelo mesmo, quando dela se afastar; e

III - ao segurado em gozo de benefício no qual não foi computada a totalidade das contribuições efetuadas no período básico de cálculo.

Art. 80. O segurado aposentado que receber pecúlio especial e voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social somente poderá levantar o novo pecúlio após 36 (trinta e seis) meses contados da nova filiação.

Art. 81. O pecúlio especial, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 79 desta lei, consiste no pagamento único de valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições do segurado, antes do vencimento do período de carência ou após a nova filiação, conforme o caso, atualizadas monetariamente.

Art. 82. Na hipótese do inciso III do art. 79 desta lei, o pecúlio corresponderá à soma das parcelas não consideradas no cálculo do benefício, sujeitas, também, a correção monetária.

Art. 83. O pecúlio acidentário será devido ao segurado ou a seus dependentes, em caso de invalidez ou morte decorrente de acidente do trabalho.

Art. 84. O pecúlio acidentário consistirá em um pagamento único de 75% (setenta e cinco por cento) do limite máximo do salário-de-contribuição, no caso de invalidez, e de 150% (cento e cinquenta por cento) desse mesmo limite, no caso de morte.

SEÇÃO VI

Dos Serviços

SUBSEÇÃO I

Do Serviço Social

Art. 85. Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

S 1º Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

S 2º Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários, serão utilizados intervenção técnica, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive através de celebração de convênios, acordos ou contratos.

S 3º O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

S 4º O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico às coordenações de ação social dos Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

SUBSEÇÃO II

Da Reabilitação Profissional

Art. 86. A reabilitação profissional e social deverá proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, ou deficiente físico ou mental, os meios de reeducação e readaptação profissional e social indicados para que possa participar do mercado de trabalho.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

I - a assistência médica, abrangendo a cirúrgica, a hospitalar, a ambulatorial, a farmacêutica e a odontológica;

II - o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso;

III - a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário; e

IV - o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 87. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 88. Em localidade onde a Previdência Social não dispuser de recursos próprios ou contratados, a empresa prestará ao segurado a assistência médica de emergência, e, quando indispensável, a critério médico, providenciará a sua remoção para o serviço médico previdenciário mais próximo, sob pena de responsabilidade civil e penal e da multa prevista no art. 19 desta lei.

S 1º Assistência médica de emergência é a necessária ao atendimento do segurado, enquanto a Previdência Social não assumir a responsabilidade por ele.

S 2º A Previdência Social reembolsará a empresa das despesas com a assistência de que trata este artigo, de acordo com os padrões do local de atendimento.

Art. 89. Concluído o processo de reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que podem ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este possa exercer outra atividade para a qual se capacite.

Art. 90. A empresa com 20 (vinte) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados, na proporção abaixo, dando preferência a seus ex-empregados.

I - até 200 empregados, 2% (dois por cento);

II - de 201 a 500, 3% (três por cento);

III - de 501 a 1.000, 4% (quatro por cento);

IV - de 1.001 em diante, 5% (cinco por cento).

S 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado, ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

S 2º A Previdência Social deverá fornecer ao sindicato ou entidade representativa dos empregados, semestralmente ou quando solicitada, a relação do total de empregados e das vagas preenchidas

por reabilitados e deficientes habilitados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

SEÇÃO VII

Da Contagem Recíproca de Tempo de Serviço

Art. 91. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço nas administrações públicas direta, indireta ou fundacional e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Parágrafo único. A compensação financeira será devida pelos demais sistemas àquele a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, na proporção dos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 92. Observada a carência de 36 (trinta e seis) contribuições mensais, o segurado poderá contar, para fins de obtenção dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o tempo de serviço prestado à administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Poderá ser contado o tempo de serviço prestado à administração pública direta, autárquica e fundacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que estes assegurem aos seus servidores a contagem do tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 93. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com os acréscimos legais; e

V - o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início da vigência desta lei, será computado sem que seja necessário o pagamento das contribuições a ele correspondente.

Art. 94. A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo na forma desta Seção, será concedida ao segurado após 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, se do sexo feminino, e, se do masculino, a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. 95. Quando a soma dos tempos de serviço do segurado ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 96. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da respectiva legislação.

SEÇÃO VIII

Das Disposições Diversas Relativas às Prestações

Art. 97. Nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 98. Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 99. A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios.

Art. 100. O tempo de serviço de que trata o art. 43 desta lei será considerado para cálculo do valor da renda mensal de qualquer benefício.

Art. 101. A concessão de auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário será feita na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 102. Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro.

Art. 103. Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se referem, e os descontos efetuados.

Art. 104. O benefício em dinheiro é pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa, ou impossibilidade de locomoção, quando é pago ao seu procurador cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 105. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de responsabilidade firmado no ato do recebimento, na forma do Regulamento.

Art. 106. O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente.

Art. 107. O segurado menor pode firmar recibo de benefício, independentemente da presença dos pais ou tutor.

Art. 108. O valor não recebido, em vida, pelo segurado deverá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 109. A falta de documentação não constitui motivo para recusa do recebimento de requerimento de benefício.

Art. 110. A recusa de fornecimento de protocolo ou comprovante de requerimento sujeita o servidor responsável às penas administrativas cabíveis, além da multa prevista no art. 19 desta lei.

Art. 111. A empresa, o sindicato ou a entidade de aposentado devidamente legalizada poderá, mediante convênio com a Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Social;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e concessão de benefício que dependa de avaliação de incapacidade;

III - pagar benefício;

IV - preencher documento de cadastro e carteira a ser autenticada pela Previdência Social; e

V - prestar outros serviços à Previdência Social.

Art. 112. O convênio poderá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, do sindicato ou da entidade de aposentado devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II a V do artigo anterior, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pela empresa.

Art. 113. O segurado em gozo de benefício por incapacidade e o pensionista inválido ficam obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames médicos a cargo da Previdência Social, bem como aos tratamentos e processos de reabilitação profissional por ela proporcionados, exceto o cirúrgico, que é facultativo.

Parágrafo único. Ao aposentado por invalidez que completar 50 (cinquenta) anos de idade não se aplica a norma contida no caput deste artigo.

Art. 114. Podem ser descontados dos benefícios:

I - o pagamento de benefício além do devido;

II - o imposto de renda retido na fonte;

III - a pensão de alimentos decretada em sentença judicial; e

IV - as contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social.

Art. 115. Ressalvado o direito adquirido, não será permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

I - aposentadoria e auxílio-doença;

II - 2 (duas) ou mais aposentadorias; e

III - aposentadoria e abono de permanência em serviço.

S 1º O segurado em gozo de aposentadoria que voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social fará jus, em caso de acidente do trabalho, além da reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e ao pecúlio-acidentário.

S 2º Quando o acidente acarretar invalidez do aposentado, este poderá optar pela transformação da aposentadoria comum em aposentadoria acidentária.

S 3º Em caso de morte, será concedida a pensão acidentária quando mais vantajosa, sem prejuízo do pecúlio-acidentário.

S 4º O segurado aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que, tendo ou não retornado à atividade, apresentar doença

profissional ou do trabalho relacionada com a atividade que antes exercia, terá direito à transformação da sua aposentadoria em aposentadoria por invalidez acidentária, bem como ao pecúlio-acidentário, se atender às condições desses benefícios.

PARTE III

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 116. As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta lei obedecerão ao rito sumaríssimo e serão isentas de pagamento de custas e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

S 1º As ações relativas a acidentes do trabalho serão processadas e julgadas pela Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, pelo rito sumaríssimo, correndo durante as férias forenses.

S 2º Sem prejuízo do disposto nesta lei, o Código de Processo Civil será aplicável, inclusive quanto à perícia médica, à ação de acidente do trabalho, nela compreendida a ação revisional.

Art. 117. A autoridade previdenciária deverá formalizar desistência ou abster-se de recorrer nos processos judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual o Poder Judiciário houver expedido Súmula de Jurisprudência favorável aos beneficiários.

Art. 118. O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Art. 119. Fica extinto o Programa de Previdência Social aos Estudantes, instituído pela Lei nº 7.004, de 24 de junho de 1982, mantendo-se o pagamento dos benefícios de prestação continuada iniciado até a entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único. Àquele que vinha contribuindo regularmente para esse Programa fica assegurada a devolução das contribuições, atualizadas monetariamente.

Art. 120. Mantidos os benefícios concedidos até a vigência desta lei, com valor não inferior ao do salário mínimo mensal, ficam extintos os regimes de previdência social instituídos pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e pela Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975.

Art. 121. As prestações devidas aos ex-combatentes e ao ferroviário, servidor público ou autárquico federal ou em regime especial, que não optou pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, bem como aos seus dependentes, serão objeto de legislação específica, que disporá também sobre o seu custeio.

Art. 122. Para a entrada em vigor do período de carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial, previsto no inciso II do art. 21 desta lei, observar-se-á a seguinte tabela, levando-se em conta o ano da data de entrada do requerimento:

Ano de Entr. do Requerimento	Meses de Contribuição Exigidos
Até 1990	60
Até 1991	66
Até 1992	72
Até 1993	78
Até 1994	84
Até 1995	90
Até 1996 em diante	96

Art. 123. A infração a qualquer dispositivo desta lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, a multa variável de um limite mínimo do salário-de-contribuição até 100 (cem) vezes esse mesmo limite.

Parágrafo único. A autoridade que reduz ou releva multa deve recorrer de seu ato para a autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 124. Os recursos interpostos pela Previdência Social em processos que envolvam prestações desta lei serão recebidos exclusivamente no efeito devolutivo, cumprindo-se, desde logo, a decisão ou sentença, através de processo suplementar ou carta de sentença.

Parágrafo único. Ocorrendo a reforma da decisão, será suspenso o benefício e exonerado o beneficiário de restituir valores recebidos por força da liquidação condicionada.

Art. 125. Serão respeitadas as aposentadorias especiais, já deferidas até a data da publicação desta lei, quanto às respectivas bases de cálculo para fixação dos valores correspondentes.

Art. 126. Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

Parágrafo único. No prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, a Previdência Social efetuará o pagamento, corrigido mone-

tariamente, da diferença entre o valor dos benefícios pagos e o valor revisto na forma do caput deste artigo.

Art. 127. A gratificação natalina dos beneficiários da Previdência Social, relativa ao ano de 1989, terá por base a renda do mês de dezembro, devendo ser paga em 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, corrigida monetariamente e calculada nos termos do parágrafo único do art. 34 desta lei.

Art. 128. Aos segurados que, a partir da instituição do Piso Nacional de Salário, criado pelo Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, tiveram seus salários de contribuição vinculados ao Salário Mínimo de Referência é facultado o recolhimento, com juros e correção monetária, de contribuição complementar, decorrente da utilização do valor do Piso Nacional de Salário como base de contribuição.

§ 1º O pagamento previsto no caput deste artigo, a ser efetuado no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, determinará, a requerimento do interessado, revisão do cálculo do benefício em cujo gozo se encontre o segurado.

§ 2º Tratando-se de segurado empregado, incumbe-lhe também o pagamento da parcela devida pela empresa.

Art. 129. A Previdência Social encaminhará ao Congresso Nacional relatórios trimestrais detalhados sobre a implantação das medidas previstas nesta lei.

Art. 130. As contribuições anteriores à data da entrada em vigor desta lei, relativas ao Pécúlio previsto nos arts. 79 a 82 desta lei, regem-se pela legislação vigente à época de seu recolhimento.

Art. 131. Mediante justificação processada perante a Previdência Social, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato de interesse do beneficiário ou da empresa, salvo os sujeitos a registro público.

Parágrafo único. Para comprovação de tempo de serviço, a justificação dependerá de início de prova documental da época a ser comprovada, salvo ocorrência de força maior ou caso fortuito.

Art. 132. Regem-se pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas, dos jornalistas profissionais e dos ex-combatentes.

Art. 133. Das decisões administrativas relativas à matéria tratada nesta lei, caberá recurso às Juntas de Recursos da Previdência Social - JRPS ou ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, que o apreciarão em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, conforme disposto em Regulamento.

Art. 134. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 135. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 136. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, de junho de 1990. - Deputado Theodoro Mendes,

JUSTIFICATIVA

Essa emenda visa restabelecer o global do projeto que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência que foi amplamente discutido e finalmente aprovado por unanimidade pela Câmara e Senado Federal e que representa os anseios dos trabalhadores e pensionistas brasileiros.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ HENRIQUE		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90			
ALÍNEA			
PÁGINA			
TEXTO			
<p>Dê-se à Medida Provisória nº 249, de 1990, seguinte redação</p> <p>Art. 1º A Previdência Social tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.</p> <p>Art. 2º A Previdência Social reger-se pelos seguintes princípios básicos:</p>			

I - universalidade da cobertura e do atendimento; todos os trabalhadores;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e tratamentos trabalhistas, urbanos e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - duração da prestação financeira;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, com participação da comunidade, em especial do trabalhador e do aposentado.

Art. 3º É criado o Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - quatro representantes do Poder Judiciário;

II - dois representantes da Sociedade Civil, sendo:

Art. 133. Das decisões administrativas relativas à matéria tratada nesta lei, caberá recurso às Juntas de Recursos da Previdência Social - JRPS ou ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, que o apreciarão em prazo não superior a sessenta dias, conforme disposto em Regulamento.

Art. 134. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias de sua publicação.

Art. 135. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 136. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É nosso dever formular o presente substitutivo.

A matéria foi objeto de minuciosa e substancial análise pelo Congresso Nacional, que concluiu por sua aprovação, com a manifestação de todos os partidos políticos.

O veto apostado pelo Presidente da República afronta cerca de milhões de aposentados e pensionistas que pensavam ver, finalmente, uma luz no fim do túnel.

A presente proposta propiciará a que os membros integrantes das duas Casas do Parlamento possam ratificar o projeto de lei já aprovado, levando, com isso, a um reexame por parte do Poder Executivo, sobre tema de tal relevância.

a) dois representantes dos aposentados e pensionistas;

b) dois representantes dos trabalhadores em atividade;

c) três empresários;

d) três especialistas em áreas de conhecimento pertinentes, em especial, Política Social, Atuária e Direito Previdenciário.

§ 1º - O Conselho Nacional de Previdência Social será presidido por um dos seus integrantes a ser designado pelo Presidente da República.

§ 2º - Todos os membros serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez em continuidade.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores, aposentados, dos empresários e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais respectivas.

§ 4º - O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre ou extraordinariamente, por iniciativa de seu presidente, a requerimento de um terço de seus membros, caso em que o Presidente convocará reunião no prazo máximo de quinze dias.

§ 5º - As despesas pessoais para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das entidades representadas.

Art. 4º - Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social:

I - estabelecer as diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II - acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária, em relação à eficiência no uso dos recursos e eficácia social;

III - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias e demais planos e programas da Previdência Social;

IV - elaborar seu regimento interno.

PARTE II

DO PLANO DE BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

TÍTULO I

DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 5º - A Previdência Social compreende:

I - o Regime Geral de Previdência Social; e

II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

§ 1º - O Regime Geral de Previdência Social-RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º, desta Lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei especial.

§ 2º - O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei especial.

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 6º - Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se em segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I

DOS SEGURADOS

Art. 7º - É segurado obrigatório:

I - como empregado:

a) o que presta serviço não eventual, de natureza urbana ou rural, a empresa, sob dependência desta e mediante salário, inclusive como diretor empregado;

b) o contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica;

c) o que presta serviço sazonal de natureza urbana ou rural a uma ou mais empresas;

d) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

e) aquele que presta serviço, no Brasil, a missão diplomática ou repartição consular de carreira estrangeira e a órgão a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular; e

f) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado obrigatório na forma da legislação vigente do país do domicílio;

II - como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa física, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos;

III - como empresário:

a) o titular de firma individual, urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade, o sócio-gerente, o sócio-soladário, o sócio-cotista que recebe pro labore e o sócio de indústria, de empresa urbana ou rural; e

b) a pessoa física que, diretamente ou por intermédio de preposto, exerce atividade agropecuária, pesqueira e de extração de minerais com auxílio de empregados permanentes;

IV - como trabalhador autônomo:

a) aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada de natureza urbana ou rural; e

b) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural de caráter eventual a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

V - como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:

a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

b) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando amparado por sistema próprio de previdência social;

c) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando amparado por sistema de previdência social do país do local de trabalho; e

d) o médico residente, nos termos da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1961;

VI - como trabalhadores avulsos, os estivadores, os consertadores de carga e descarga, os conferentes de carga e descarga, os vagões portuários, os arrumadores e os trabalhadores de bloco e assentelados que, agrupados em sindicatos, prestam serviço a diversas empresas, sem vínculo empregatício; e

VII - como segurados especiais, o produtor rural, proprietário ou não, o garimpeiro, o pescador artesanal e os que exercem essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ou ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

§ 1º - Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social será obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas, observados os limites de contribuição e de benefícios estabelecidos nesta Lei para cada segurado.

§ 2º - O aposentado do Regime Geral de Previdência Social que permaneça em atividade sujeita a este regime, ou a ela retorne, somente ter direito, por ocasião do afastamento, ao pecúlio especial, conforme o disposto nos arts. 76 e 79, desta Lei, não fazendo jus a outras prestações salvo as decorrentes de sua condição de aposentado, observado, em caso de acidente do trabalho, o disposto no art. 115 desta Lei.

§ 3º - Considera-se economia familiar o resultado concomitante avaliável da soma do trabalho individual dos membros de uma família, exercido na mesma propriedade.

§ 4º - A relação dos trabalhadores avulsos a que se refere o inciso VI do caput deste artigo será arquivada sempre que o Ministério do Trabalho e da Previdência Social reconhecer outras atividades pertencentes a essa categoria.

Art. 8º - Os servidores civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou dos Territórios, bem como os das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, com exceção desta Lei, desde que estejam sujeitos a sistema próprio de previdência social.

§ 1º - Caso estes servidores venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação apenas a essas atividades.

§ 2º - Entende-se como sistema próprio de previdência social o que assegura, pelo menos, aposentadoria e pensão.

Art. 9º - É segurado facultativo o maior de quatorze anos de idade que contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, desde que não esteja enquadrado no art. 7º desta Lei.

§ 1º - Incluem-se neste artigo:

I - o produtor, mesmo com a ajuda eventual de terceiros, o meeiro e o arrendatário familiares em atividades que absorvam sua força de trabalho e lhes garantam a subsistência;

II - o garimpeiro ou o pescador e o assentelado que, sem vínculo empregatício, trabalha em regime de economia familiar; e

III - o integrante da família da pessoa referida no inciso I ou II, que com ela trabalha, observado o disposto no inciso I do § 3º do art. 227 da Constituição Federal.

§ 2º - Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregados, mesmo com a ajuda eventual de terceiros.

Art. 10 - Consideram-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que, assumindo o risco de atividade econômica urbana ou rural, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, bem como os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; e

II - empregador doméstico - quem admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

§ 1º - Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei:

I - o empregador rural pessoa física, o pescador e o garimpeiro que empregarem mais de dez trabalhadores;

II - o trabalhador autônomo que remunera serviço a ele prestado por empregado ou por outro trabalhador autônomo;

III - a sociedade civil de direito ou de fato, inclusive o condomínio imobiliário definido na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a cooperativa ou associação de qualquer natureza, bem como a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeira e os respectivos membros, em relação a segurado a seu serviço.

§ 2º - A equiparação prevista no parágrafo anterior não altera as relações jurídicas entre as cooperativas e seus associados como disciplinadas na legislação competente.

Art. 11 - Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

II - até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixa de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou está suspenso ou licenciado sem remuneração;

III - até doze meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até doze meses após o livramento, o segurado detido ou recluso;

V - até três meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar; e

VI - até doze meses, o segurado filiado facultativo que não exerce atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.

§ 1º - O prazo do inciso II é dilatado para até vinte e quatro meses se o segurado já tiver pago mais de cento e vinte contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado.

§ 2º - Estando o segurado desempregado e comprovada tal condição ex ofício próprio do governo federal, os prazos previstos no inciso II do caput deste artigo e no parágrafo anterior ficam acrescidos de doze meses.

§ 3º - Para efeito de curatela, no caso de interdição do beneficiário, a autoridade judiciária pode louvar-se no laudo médico pericial da Previdência Social.

§ 4º - Dentro do prazo estabelecido no inciso VI deste artigo, não é aceito novo pagamento de contribuições sem que sejam pagas as relativas ao período da interrupção.

§ 5º - Durante os prazos deste artigo, o segurado conserva todos os seus direitos perante a Previdência Social.

§ 6º - A perda da qualidade de segurado ocorre no nono dia do segundo mês seguinte ao do término dos prazos fixados neste artigo.

SEÇÃO II

DOS DEPENDENTES

Art. 12 - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido; e

II - a pessoa designada, menor de vinte e um anos ou maior de sessenta anos, ou inválida.

§ 1º - Aos pais e irmãos do segurado, quando designados, não se aplicam os limites de idade previstos no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º - Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I do caput deste artigo, mediante declaração do segurado, o enteado; o menor que, por determinação judicial, acha-se sob a sua guarda; e o menor que se acha sob sua tutela e não possui condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheiro a pessoa que manteve vida em comum com o segurado pelo menos nos últimos cinco anos ou por menor tempo, se teve com ele filho.

§ 4º - A existência de dependentes mencionados no inciso I do caput deste artigo exclui do direito às prestações os da classe seguinte, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - concorrência da pessoa designada com filhos do segurado na inexistência de cônjuge ou companheira; e

II - concorrência da pessoa designada com o cônjuge ou companheira na inexistência de filhos menores.

§ 5º - A dependência econômica das pessoas de que trata o inciso I do caput deste artigo é presumida e a sua ausência deve ser provada.

§ 6º - Para os efeitos do inciso II do caput deste artigo, não será exigida a dependência econômica exclusiva.

SEÇÃO III

DAS INSCRIÇÕES

Art. 13 - A forma de inscrição do segurado e dos dependentes é estabelecida em regulamento.

§ 1º - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º - O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de certidão de desquite, separação judicial ou divórcio ou direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença judicial, transitada em julgado, pelo abandono do lar voluntariamente há cinco ou mais anos.

§ 3º - A Previdência Social poderá emitir, para produzir efeitos exclusivamente perante a Carteira de Trabalho e Previdência Social para o trabalhador rural, autônomo, avulso e os a ele equiparados, com a finalidade de provar a filiação e assegurar o controle das contribuições.

CAPÍTULO II

DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I

DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES

Art. 14 - O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, inclusive as relativas a acidentes de trabalho:

I - ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria por tempo de serviço e abono de permanência em serviço;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) auxílio-acidente;
- g) auxílio-natalidade;
- h) salário-maternidade; e
- i) salário-família;

II - ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-reclusão; e
- c) auxílio-funeral;

III - ao segurado e dependente:

- a) pensão especial e acidentário;
- b) serviço social; e
- c) reabilitação profissional.

Art. 15 - As prestações relativas aos acidentes de trabalho são devidas aos segurados e respectivos dependentes mencionados nos incisos I, II, V, alínea d, VI e VII do art. 7º desta Lei, bem como aos presidiários que exerçam atividade remunerada.

Art. 16 - Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 7º desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

§ 1º - A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º - Constitui contravenção penal, punível com a pena de multa prevista no art. 19 desta Lei, deixar a empresa individual ou coletiva de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º - É dever da empresa informar o trabalhador sobre os riscos do ocupação a executar e do produto a manipular.

Art. 17 - Equiparam-se ao acidente de trabalho, nos termos do art. 16 desta Lei, as seguintes entidades morbidas:

I - a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade; e

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente.

Parágrafo único - Não será considerada como doença do trabalho:

I - a doença degenerativa;

II - a inerente a grupo etário; e

III - a doença endêmica adquirida por segurados habitantes de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que resultou de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Art. 18 - Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeito deste Capítulo:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a perda ou redução de sua capacidade para o trabalho, ou tenha produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física, inclusive de terceiros;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação ou incêndio; e

f) outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e

IV - o acidente sofrido pelo empregado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa;

c) em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado;

d) no percurso da residência para o local do trabalho, ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado;

e) ocorrido durante o período correspondente à redução da jornada, no aviso prévio de iniciativa do empregador; e

f) em viagem de estudo financiada pela empresa, dentro de seus planos para melhoria de mão-de-obra.

§ 1º - Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º - Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

§ 3º - Considerar-se-á como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data de comunicação desta à empresa ou, na sua falta, a da entrada do requerimento de benefício, a partir da qual será devida a prestação cabível.

Art. 19 - A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o segundo dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º - O acidentado ou seus dependentes receberão cópia da comunicação a que se refere este artigo.

§ 2º - Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não vigorando nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º - A comunicação a que se refere o § 2º deste artigo não exime a empresa de responsabilidade civil e criminal decorrente dos danos causados.

§ 4º - Os sindicatos e entidades representativas de classe fiscalizarão a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

SEÇÃO II

DOS PERÍODOS DE CARÊNCIA

Art. 20 - Período de carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

Art. 21 - A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 22 desta Lei:

I - auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-maternidade: doze contribuições mensais;

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: noventa e seis contribuições mensais.

Art. 22 - Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

I - salário-maternidade, salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-funeral, pecúlio, serviço social, reabilitação profissional e prestações por acidente do trabalho; e

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; Hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondilartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado de Paget (osteíte deformante); síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS); e contaminação por radiação, com base em laudo pericial de medicina especializada.

Parágrafo único - A Previdência Social poderá incluir na relação a que alude o inciso II deste artigo outras morbidades que se configurem como de grave risco para o segurado e a sociedade.

Art. 23 - O período de carência é contado da data da filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único - O período de filiação anterior à data da perda da qualidade de segurado não serão computado para efeito de carência.

SEÇÃO III

DO CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

SUBSEÇÃO I

DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO

Art. 24 - O valor do benefício de prestação continuada, exceto o salário-maternidade, o salário-família e os benefícios decorrentes de acidente do trabalho, será calculado com base no salário-de-benefício.

Art. 25 - Salário-de-benefício é a média aritmética simples dos últimos salários-de-contribuição relativos aos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, assim entendido:

I - para o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e o auxílio-reclusão, os doze avos da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício até o máximo de doze, apurados em período não superior a dezoito meses; e

II - para os benefícios por tempo de serviço ou idade, os trinta e seis avos da soma dos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses.

§ 1º - Contando o segurado, conforme o caso, com menos de doze ou trinta e seis contribuições nos períodos máximos citados, o salário-de-benefício corresponderá à média aritmética dos salários-de-contribuição apurados.

§ 2º - O salário-de-benefício não será inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

§ 3º - Não serão considerados, no cálculo do salário-de-benefício, os aumentos salariais não decorrentes de lei, promoção, disposição de acordo ou dissídio coletivo ou norma geral da empresa.

§ 4º - Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefício por incapacidade, sua duração é contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado este nas mesmas bases do salário-de-contribuição, não podendo ser inferior a um salário mínimo.

Art. 26 - Todos os salários-de-contribuição computados no cálculo do valor do benefício serão atualizados monetariamente, mês a mês, de acordo com os índices oficiais de inflação, de modo a preservar seus valores reais.

Art. 27 - O salário-de-benefício do segurado que contribui em razão de atividades concomitantes é apurado com base nos salários-de-contribuição das a-

tividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 25 desta Lei e nas normas seguintes:

I - quando o segurado, ex relação a cada atividade, preenche o período básico de cálculo, o salário-de-benefício é calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição; e

II - quando não se verifica a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponderá à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício da atividade na qual foi preenchido o período básico de cálculo; e

b) o percentual da média dos salários-de-contribuição das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completos de contribuição e os do período básico de cálculo do benefício.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, ex observância ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário-de-contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 28 - Para fins de apuração da renda mensal do benefício, por acidente do trabalho, entende-se como salário, vigente no dia do acidente, o contratado para ser pago por mês, dia ou hora, no mês do acidente, multiplicado por trinta, quando diário, ou por duzentos e vinte, quando horário.

Parágrafo único - Quando, entre o dia do acidente e a data do início do benefício, ocorrer reajustamento por dissídio coletivo ou alteração do salário mínimo, a renda mensal inicial do benefício será reajustada, nos mesmos níveis, não se admitindo a aplicação de índices fracionados.

Art. 29 - No caso de empregado que perceba remuneração variável, ou no de trabalhador avulso, o valor do benefício de prestação continuada, por acidente do trabalho, respeitado o percentual respectivo, será calculado com base na média aritmética simples:

I - dos seis maiores salários-de-contribuição apurados ex período não superior a doze meses imediatamente anteriores ao acidente, se o segurado contar mais de doze contribuições; e

II - dos salários-de-contribuição compreendidos nos seis meses imediatamente anteriores ao acidente ou no período de trabalho, conforme for mais vantajoso, se o segurado contar doze ou menos contribuições neste período.

§ 1º - Na hipótese de o segurado não possuir seis salários-de-contribuição, nos períodos mencionados nos incisos I e II deste artigo, a média será apurada de acordo com o número de salários-de-contribuição existente.

§ 2º - A média aritmética prevista neste artigo, na hipótese de remuneração mista, aplica-se apenas à parte variável da mesma.

SUBSEÇÃO II

DA RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO

Art. 30 - A renda mensal do benefício de prestação continuada que substitui o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor líquido inferior ao salário mínimo nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 31 - No cálculo do valor do benefício são contadas as contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 32 - Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, é concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto neste artigo, cabe ao sistema de previdência manter no cadastro do contribuinte segurado todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 33 - Para os segurados empregados domésticos e trabalhador avulso que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovem o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. 34 - Ao segurado em gozo de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-acidente e ao dependente que durante o ano recebeu pensão ou auxílio-reclusão, é devido o abono anual.

Parágrafo único - O abono anual é calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tal como previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente.

Art. 35 - É garantida a concessão de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, do auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de um salário mínimo, para os trabalhadores rurais referidos nas alíneas *a* e *c* do inciso I, e nos incisos IV e VII do art. 7º desta Lei.

SEÇÃO IV

DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

Art. 36 - O valor do benefício será reajustado sempre que for alterado o salário mínimo, a fim de manter o poder aquisitivo do benefício na data da sua concessão.

§ 1º - A atualização do valor das contribuições da previdência e da renda mensal dos benefícios será feita sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o ICV-DIEESE e, na falta deste, utilizar-se-á o mesmo índice de correção do salário mínimo.

§ 2º - Nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá o valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º - O primeiro reajuste de valor do benefício, após sua concessão, terá por base a variação acumulada do índice referido no § 1º deste artigo.

§ 4º - Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 5º - O pagamento em atraso de parcelas relativas a benefícios será atualizado de acordo com a variação do IPC do período compreendido entre a data em que se tornou devido e a data do respectivo pagamento.

Art. 37 - A administração da Previdência Social responsabilizará a chefia do órgão que der causa às despesas de atualização, previstas no § 5º do artigo anterior, pelo ressarcimento das mesmas.

SEÇÃO V

DOS BENEFÍCIOS

SUBSEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Art. 38 - A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, é devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, é considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

§ 1º - A concessão da aposentadoria por invalidez depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

§ 2º - A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social não lhe confere direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 3º - O benefício é devido a contar do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 4º - Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

I - aos segurados referidos nos incisos I e III do art. 7º desta Lei, a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias; e

II - aos segurados referidos nos incisos II, IV, V, VI e VII do art. 7º desta Lei e aos facultativos, definidos no art. 9º desta Lei, a contar da data em que se manifestou a incapacidade ou do dia da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

§ 5º - Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, cabe à empresa pagar ao segurado empregado o salário ou, ao segurado empresário, a remuneração.

§ 6º - Em caso de doença que imponha segregação compulsória, a aposentadoria será devida desde a data da segregação se confirmada por exame médico de autoridade sanitária, independentemente da concessão de auxílio-doença.

Art. 39 - A aposentadoria por invalidez, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de cem por cento do salário-de-benefício.

§ 1º - No caso de acidente do trabalho, o valor da aposentadoria corresponderá a cem por cento do salário-de-contribuição do dia do acidente.

§ 2º - Quando o segurado estiver em gozo de auxílio-doença, o valor da aposentadoria por invalidez será igual ao do auxílio-doença se este, por força de reajustamento, for superior ao previsto neste artigo.

Art. 40 - O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessite da assistência permanente de outra pessoa é majorado em trinta por cento.

Parágrafo único - A majoração de que trata este artigo:

I - será devida ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

II - será reajustada nas mesmas bases e condições da mensalidade da aposentadoria; e

III - cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 41 - Será cancelada a aposentadoria por invalidez na data em que o segurado retornar voluntariamente à atividade.

Art. 42 - Verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, serão observadas as normas seguintes:

I - quando a recuperação ocorrer dentro de cinco anos, contados da data do início da aposentadoria por invalidez, ou auxílio-doença que a antecedeu, o benefício cessa:

a) de imediato, para o segurado empregado com direito a retornar à função que desempenhava na empresa ao se aposentar, na forma da legislação trabalhista, valendo como documento, para tal fim, o certificado de capacidade fornecido pela Previdência Social; ou

b) após tantos meses quantos forem de anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, para os demais segurados;

II - quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I deste artigo ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso daquele que habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

a) pelo seu valor integral, durante seis meses contados da data em que é verificada a recuperação da capacidade;

b) com redução de cinquenta por cento daquele valor, por igual período, seguinte ao anterior; e

c) com redução de setenta e cinco por cento também por igual período seguinte, ao término do qual cessa definitivamente.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, o segurado somente poderá ser considerado apto para o trabalho depois de submetido a processo de reabilitação que lhe possibilite o exercício de atividade na área urbana ou rural na qual trabalhava anteriormente.

SUBSEÇÃO II

DA APOSENTADORIA POR IDADE

Art. 43 - A aposentadoria por idade é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completa sessenta e cinco anos de idade, se homem, ou sessenta anos, se mulher.

§ 1º - Para os trabalhadores rurais referidos nas alíneas *a* e *c* do inciso I, e nos incisos IV e VII do art. 7º desta Lei e os referidos no § 1º do art. 9º desta Lei, o limite de idade previsto no *caput* deste artigo será de sessenta anos para o homem e cinquenta e cinco anos para a mulher, obedecidos os seguintes critérios:

I - para a concessão de benefícios no valor de um salário mínimo exigirá-se a comprovação de exercício de atividade rural durante os últimos sessenta meses anteriores à data da entrada do requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua;

II - para a concessão de benefícios de valor superior a um salário mínimo exigirá-se a comprovação de exercício de atividade rural e efetiva contribuição, durante os últimos noventa e seis meses anteriores à data de entrada do requerimento do benefício.

§ 2º - A comprovação do exercício de atividade rural far-se-á mediante a apresentação de um dos documentos a seguir:

I - contrato individual de trabalho;

II - contrato de arrendamento ou parceria;

III - declaração do empregador rural;

IV - declaração do sindicato de trabalhadores da categoria e, em caso de pequenos produtores em regime de economia familiar, comprovante de cadastro do INCRA.

§ 3º - A aposentadoria por idade será devida:

I - para o segurado empregado, inclusive o doméstico:

a) a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até noventa dias depois dela; ou

b) a partir do requerimento, nos demais casos; e

II - para os demais segurados, a partir da data da entrada do requerimento.

Art. 44 - A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de sessenta por cento do salário-de-benefício, mais um por cento deste por grupo de doze contribuições, até o máximo de trinta por cento.

Art. 45 - A aposentadoria por idade pode ser requerida pela esposa, desde que o segurado empregado tenha cumprido a carência e completado setenta anos de idade, se do sexo masculino, ou sessenta e cinco anos, se do feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista. Considerada como data de rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

SUBSEÇÃO III

DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

E DO ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO

Art. 46 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que completar trinta anos de serviço, se homem, ou vinte e cinco anos de serviço, se mulher.

Art. 47 - A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal:

I - para o homem: de oitenta por cento do salário-de-benefício aos trinta anos de serviço, mais quatro por cento deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de cem por cento, aos trinta e cinco anos de serviço; e

II - para a mulher: de oitenta por cento do salário-de-benefício aos vinte e cinco anos de serviço, mais quatro por cento deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de cem por cento aos trinta anos de serviço.

§ 1º - O segurado que, tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, optar pelo prosseguimento na atividade faz jus ao abono de permanência em serviço, mensal, que não se incorpora à aposentadoria nem à pensão, correspondendo a:

I - vinte por cento do salário-de-benefício para o segurado que conte entre trinta e trinta e quatro anos de serviço, e para a segurada que conte entre vinte e cinco e vinte e nove anos de serviço; e

II - vinte e cinco por cento do salário-de-benefício para o segurado com trinta e cinco ou mais anos de serviço e para a segurada com trinta ou mais anos de serviço.

§ 2º - O abono de permanência em serviço é devido a contar da data de entrada do requerimento, não varia de acordo com a evolução do salário-de-contribuição do segurado e é reajustado na forma dos demais benefícios de prestação continuada.

Art. 48 - A data do início da aposentadoria por tempo de serviço é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 43 desta Lei.

Art. 49 - O tempo de serviço deve ser provado na forma estabelecida em regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 7º desta Lei:

I - o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenham sido contados para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;

II - o tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;

III - o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo, mesmo antes da vigência desta Lei; e

IV - o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para a inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público.

§ 1º - Somente será averbado o tempo de serviço prestado quando não era obrigatória a filiação ao anterior regime de Previdência Social, mediante a indenização das contribuições correspondentes, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, nas condições hoje estabelecidas.

§ 2º - O tempo de serviço referente ao exercício de atividade rural anterior à data de início desta Lei é computado, independentemente do recolhimento de contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência, na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º - Não é admitida para contagem de tempo de serviço prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito.

Art. 50 - O professor, após trinta anos, e a professora, após vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço com renda mensal correspondente a cem por cento do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

SUBSEÇÃO IV

DA APOSENTADORIA ESPECIAL

Art. 51 - A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei e sem exigência de limite de idade, ao segurado que ti-

ver trabalhado durante quinze, vinte ou vinte e cinco anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º - A aposentadoria especial, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal correspondente ao valor do salário-de-benefício.

§ 2º - A data de início do benefício é fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 43 desta Lei.

§ 3º - O tempo de serviço correspondente a atividade profissional exercida sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física é convertido, proporcionalmente, de acordo com o tempo previsto para a respectiva aposentadoria, para efeito de qualquer benefício.

§ 4º - É prejudicial à saúde o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, sendo garantida a aposentadoria de que trata este artigo aos vinte e cinco anos de atividade.

§ 5º - O Poder Executivo publicará a relação das atividades que dão direito a aposentadoria especial, nela incluindo obrigatoriamente todas as que figurar nos Decretos nºs 53.831, de 25 de março de 1964, e 83.080, de 24 de janeiro de 1979, com os mesmos tempos de serviço neles previstos.

§ 6º - Para os segurados empregados, todos os períodos de percepção dos adicionais de insalubridade ou periculosidade são considerados como de atividade sob condições especiais, independentemente de constarem, ou não, da relação a que alude o parágrafo anterior.

§ 7º - Os períodos de atividade comum que dão direito à aposentadoria por tempo de serviço são computados para aposentadoria especial, com redução de vinte por cento.

Art. 52 - O período em que o trabalhador integrante de categoria profissional, enquadrado no artigo anterior, permanece licenciado do emprego, para exercer cargo de administração ou de representação sindical, é contado para a aposentadoria especial, nas mesmas condições dos exercentes da atividade representada.

SUBSEÇÃO V

DO AUXÍLIO-DOENÇA

Art. 53 - O auxílio-doença será devido ao segurado que, após cumprada, quando for o caso, a carência exigida nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias.

§ 1º - Não é devido auxílio-doença ao segurado que se filia ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

§ 2º - O auxílio-doença é devido ao segurado empregado ou empresário a contar do décimo sexto dia de afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data de início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3º - Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, o auxílio-doença é devido a contar da data da entrada do requerimento.

Art. 54 - O auxílio-doença, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, consiste numa renda mensal de oitenta por cento do salário-de-benefício, mais um por cento deste por grupo de doze contribuições mensais realizadas, até o máximo de dez por cento.

Art. 55 - O valor mensal do auxílio-doença, no caso de acidente do trabalho, é de cem por cento do salário-de-contribuição do segurado, em vigor no dia do acidente, não podendo ser inferior à igual porcentagem do seu salário-de-benefício.

Parágrafo único - Após a cessação do auxílio-doença por acidente do trabalho e consequente retorno ao trabalho, havendo agravamento da moléstia que resulte no restabelecimento do benefício, o novo salário-de-contribuição será considerado no cálculo, se mais vantajoso.

Art. 56 - Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário ou, ao segurado empresário, a sua remuneração.

Art. 57 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho da nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

Parágrafo único - Aplica-se ao auxílio-doença o disposto no parágrafo único do art. 42 desta Lei.

Art. 58 - O segurado empregado em gozo de auxílio-doença é considerado pela empresa como licenciado.

Art. 59 - A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

SUBSEÇÃO VI

DO AUXÍLIO-ACIDENTE

Art. 60 - O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:

I - redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional;

II - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional; ou

III - redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.

§ 1º - O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá a um dos seguintes percentuais do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a iguais percentuais do seu salário-de-benefício:

I - trinta por cento, na hipótese do inciso I do caput deste artigo; ou

II - quarenta por cento, na hipótese do inciso II do caput deste artigo; ou

III - sessenta por cento, na hipótese do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º - Quando o auxílio-acidente suceder ao auxílio-doença acidentário, os percentuais acima serão aplicados sobre o valor da última mensalidade deste, se superior ao salário-de-benefício.

§ 3º - O auxílio-acidente será devido a contar do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 4º - O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não relacionado com o mesmo acidente não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 5º - Quando o segurado falecer em gozo de auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.

§ 6º - Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em consequência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite do § 2º do art. 25 desta Lei.

SUBSEÇÃO VII

DO AUXÍLIO-NATALIDADE

Art. 61 - O auxílio-natalidade é devido, após doze contribuições mensais, à segurada gestante ou ao segurado pelo parto de sua esposa ou companheira não segurada, e consiste em uma parcela única no valor do limite mínimo do salário-de-contribuição.

§ 1º - O auxílio-natalidade, independentemente de convênio para esse fim, deve ser pago pela empresa com mais de dez empregados, até quarenta e oito horas após o parto, comprovado por certidão de nascimento, mediante compensação, por ocasião do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais.

§ 2º - O pagamento do auxílio-natalidade deve ser anotado na Carteira de Trabalho do empregado, conforme estabelecido em regulamento.

§ 3º - O segurado de empresa com menos de dez empregados e os referidos nos incisos II a VII do art. 7º desta Lei receberão o auxílio-natalidade no Posto de Benefício, mediante formulário próprio e cópia da certidão de nascimento, até quarenta e oito horas após a entrega dessa documentação.

SUBSEÇÃO VIII

DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Art. 62 - O salário-maternidade será devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, às referidas no inciso VII do art. 7º desta Lei e à empregada doméstica durante vinte e oito dias antes e noventa e dois dias depois do parto, observadas as situações e condições previstas na legislação trabalhista no que concerne à proteção à maternidade.

Art. 63 - O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral e será

pago pela empresa, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único - A empresa deve conservar os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

Art. 64 - O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social:

I - à empregada doméstica, em valor correspondente ao seu último salário-de-contribuição;

II - às seguradas referidas no inciso VII do art. 7º desta Lei, no valor do salário mínimo.

Art. 65 - Cabe à Previdência Social fornecer os atestados necessários, inclusive para os efeitos trabalhistas de que trata esta Subseção.

SUBSEÇÃO IX

DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 66 - O salário-família será devido ao segurado empregado inclusive o doméstico, ao segurado trabalhador avulso, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e aos segurados mencionados no inciso VII do art. 7º desta Lei na proporção do número de seus filhos ou equiparados, nos termos do § 2º do art. 12, menores de quatorze anos ou inválidos.

§ 1º - O aposentado tem direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria, nas mesmas condições deste artigo.

§ 2º - Aos empregados domésticos e aos segurados referidos no inciso VII do art. 7º desta Lei o salário-família será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 67 - O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição corresponderá aos seguintes percentuais incidentes sobre o limite mínimo do salário-de-contribuição mensal:

I - dez por cento para o que receber até três salários mínimos;

II - cinco por cento para o que receber acima de três e até seis salários mínimos;

III - dois por cento para o que receber acima de seis salários mínimos.

Art. 68 - O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-las.

Art. 69 - A cota do salário-família não será incorporada, para nenhum efeito, ao salário ou ao benefício.

Art. 70 - Aplicam-se ao salário-família as determinações contidas no parágrafo único do art. 63 desta Lei.

SUBSEÇÃO X

DA PENSÃO POR MORTE

Art. 71 - A pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falece, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 72 - O valor da pensão por morte será constituído do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a mais vantajosa a que teria se estivesse aposentado na data do seu falecimento.

§ 1º - No caso de acidente do trabalho, o valor mensal da pensão será igual ao do salário-de-contribuição vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício.

§ 2º - Se o segurado falecer antes de completada a carência de doze meses, o valor da aposentadoria base considerará a média aritmética das contribuições realizadas, observado o disposto no art. 26 desta Lei.

Art. 73 - Quando houver mais de uma pensionista:

I - a pensão será rateada entre todos em partes iguais; e

II - reverterá em favor dos demais a cota daquele cujo direito à pensão cessar.

Art. 74 - A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

§ 2º - O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos, concorre em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 12 desta Lei.

Art. 75 - São excluídos da pensão os dependentes em geral nos casos de morte ou casamento, os filhos não inválidos ao completarem vinte e um anos de idade e os pensionistas inválidos quando cessar a invalidez.

Art. 76 - Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial, decorridos seis meses de ausência, será concedida pensão provisória na forma desta Subseção.

§ 1º - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

SUBSEÇÃO XI

DO AUXÍLIO-RECLUSÃO

Art. 77 - O auxílio-reclusão será devido, no mesmo valor da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria.

Parágrafo único - O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão.

SUBSEÇÃO XII

DO AUXÍLIO-FUNERAL

Art. 78 - Por morte do segurado é devido auxílio-funeral, ao executor do funeral, em valor não excedente ao dobro do limite mínimo do salário-de-contribuição.

Parágrafo único - O executor dependente do segurado recebe o valor máximo previsto.

SUBSEÇÃO XIII

DOS PECÚLIOS ESPECIAL E ACIDENTÁRIO

Art. 79 - O pecúlio especial será devido:

I - ao segurado que se incapacita para o trabalho antes de ter completado o período de carência;

II - ao segurado aposentado por idade ou por tempo de serviço pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividade abrangida pelo mesmo, quando dela se afastar; e

III - ao segurado em gozo de benefício no qual não foi computada a totalidade das contribuições efetuadas no período básico de cálculo.

Art. 80 - O segurado aposentado que receber pecúlio especial e voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social somente poderá levantar o novo pecúlio após trinta e seis meses contados da nova filiação.

Art. 81 - O pecúlio especial, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 79 desta Lei, consiste no pagamento único de valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições do segurado, antes do vencimento do período de carência ou após a nova filiação, conforme o caso, atualizadas monetariamente.

Art. 82 - Na hipótese do inciso III do art. 79 desta Lei, o pecúlio corresponderá à soma das parcelas não consideradas no cálculo do benefício, sujeitas, também, a correção monetária.

Art. 83 - O pecúlio acidentário será devido ao segurado ou a seus dependentes, em caso de invalidez ou morte decorrente de acidente do trabalho.

Art. 84 - O pecúlio acidentário consistirá em um pagamento único de setenta e cinco por cento do limite máximo do salário-de-contribuição, no caso de invalidez, e de cento e cinquenta por cento desse mesmo limite, no caso de morte.

SEÇÃO VI

DOS SERVIÇOS

SUBSEÇÃO I

DO SERVIÇO SOCIAL

Art. 85 - Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

§ 1º - Será dada prioridade aos segurados em benefício por incapacidade temporária e atenção especial aos aposentados e pensionistas.

§ 2º - Para assegurar o efetivo atendimento dos usuários, serão utilizadas intervenções técnicas, assistência de natureza jurídica, ajuda material, recursos sociais, intercâmbio com empresas e pesquisa social, inclusive através de celebração de convênios, acordos ou contratos.

§ 3º - O Serviço Social terá como diretriz a participação do beneficiário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com as associações e entidades de classe.

§ 4º - O Serviço Social, considerando a universalização da Previdência Social, prestará assessoramento técnico às coordenações de ação social dos Municípios na elaboração e implantação de suas propostas de trabalho.

SUBSEÇÃO II

DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 86 - A reabilitação profissional e social deverá proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, ou deficiente físico, psíquico, mental, os meios de reeducação e readaptação profissional e social indicados para que possa participar do mercado de trabalho.

Parágrafo único - A reabilitação profissional compreende:

I - a assistência médica, abrangendo a cirúrgica, a hospitalar, a ambulatória, a farmacêutica e a odontológica;

II - o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso;

III - a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário; e

IV - o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 87 - A prestação de que trata o artigo anterior é devida ex caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 88 - Em localidade onde a Previdência Social não dispuser de recursos próprios ou contratados, a empresa prestará ao segurado a assistência médica de emergência, e, quando indispensável, a critério médico, providenciará a sua remoção para o serviço médico previdenciário mais próximo, sob pena de responsabilidade civil e penal e da multa prevista no art. 19 desta Lei.

§ 1º - Assistência médica de emergência é a necessária ao atendimento do segurado, enquanto a Previdência Social não assumir a responsabilidade por ele.

§ 2º - A Previdência Social reembolsará a empresa das despesas com a assistência de que trata este artigo, de acordo com os padrões do local de atendimento.

Art. 89 - Concluído o processo de reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que podem ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este possa exercer outra atividade para a qual se capacite.

Art. 90 - A empresa com vinte ou mais empregados está obrigada a preencher de dois por cento a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, na proporção abaixo, dando preferência a seus ex-empregados.

I - até 200 empregados, dois por cento;

II - de 201 a 500, três por cento;

III - de 501 a 1.000, quatro por cento;

IV - de 1.001 em diante, cinco por cento.

§ 1º - A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado, ao final de contrato por prazo determinado de mais de noventa dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º - A Previdência Social deverá fornecer ao sindicato ou entidade representativa dos empregados, semestralmente ou quando solicitada, a relação do total de empregados e das vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, no prazo máximo de cinco dias.

SEÇÃO VII

DA CONTAÇÃO RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 91 - Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço nas administrações públicas direta, indireta ou fundacional e na ati-

vidade privada, rural e urbana, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Parágrafo único - A compensação financeira será devida pelos demais sistemas àquele a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, na proporção dos respectivos tempos de contribuição ou de serviço, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 92 - Observada a carência de trinta e seis contribuições mensais, o segurado poderá contar, para fins de obtenção dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o tempo de serviço prestado à administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único - Poderá ser contado o tempo de serviço prestado à administração pública direta, autárquica e fundacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que estes assegurem aos seus servidores a contagem do tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 93 - O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com os acréscimos legais; e

V - o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início da vigência desta Lei, será computado sem que seja necessário o pagamento das contribuições a ele correspondente.

Art. 94 - A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo na forma desta Seção, será concedida ao segurado após vinte e cinco anos completos de serviço, se do sexo feminino, e, se do masculino, a partir de trinta anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. 95 - Quando a soma dos tempos de serviço do segurado ultrapassar trinta anos, se do sexo feminino, e trinta e cinco anos, se do masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 96 - O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da respectiva legislação.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES

Art. 97 - Nenhum benefício ou serviço da Previdência Social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 98 - Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 99 - A perda da qualidade de segurado após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão não importa em extinção do direito a esses benefícios.

Art. 100 - O tempo de serviço de que trata o art. 43 desta Lei será considerado para cálculo do valor da renda mensal de qualquer benefício.

Art. 101 - A concessão de auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário será feita na forma estabelecida em regulamento.

Art. 102 - Salvo quanto a valor devido à Previdência Social e a desconto autorizado por lei, ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida ex sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro.

Art. 103 - Será fornecido ao beneficiário demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se refere, e os descontos efetuados.

Art. 104 - O benefício em dinheiro é pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando é pago ao seu procurador cujo mandato não terá prazo superior a seis meses, podendo ser renovado.

Art. 105 - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de responsabilidade firmado no ato do recebimento, na forma do regulamento.

Art. 106 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente.

Art. 107 - O segurado menor pode firmar recibo de benefício, independentemente da presença dos pais ou tutor.

Art. 108 - O valor não recebido, em vida, pelo segurado deverá ser pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 109 - A falta de documentação não constitui motivo para recusa do recebimento de requerimento de benefício.

Art. 110 - A recusa de fornecimento de protocolo ou comprovante de requerimento sujeita o servidor responsável às penas administrativas cabíveis, além da multa prevista no art. 19 desta Lei.

Art. 111 - A empresa, o sindicato ou a entidade de aposentado devidamente legalizada poderá, mediante convênio com a Previdência Social, encarregar-se, relativamente a seu empregado ou associado e respectivos dependentes, de:

I - processar requerimento de benefício, preparando-o e instruindo-o de maneira a ser despachado pela Previdência Social;

II - submeter o requerente a exame médico, inclusive complementar, encaminhando à Previdência Social o respectivo laudo, para efeito de homologação e concessão de benefício que dependa de avaliação de incapacidade;

III - pagar benefícios;

IV - preencher documento de cadastro e carteira a ser autenticada pela Previdência Social; e

V - prestar outros serviços à Previdência Social.

Art. 112 - O convênio poderá dispor sobre o reembolso das despesas da empresa, do sindicato ou da entidade de aposentado devidamente legalizada, correspondente aos serviços previstos nos incisos II a V do artigo anterior, ajustado por valor global conforme o número de empregados ou de associados, mediante dedução do valor das contribuições previdenciárias a serem recolhidas pela empresa.

Art. 113 - O segurado em gozo de benefício por incapacidade e o pensionista inválido ficam obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames médicos a cargo da Previdência Social, bem como aos tratamentos e processos de reabilitação profissional por ela proporcionados, exceto o cirúrgico, que é facultativo.

Parágrafo único - Ao aposentado por invalidez que completar cinquenta anos de idade não se aplica a norma contida no caput deste artigo.

Art. 114 - Poder ser descontados dos benefícios:

I - o pagamento de benefício além do devido;

II - o imposto de renda retido na fonte;

III - a pensão de alimentos decretada em sentença judicial; e

IV - as contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social.

Art. 115 - Ressalvado o direito adquirido, não será permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

I - aposentadoria e auxílio-doença;

II - duas ou mais aposentadorias; e

III - aposentadoria e abono de permanência em serviço.

§ 1º - O segurado em gozo de aposentadoria que voltar a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social fará jus, em caso de acidente do trabalho, além da reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e ao pecúlio-acidentário.

§ 2º - Quando o acidente acarretar invalidez do aposentado, este poderá optar pela transformação da aposentadoria comum em aposentadoria acidentária.

§ 3º - Em caso de morte, será concedida a pensão acidentária quando mais vantajosa, sem prejuízo do pecúlio-acidentário.

§ 4º - O segurado aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que, tendo ou não retornado à atividade, apresentar doença profissional ou do trabalho relacionada com a atividade que antes exercia, terá direito à transformação da sua aposentadoria em aposentadoria por invalidez acidentária, bem como ao pecúlio-acidentário, se atender às condições desses benefícios.

PARTES III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 116 - As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei obedecerão ao rito sumaríssimo e serão isentas de pagamento de custas e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil.

§ 1º - As ações relativas a acidentes do trabalho serão processadas e julgadas pela Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, pelo rito sumaríssimo, correndo durante as férias forenses.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto nesta Lei, o Código de Processo Civil será aplicável, inclusive quanto à pericia médica, à ação de acidente do trabalho, nela compreendida a ação revisional.

Art. 117 - A autoridade previdenciária deverá formalizar desistência ou abster-se de recorrer nos processos judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual o Poder Judiciário houver expedido Súmula de Jurisprudência favorável aos beneficiários.

Art. 118 - O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem.

Art. 119 - Fica extinto o Programa de Previdência Social aos Estudantes, instituído pela Lei nº 7.004, de 24 de Junho de 1962, mantendo-se o pagamento dos benefícios de prestação continuada iniciado até a entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único - Aquele que vinha contribuindo regularmente para esse Programa fica assegurado a devolução das contribuições, atualizadas monetariamente.

Art. 120 - Mantidos os benefícios concedidos até a vigência desta Lei, com valor não inferior ao do salário mínimo mensal, ficam extintos os regimes de previdência social instituídos pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e pela Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975.

Art. 121 - As prestações devidas aos ex-combatentes e ao ferroviário, servidor público ou autárquico federal ou em regime especial, que não optou pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, bem como aos seus dependentes, serão objeto de legislação específica, que disporá também sobre o seu custeio.

Art. 122 - Para a entrada em vigor do período de carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial, previsto no inciso II do art. 21 desta Lei, observar-se-á a seguinte tabela, levando-se em conta o ano da data de entrada do requerimento:

ANO DE ENTRADA DO REQUERIMENTO	MESES DE CONTRIBUIÇÃO EXIGIDOS
Até 1990	60
Até 1991	66
Até 1992	72
Até 1993	78
Até 1994	84
Até 1995	90
Até 1996 e diante	96

Art. 123 - A infração a qualquer dispositivo desta Lei, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita o responsável, conforme a gravidade da infração, a multa variável de um limite mínimo do salário-de-contribuição até dez vezes esse mesmo limite.

Parágrafo único - A autoridade que reduz ou releva multa deve recorrer de seu ato para a autoridade hierarquicamente superior, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 124 - Os recursos interpostos pela Previdência Social em processos que envolvam prestações desta Lei serão recebidos exclusivamente no efeito devolutivo, cumprindo-se, desde logo, a decisão ou sentença, através de processo suplementar ou carta de sentença.

Parágrafo único - Ocorrendo a reforma da decisão, será suspenso o benefício e exonerado o beneficiário de restituir valores recebidos por força da liquidação condicionada.

Art. 125 - Serão respeitadas as aposentadorias especiais, já deferidas até a data da publicação desta Lei, quanto às respectivas bases de cálculo para fixação dos valores correspondentes.

Art. 126 - Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de noventa dias, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

Parágrafo único - No prazo de noventa dias da vigência desta Lei, a Previdência Social efetuará o pagamento, corrigido monetariamente, da diferença entre o valor dos benefícios pagos e o valor revisado na forma do caput deste artigo.

Art. 127 - A gratificação natalina dos beneficiários da Previdência Social, relativa ao ano de 1989, terá por base a renda do mês de dezembro, devendo ser paga em sessenta dias após a publicação desta Lei, corrigida monetariamente e calculada nos termos do parágrafo único do art. 34 desta Lei.

Art. 128 - Aos segurados que, a partir da instituição do Piso Nacional de Salário, criado pelo Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, tiveram seus salários-de-contribuição vinculados ao Salário Mínimo de Referência é facultado, o recolhimento, com juros e correção monetária, de contribuição complementar, decorrente da utilização do valor do Piso Nacional de Salário como base de contribuição.

§ 1º - O pagamento previsto no caput deste artigo, a ser efetuado no prazo de noventa dias da vigência desta Lei, determinará, a requerimento do interessado, a revisão do cálculo do benefício em cujo gozo se encontra o segurado.

§ 2º - Tratando-se de segurado empregado, incumbe-lhe também o pagamento da parcela devida pela empresa.

Art. 129 - A Previdência Social encaminhará ao Congresso Nacional relatórios trimestrais detalhados sobre a implantação das medidas previstas nesta Lei.

Art. 130 - As contribuições anteriores à data da entrada em vigor desta Lei, relativas ao Pecúlio previsto nos arts. 79 e 82 desta Lei, regem-se pela legislação vigente à época de seu recolhimento.

Art. 131 - Mediante justificação processada perante a Previdência Social, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato de interesse do beneficiário ou da empresa, salvo os sujeitos a registro público.

Parágrafo único - Para comprovação de tempo de serviço, a justificação dependerá de início de prova documental da época a ser comprovada, salvo ocorrência de força maior ou caso fortuito.

Art. 132 - Regem-se à pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas, dos jornalistas profissionais e dos ex-combatentes.

Art. 133. Das decisões administrativas relativas à matéria tratada nesta Lei, caberá recurso às Juntas de Recursos da Previdência Social - JRS ou ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, que o apreciarão em prazo não superior a sessenta dias, conforme disposto em regulamento.

Art. 134. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias de sua publicação.

Art. 135. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 136. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É nosso dever formular o presente substitutivo.

A matéria foi objeto de minuciosa e substancial análise pelo Congresso Nacional, que concluiu por sua aprovação, com a manifestação de todos os partidos políticos.

O veto apostado pelo Presidente da República afronta cerca de 15 milhões de aposentados e pensionistas que pensavam ver, finalmente, uma luz no fim do túnel.

A presente proposta propiciará a que os membros integrantes das duas Casas do Parlamento possam ratificar o projeto de lei já aprovado, levando, com isso, a um reexame por parte do Poder Executivo, sobre tema de tal relevância.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ HENRIQUE	
CÓDIGO		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	1º		
PÁGINA		1/1	

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ HENRIQUE	
CÓDIGO		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	1º		
PÁGINA		1/1	

DE-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 249, de 1990, a seguinte redação:

"Art. 1º. A partir de 1º de janeiro de 1989, a renda mensal do benefício de prestação continuada, que substitui o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado, não terá inferior ao salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição".

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta atende aos princípios estabelecidos pela nova Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, razão por que retroagimos os efeitos desta lei ao exercício seguinte, 1989.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO JOAO PAULO	
CÓDIGO		275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
26 / 10 / 90	1º		
PÁGINA		1/1	

Substitua-se no art. 1º da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990 a expressão:

"1º de janeiro de 1991"

para

"1º de novembro de 1990"

JUSTIFICATIVA

A antecipação da data de janeiro de 1991 para 1º de novembro de 1990, beneficiará a todos que recebem os benefícios da Previdência Social, pois já estarão, no mês de novembro deste ano certos de que tais benefícios não terão valor mensal inferior ao salário mínimo.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ HENRIQUE	
CÓDIGO		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	1º		
PÁGINA		1/1	

DE-se ao parágrafo único do artigo 2º da Medida Provisória nº 249, de 1990, a seguinte redação:

"Parágrafo único - A partir do exercício de 1989, o abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação de natal dos trabalhadores, tal como previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente".

JUSTIFICAÇÃO

A alteração aqui proposta tem como objetivo a devida adequação ao texto constitucional que, em seu artigo 201, § 6º, dispõe:

"§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano".

Ora, se a Constituição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988, nada mais justo que a gratificação de natal aos aposentados seja devida a partir do exercício seguinte, 1989, entendimento, aliás, consagrado pelo Congresso Nacional ao examinar a matéria.

MEDIDA PROVISÓRIA			
249, de 19 de outubro de 1990.			
AUTOR		CÓDIGO	
EDUARDO JORCE		322	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
PÁGINA			
01/01			
TEXTO			
<p>Suprima-se: os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da medida provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.</p> <p>Justificativa: a medida provisória 249 não contempla e inclusive contradiz os direitos previstos na Constituição, assim como, o projeto de lei nº 2.570-C, de 1989, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República</p>			

249/90

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME

26	10	90	2º	único	-	-	01/01
----	----	----	----	-------	---	---	-------

Dê-se ao parágrafo único do artigo 2º a seguinte redação:

Art. 2º
 Parágrafo Único : - A partir de 1989, o abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação de natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.

JUSTIFICATIVA

Como a Constituição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988, nada mais justo que a gratificação de natal aos aposentados seja devida a partir do exercício seguinte, 1989, entendimento, aliás, consagrado pelo Congresso Nacional ao examinar a matéria.

MEDIDA PROVISÓRIA			
249/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ HENRIQUE		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	2º		
PÁGINA			
01/01			
TEXTO			
<p>Inclua-se no art. 2º da Medida Provisória nº 249, de 1990, o seguinte parágrafo;</p> <p>"§ - o abono" a que se refere este artigo é devido:</p> <p>I - ao produtor, mesmo com a ajuda eventual de terceiros, o meeiro e o arrendatário familiares em atividades que absorvam sua força de trabalho e lhes garantam a subsistência;</p> <p>II - ao garimpeiro ou ao pescador e ao assemblado que, sem vínculo empregatício, trabalha em regime de economia familiar; e</p>			

III - ao integrante da família da pessoa referida no inciso I ou II, que com ela trabalha, observado o disposto no inciso I do § 3º do art. 227 da Constituição Federal.

JUSTIFICACAO

"A Constituição Federal, em seu art. 155, § 8º, já prevê a participação desse contingente de brasileiros no sistema da Previdência Social.

Por isso, objetivamos estender a esse abono anual de que trata esta lei, já que, em sua maioria, perceber, mensalmente, da Previdência Social, benefícios destinados a suprir, em parte, o seu sustento.

MEDIDA PROVISÓRIA			
MP Nº 249			
AUTOR		CÓDIGO	
DEP. EUCLIDES SCALCO		348	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
23 / 10 / 90	3º		
PÁGINA			
01 de 01			
TEXTO			

Inclua-se art. 3º na Medida Provisória nº 249/90, renumerando-se os demais.

"Art. 3º - A aposentadoria por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo, é devida aos trabalhadores rurais, inclusive aos referidos no parágrafo 8º do Artigo 195 da Constituição Federal, aos 60 (sessenta) anos para o homem e aos 55 (cinquenta e cinco) para a mulher, desde que comprovado o exercício de atividade rural durante os últimos 60 (sessenta) meses anteriores à data da entrada do requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua."

JUSTIFICATIVA

A redução da idade para a aposentadoria dos trabalhadores rurais está explicitada na Constituição Federal (inciso V, art. 202) não havendo razão que justifique protelar a vigência de benefício socialmente tão justo.

MEDIDA PROVISÓRIA			
249/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ HENRIQUE		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	3º		
PÁGINA			
01/01			
TEXTO			
<p>Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória nº 249, de 1990, a seguinte redação:</p> <p>Art. 3º. A partir de 5 de outubro de 1988, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples de todos os últimos salários-de contribuição dos meses imediatamente anteriores ao afastamento da atividade, ou da data da entrada do requerimento, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses.</p>			

JUSTIFICAÇÃO

A nova Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, assegura aposentadoria calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês (art. 202).

Não vemos razão para que o novo sistema venha a vigorar somente a partir de 1º de janeiro de 1991.

MEDIDA PROVISÓRIA		AUTOR		CÓDIGO	
nº 249, de 19 de outubro de 1990		Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ		317	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
24, 10, 90	3º	-	-	-	01/01

Acrescente-se ao artigo 3º, o seguinte parágrafo:

Art. 3º -

§ 3º - Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

JUSTIFICATIVA

Milhares de segurados da Previdência Social requereram suas aposentadorias logo após a promulgação da Constituição, no intuito de serem beneficiados pelas novas "regras" da Previdência. No entanto, como o dispositivo Constitucional não é auto-aplicável, achamos de justiça incluir aqueles que aposentaram-se após o dia 5 de outubro de 1988, na presente Medida, assegurando-lhes o direito de ter seu benefício corrigido.

249/90

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME

26, 10, 90	3º	-	-	-	01/01
------------	----	---	---	---	-------

Aditiva

Acrescente-se ao artigo 3º, o seguinte parágrafo:

Art. 3º

§ 3º Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

JUSTIFICATIVA

Os segurados da Previdência Social que requereram suas aposentadorias após a promulgação da Constituição não foram beneficiados pela nova sistemática de cálculo nela previsto, o que se procura corrigir com a presente emenda.

MEDIDA PROVISÓRIA		AUTOR		CÓDIGO	
249/90		DEPUTADO JORD PAULO		275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
26 / 10 / 90	4º	-	-	-	1/1

Suprime-se no art. 4º da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990 a expressão:

"ficando eliminado o menor valor-teto do salário-de-benefício."

JUSTIFICATIVA

A supressão desta expressão trará maiores benefícios aos aposentados

MEDIDA PROVISÓRIA		AUTOR		CÓDIGO	
249/90		DEPUTADO JORD PAULO		275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
26 / 10 / 90	4º	-	-	-	1/1

Substitui-se no art. 4º da Medida Provisória nº 249 de 19 de outubro de 1990 a expressão:

"os coeficientes da legislação vigente"

para:

"a variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN"

JUSTIFICATIVA

Essa alteração do índice que incidirá sobre o valor da renda mensal dos benefícios previdenciários trará mais vantagens aos aposentados.

MEDIDA PROVISÓRIA		AUTOR		CÓDIGO	
249/90		DEPUTADO JORD PAULO		275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
26, 10, 90	5º	Único	-	-	1/1

Suprime-se o Parágrafo Único, do art. 5º, da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

JUSTIFICATIVA

A supressão deste parágrafo justifica-se pois achamos o Índice da Cesta Básica ser substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor, muito prejudicial aos aposentados.

249/90		AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ JOÃO PAULO				275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
26 / 10 / 90	59				1/1
<p>Substitua-se no art. 59 da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990 a expressão:</p> <p>"Índice da Cesta Básica, calculado pelo IBGE"</p> <p>para</p> <p>"Índice do Custo de Vida do DIEESE"</p>					
JUSTIFICATIVA					
<p>O Índice do DIEESE procura sempre atualizar seus números observando a inflação e o custo de vida do trabalhador.</p>					

EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 249/90

Dê-se ao Art. 59 da Medida Provisória nº 249/90 a seguinte redação:

Art. - Todos os salários-de-contribuição computados no cálculo de valor do benefício, cuja data de início ocorra a partir de janeiro de 1991, serão atualizados monetariamente, mês a mês, de acordo com a variação integral do Índice de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE, correspondendo ao mês de competência de salário-de-contribuição.

JUSTIFICATIVA

O emprego do Índice de Preços da Cesta básica não é adequado para corrigir os salários-de-contribuição, porque sua metodologia de apuração pesquisa consumo de pessoas que auferem até salários mínimos. O Índice de Preços ao Consumidor, por ser mais abrangente, ao pesquisar consumo de pessoas que auferem até oito salários mínimos, e por ser utilizado no reajuste do salário dos trabalhadores em atividade, presta-se com mais adequação a reajustar os salários-de-contribuição.

SALA DAS SESSÕES

Brasília, 29 de outubro de 1990

ANTÔNIO BRITTO
Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA		CÓDIGO	
249/90		449	
AUTOR			
DEPUTADO LUIZ HENRIQUE			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	59	1º	
TÍTULO			
<p>Dê-se ao artigo 59 da Medida Provisória nº 249, de 1990, a seguinte redação:</p> <p>"A partir de novembro de 1990, os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que o salário-mínimo for alterado, aplicando-se o ICV-DIEESE e, na falta deste, utilizar-se-á o mesmo índice de correção do salário-mínimo."</p>			
JUSTIFICATIVA			
<p>Nos últimos tempos o Índice da Cesta Básica não vem refletindo com rigor o processo de perda do poder aquisitivo dos salários.</p> <p>Por isso, o Congresso Nacional, ao examinar a matéria, estabeleceu que a atualização dos benefícios fosse efetivada pelo Índice do Custo de Vida, calculado pelo DIEESE, mais próximo da realidade.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA		CÓDIGO	
nº 249, de 19 de outubro de 1990		317	
AUTOR			
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
24 / 10 / 90	6º	-	-
TÍTULO			
<p>Suprima-se o Artigo 6º</p> <p>Art. 6º Os valores dos salários-de-contribuição e dos benefícios em manutenção serão reajustados, bimestralmente, a partir de 1º de novembro de 1990, pela variação integral do Índice da Cesta Básica, calculado pelo IBGE, observadas, quanto aos benefícios, as respectivas datas de início.</p>			
JUSTIFICATIVA			
<p>O Artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a forma de reajuste até a implantação do Plano de Benefícios da Previdência Social.</p>			

vidência Social. Ora, se o Plano não foi implantado, o presente dispositivo contido no artigo 6º deve ser suprimido.

A própria Medida Provisória, em seu artigo 9º, admite a legislação pertinente em vigor, portanto, não se pode alterar a Constituição através de Medida Provisória.

249/90

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME

26 10 90

Supressiva:

Suprima-se o art. 6º

JUSTIFICATIVA

O artigo 58 das Disposições Transitórias da Constituição Federal exige a vinculação ao salário mínimo, dos índices de atualização dos benefícios de prestação continuada.

Da forma como está redigido o dispositivo na Medida Provisória, o descumprimento da Constituição acarreta perdas aos aposentados e pensionistas.

Até que esteja em vigor a Lei de Benefícios da Previdência Social, vigora o art. 58 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

janeiro de 1991 com base na variação integral do Índice de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE, / nas mesmas épocas em que o salário mínimo for alterado, exceto quando essa alteração tratar unicamente / de aumentos não decorrentes da variação do índice de preços utilizado para sua alteração e observadas, / quanto aos benefícios as respectivas datas de início.

JUSTIFICATIVA

O emprego do índice da Cesta Básica não é adequado / para corrigir os salários-de-contribuição e os valores dos benefícios, porque sua metodologia de apuração pesquisa consumo de pessoas que auferem até salários mínimos. O Índice de Preços ao Consumidor, por ser mais abrangente, ao pesquisar consumo de pessoas que auferem até oito salários mínimos, e por ser utilizado no reajuste do salário dos trabalhadores em atividade, presta-se com mais adequação a reajustar os salários-de-contribuição. A utilização do ICB mostra-se mais inadequada para garantir o valor real dos benefícios conforme preconiza a Constituição Federal.

SALA DAS SESSÕES - Brasília, 29 de outubro de 1990

ANTÔNIO BRITTO
Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA	
249/90	
AUTOR	
DEPUTADO JORJO PAULO	
DATA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
26/10/90	6º
PÁGINA	
1/1	

MEDIDA PROVISÓRIA	
249	
AUTOR	
DEPUTADO MIRO TEIXEIRA	
DATA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
24/10/90	6
PÁGINA	
01	

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

JUSTIFICATIVA

Não concordamos com a forma dos reajustes dos benefícios e nem com o índice utilizado para seus cálculos.

§1º - O percentual de reajuste mínimo mensal aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social não será inferior ao índice de reajuste do salário mínimo, incluídos os incrementos reais.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 6º das Disposições Transitórias da Constituição Federal exige a vinculação ao salário mínimo, dos índices de atualização dos benefícios de prestação continuada.

Da forma como está redigido o dispositivo na Medida Provisória, o descumprimento da Constituição acarreta perdas aos aposentados e pensionistas. Estava realizado pela Associação dos Aposentados de Volta Redonda indica que, se mantido o disposto no parágrafo que se pretende alterar, quem hoje recebe de aposentadoria quatro salários mínimos, estará recebendo apenas 1,96 em apenas dois anos.

Até que esteja em vigor a Lei de Benefícios da Previdência Social vigora, como está expresso na Constituição, o artigo 58 das Disposições Transitórias.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1990

Deputado Miro Teixeira
PDT - RJ

Dê-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 249/90 a seguinte redação:

Art. - Os valores dos salários-de-contribuição e dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de

MEDIDA PROVISÓRIA		249	
AUTOR		CHRISTOVAM CHIARADIA	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90	70		
PÁGINA		1/2	

MEDIDA PROVISÓRIA 249, DE 19 DE OUTUBRO DE 1990.

EMENTA: "Dispõe sobre Custeio da Seguridade Social e sobre Benefícios da Previdência Social."

EMENDA:

Artigo 70 - Suprima-se este dispositivo.

JUSTIFICATIVA:

1- Pretende o artigo 70 desta Medida Provisória elevar para 2% (dois por cento), a alíquota de contribuição do FINSOCIAL, através de alteração no Decreto-Lei nº 1.940, de 25.05.82. Entretanto, esta exigência é inconstitucional, em vista do disposto no artigo 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2- Como se evidencia desse texto constitucional, está previsto a extinção do FINSOCIAL, mantido apenas em caráter transitório.

É certo, assim, que o artigo 56 do A.D.C.Ts. preservou arrecadação decorrente de parcela da "alíquota da contribuição" resultante das normas que instituíram o FINSOCIAL, mas somente "até que a lei disponha sobre o artigo 195, inciso I", da Constituição Federal.

O artigo 56 do A.D.C.Ts., assim, nem autorizou o aumento de alíquota, ou ampliação de exigências, nem facultou se prosseja na cobrança do FINSOCIAL, ainda que à mesma alíquota, após a aprovação de lei dispondo sobre o artigo 195, inciso I, da Magna Carta.

3- Diante do exposto, não pode a lei aumentar alíquota do FINSOCIAL, que constitucionalmente só foi mantido na forma instituída pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25.05.82.

4- Não figura o FINSOCIAL entre os tributos admitidos no corpo da Constituição (artigos 145 e seguintes).

5- Finalmente, o caráter constitucional transitório do FINSOCIAL é incompatível com legislação ulterior que pretenda mantê-lo e até elevar seus encargos. Somente vigência transitória foi autorizada pelo artigo 56 do A.D.C.Ts., não sua sobrevivência após lei que disponha sobre o inciso I do artigo 195 da Constituição.

6- Releva lembrar que já foram editadas diversas leis dispondo sobre o mencionado artigo 195, inciso I, a citar:

Lei nº 7.689, artigo 10 até 80; Lei nº 7.738, artigos 13, 22, 23; Lei nº 7.787, artigo 10, 20, 30, 40 e 80; e, finalmente, esta Medida Provisória 249.

7- Assim, extinto está o FINSOCIAL, não mais sobrevivendo à luz da Constituição Federal.

Entretanto, caso queira inovar a União, e instituir novamente sua exigência, deverá respeitar, como para qualquer outro tributo, mesmo contribuição, os princípios constitucionais, dentre os quais se encontra a forma de lei complementar para sua instituição.

MEDIDA PROVISÓRIA		249	
AUTOR		Deputado FLORICENO PAIXAO	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
26 / 10 / 90	70		
PÁGINA		1/2	

EMENDA SUBSTITUTIVA

"Art. 70 - Fica alterada, a partir de janeiro de 1991, para dois por cento, a alíquota da contribuição para o FINSOCIAL (Decreto-Lei nº 1940, de 25 de

maio de 1982, art. 10, § 10; Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, art. 28; Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, art. 70; e Lei nº 7.894, de 24 de novembro de 1989, art. 101, passando daquela data a tal contribuição a partir daquela data, a ser arrecadada e fiscalizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS".

JUSTIFICATIVA

A emenda visa garantir que os recursos financeiros decorrentes da arrecadação do FINSOCIAL sejam efetivamente aplicados em programas da Seguridade Social, conforme dispõe o texto constitucional.

A prática histórica tem demonstrado que a União Federal, encarregada de arrecadar e repassar tais recursos no Instituto Nacional do Seguro Social, não o tem feito na exata medida do que é arrecadado — ao contrário, transfere parcelas ínfimas, conforme demonstrado largamente em diversos documentos — provocando, por falta de caixa, a redução sensível dos benefícios pecuniários da Previdência Social e a deterioração dos serviços médicos e assistenciais que são custeados pelas contribuições sociais.

Registre-se que o INSS possui um sistema arrecadador/fiscalizador de boa eficiência, testado ao longo dos anos e, como tal, responsável, mediante convênio, pela realização da receita de outros órgãos e entidades, como sejam o Sesi/SENAI, Sesc/SENAC, S. Ilário-Educação, além de outros.

Esta emenda guarda absoluto respeito à redação sobre a matéria contida no Plano de Custeio aprovado pelo Congresso Nacional — integralmente vetado pelo Poder Executivo — e significa a garantia de que, uma vez por todas, os recursos destinados à área social, tão carente e maltratado, sejam efetivamente aplicados em seus programas fundamentais.

MEDIDA PROVISÓRIA		249	
AUTOR		CHRISTOVAM CHIARADIA	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90	80		
PÁGINA		1/2	

MEDIDA PROVISÓRIA 249, DE 19 DE OUTUBRO DE 1990.

EMENTA: "Dispõe sobre Custeio da Seguridade Social e sobre Benefícios da Previdência Social."

EMENDA:

Suprima-se o artigo 80, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA:

O aumento da alíquota pretendido por este artigo, modificando-a para quinze por cento, já a partir do exercício financeiro de 1991, é de caráter nitidamente inconstitucional.

Com efeito, a mencionada alíquota tomará por base de cálculo de exação fatos geradores ocorridos durante todo o ano de 1990 até 31 de dezembro.

Os fatos geradores do lucro de uma empresa não ocorrem em um único momento, mas se formam no curso de uma série de aquisições de disponibilidades com o que, efetivamente, tal lucro não poderá ser atingido em relação a todas entradas e saídas anteriores à lei que houver majorado a alíquota.

O que se apura ao fim do ano e apenas o lucro líquido, que foi composto através de uma série de aquisições de disponibilidades econômicas. Os fatos geradores que o formam são anteriores.

A Constituição do Brasil, em seu artigo 195, parágrafo 6, ao expressamente determinar que não se aplica, às contribuições sociais, o disposto no artigo 150, III, "b", evidencia, por outro lado, a aplicabilidade do contido no mesmo inciso, alínea "a".

A disposição constitucional faz referência ao fato gerador e não à base de cálculo (cuja apuração, de fato, ocorre no final do exercício). Segue-se daí que lei que aumente sua alíquota não poderá ser aplicada sobre fatos geradores que lhe são anteriores.

Por esses motivos, deve ser suprimido o artigo 89 da Medida Provisória 249, de 19.10.90, por sua flagrante inconstitucionalidade.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 249, DE 1990

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, altera a legislação de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

EMENDA Nº

Incluem-se, no texto da Medida Provisória, os seguintes artigos:

"Art. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social, é assegurada a / contagem recíproca do tempo de contribuição ou de serviço nas administrações públicas direta, indireta ou fundacional e na atividade privada, rural e urbana, / hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Parágrafo único - A compensação financeira será devida pelos demais sistemas àquele a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício, na proporção dos respectivos tempos de contribuição ou de / serviço, na forma estabelecida em Regulamento

Art. Observada a carência de 36 (trinta e / seis) contribuições mensais, o segurado poderá contar, para fins de obtenção dos benefícios do Regime Geral / de Previdência Social, o tempo de serviço prestado à administração pública federal direta, autárquica e / fundacional.

Parágrafo único - Poderá ser contado o tempo de serviço prestado à administração pública direta, au- / tárquica e fundacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que estes assegurem aos / seus servidores a contagem do tempo de serviço em ati- / vidade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. O tempo de contribuição ou de serviço de que trata esta Seção será contado, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será / contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com os acréscimos legais; e

V - o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior à data de início da vigência desta lei, se- / rá computado sem que seja necessário o pagamento das con- / tribuições a ele correspondente.

Art. A aposentadoria por tempo de serviço, / com contagem de tempo na forma dos artigos anteriores, se- / guirá após 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço,

MEDIDA PROVISÓRIA			
249			
AUTOR		COMISSÃO	
Deputado FLORICENO PAIXÃO		459	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
26 / 10 / 90	89		
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

EMENDA SUBSTITUTIVA

O artigo 89 da MP-249 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 89 - A partir do exercício financeiro de 1991, as instituições referidas no art. 19 do Decreto-lei nº 2.426, de 7 de abril de 1988, pagarão a contribuição prevista no art. 39 da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, à alíquota de quinze por cento, passando a respectiva receita a ser arrecadada e fiscalizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS".

JUSTIFICATIVA

A mesma do FINSOCIAL, apenas mudando o nome desta para contribuição sobre o lucro das empresas (artigo 39 da Lei nº 7689, de 15 de dezembro de 1988.

MEDIDA PROVISÓRIA			
249/90			
AUTOR		COMISSÃO	
DEPUTADO JORJO PAULO		275	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
26 / 10 / 90	11		
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Substitua-se no art. 11 da Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990 a expressão:

"60 (sessenta)"
para
"30 (trinta)"

JUSTIFICATIVA

Quanto mais breve for o prazo para se regulamentar as mudanças, melhores condições terão os beneficiários da Previdência Social para se utilizarem do dispositivo de lei.

se do sexo feminino, e, se do sexo masculino, a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

Art. Quando a soma dos tempos de serviço do / segurado ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

"Art. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma desta Seção será concedido e pago pelo Sis tema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e / calculado na forma da respectiva legislação."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa cumprir o ordenamento constitucional consubstanciado no § 2º, do art. 202, da Carta Magna, que garante a contagem recíproca do tempo de serviço para / aposentadoria. A Medida Provisória ora emendada omitia a regulamentação desse direito, impedindo, com isso, que os seus efeitos fossem gerados, deixando para um futuro indefinido a sua / efetivação.

Nossa proposta é que a Medida Provisória, que se / propõe a substituir o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso / Nacional, que dispunha sobre o novo plano de benefícios da Previdência, cumpra integralmente o seu papel, não permitindo que lacunas venha a postergar a aplicação de direitos constitucionais.

Sala da Comissão, em de de 1990

Deputado Geraldo Alckmin Filho

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 249, DE 1990

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, altera a legislação de benefícios da Previdência Social e dá outras providências

EMENDA Nº

Incluem-se, no texto da Medida Provisória, os seguintes artigos:

"Art. A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida por lei, / ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se homem, ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher.

Art. A aposentadoria por tempo de serviço consiste numa renda mensal:

I - para o homem: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício, aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100%

(cem por cento), aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço; e

II - para a mulher: de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) / anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) aos 30 (trinta) anos de serviço."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa cumprir o ordenamento constitucional consubstanciado no § 1º, do art. 202, da Carta / Magna, que garante a aposentadoria proporcional.

A Medida Provisória ora emendada omitia a regulamentação desse direito, impedindo, com isso, que os seus efeitos fossem gerados, deixando para um futuro indefinido a sua / efetivação.

Nossa proposta é que a Medida Provisória, / que se propõe a substituir o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional, que dispunha sobre o novo plano de benefícios / da Previdência, cumpra integralmente o seu papel, não permitindo que lacunas venha a postergar a aplicação de direitos constitucionais.

Sala da Comissão, em de de 1990

Deputado Geraldo Alckmin Filho

MEDIDA PROVISÓRIA Nº		249	
AUTOR		DEPUTADO MIRO TEIXEIRA	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
24 / 10 / 90	-	-	-
TEXTO			
Inclua-se onde couber:			
Art. - É incorporado aos salários, aposentadorias e pensões o abono concedido no mês de agosto.			
§ Único - O abono de que trata o caput será corrigido na mesma proporção e na mesma data em que se derem as reposições e aumentos salariais.			
JUSTIFICAÇÃO			
O Governo reconheceu estarem os trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas sofrendo os efeitos do arrocho salarial e procurou reduzir timidamente suas repercussões sociais, concedendo-lhes o abono.			
O mesmo princípio justifica a necessidade de incorporação ao salário. A situação do País não melhorou, a inflação não caiu e os salários não tiveram reajustes.			
Sala das Sessões, 24 de outubro de 1990			
Deputado Miro Teixeira			
PDF - RJ			

MEDIDA PROVISÓRIA			
nº 249, de 19 de outubro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ		317	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
24 / 10 / 90	-	-	-
PÁGINA			01/01
TÍTULO			
<p>Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:</p> <p>É facultada aposentadoria proporcional, após vinte e cinco anos de trabalho à mulher ".</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O presente dispositivo foi transcrito da Constituição. Por tanto, achamos de justiça incluí-lo na presente Medida, uma vez que, é aguardado com grande ansiedade pelas mulheres, as quais acabam tendo dupla jornada, pois, também, têm atividades no lar.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA			
nº 249, de 19 de outubro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ		317	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
24 / 10 / 90	-	-	-
PÁGINA			01/01
TÍTULO			
<p>Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:</p> <p>" pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecendo o disposto no § 5º e no art. 202 da Constituição Federal ".</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O presente dispositivo já está embutido na Constituição, portanto, achamos de justiça incluí-lo na presente Medida para sanar o problema de várias pensionistas que estão sendo prejudicadas.</p>			

MEDIDA PROVISÓRIA			
249/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ HENRIQUE		449	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
25 / 10 / 90	-	-	-
PÁGINA			01/01
TÍTULO			
<p>Inclua-se onde couber:</p> <p>Art. . São segurados facultativos da Previdência Social:</p>			

I - o produtor, mesmo com a ajuda eventual de terceiros, o meeiro e o arrendatário familiares em atividades que absorvam sua força de trabalho e lhes garantam a subsistência,

II - o garimpeiro ou o pescador e o assasmeado que, sem vínculo empregatício, trabalha em regime de economia familiar; e

III - o integrante da família da pessoa referida no inciso I ou II, que com ela trabalha, observado o disposto no inciso I do § 3º do art. 227 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Não podemos deixar à margem da seguridade social parcela tão significativa de brasileiros que desenvolvem suas atividades com muito sacrifício e dedicação.

É nosso objetivo, pois, garantir-lhes, ainda que facultativamente, o acesso aos benefícios da natureza previdenciária.

249/90

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME

26 10 90 - - - - - 01/01

Aditiva:

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

É facultada aposentadoria proporcional após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco anos, à mulher.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal já prevê a extensão da aposentadoria proporcional à mulher.

MEDIDA PROVISÓRIA			
249 de 19 de outubro de 1990			
AUTOR		CÓDIGO	
Senador CARLOS PATROCÍNIO		74	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90	-	-	-
PÁGINA			1/2
TÍTULO			

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. "Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários-de-contribuição corrigidos monetariamente mês a mês, na forma prevista nos artigos 3º, 4º e 5º desta Lei.

Parágrafo Único - O benefício revisado de que trata este artigo vigorará a partir de 1º de janeiro de 1991, não sendo retroativo à data de concessão do benefício.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinou a revisão dos valores dos benefícios de prestação continuada concedidos pela previdência social anteriormente à promulgação da Constituição, a fim de que fosse restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão. Esse critério de atualização será obedecido, nos termos do citado artigo, até a implantação do plano de custeio e benefícios. Este mandamento constitucional já foi implementado.

Por outro lado, a Medida Provisória objeto da presente emenda alterou a forma de cálculo das aposentadorias e pensões, determinando no seu art. 5º que todos os salários de contribuição computados no cálculo do valor do benefício sejam atualizados monetariamente, mês a mês. Como se sabe, a sistemática em vigor atualmente impede a correção monetária dos 12 (doze) meses mais recentes. Entretanto, a alteração não será aplicável ao benefício, cuja data de início ocorra a partir de 1º de janeiro de 1991.

Está, assim, patente a discriminação contra as pessoas que foram ou vierem a ser contempladas com aposentadoria ou pensão no período compreendido entre 5 de outubro de 1988 e 31 de dezembro de 1990. A elas não se aplicará nem a atualização do benefício segundo a variação do salário mínimo nem a atualização dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, utilizados na base de cálculo do benefício. A discriminação é agravada pelo fato de que os anos de 1989 e 1990 conheceram as taxas de inflação mais elevadas da história do País.

A emenda proposta que virá eliminar esta odiosa discriminação acarretará aumento insignificante de despesas, pois é pequeno o universo dos beneficiários e não terá efeito retroativo.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1990.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputado Luiz Inácio Lula da Silva	
CÓDIGO		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	MOBIL
29 / 10 / 90			
PÁGINA		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

"Art. (...) - O tempo de serviço deve ser provado na forma estabelecida em Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputado Luiz Inácio Lula da Silva	
CÓDIGO		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	MOBIL
29 / 10 / 90			
PÁGINA		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - Aos segurados que, a partir da instituição do Piso Nacional de Salário, criado pelo Decreto-Lei nº 2.351, de 07 de agosto de 1987, tiveram seus salários de contribuição vinculados ao salário mínimo de referência é facultado o recolhimento, com juros e correção monetária, de contribuição complementar, decorrente da utilização do valor do Piso Nacional de Salário como base de contribuição.

Parágrafo 1º - O pagamento acima previsto, a ser efetuado no prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta Lei, determinará, a requerimento do interessado, revisão do cálculo do benefício em cujo gozo se encontre o segurado.

Parágrafo 2º - Tratando-se de segurado empregado, incumba-lhe também o pagamento da parcela devida pela empresa.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputado Luiz Inácio Lula da Silva	
CÓDIGO		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	MOBIL
29 / 10 / 90			
PÁGINA		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

"Art. (...) - É prejudicial à saúde o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, sendo garantida a aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de atividade."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MED DA PROVISÓRIA		NR 249	
249/90		00040	
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Luiz Inácio Lula da Silva		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/2	

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

Parágrafo 1º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

Parágrafo 2º - O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, que recebia pensão de alimentos concorre em igualdade de condições com os dependentes.

Art. - São excluídos da pensão os dependentes em geral nos casos de morte ou casamento, os filhos não inválidos ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade e os pensionistas inválidos quando cessar a invalidez.

Art. - Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial, decorridos 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória.

Parágrafo 1º - Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo.

Parágrafo 2º - Verificando o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória NR 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MED DA PROVISÓRIA		NR 249	
249/90		00040	
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Luiz Inácio Lula da Silva		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/2	

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos à Medida Provisória 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - A pensão por morte é devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falece, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. - O valor da pensão por morte será constituído do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou a mais vantajosa a que teria direito se estivesse aposentado na época do seu falecimento.

Parágrafo 1º - No caso de acidente de trabalho, o valor mensal da pensão será igual ao do salário de contribuição vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício.

Parágrafo 2º - Se o segurado falecer antes de completada a carência de 12 (doze) meses, o valor da aposentadoria base considerará a média aritmética das contribuições realizadas.

Art. - Quando houver mais de 1 (um) pensionistas

I - a pensão será rateada entre todos em partes iguais; e

II - reverter em favor dos demais a cota daquele cujo direito à pensão cessa.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória NR 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MED DA PROVISÓRIA		NR 249	
249/90		00040	
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Luiz Inácio Lula da Silva		353	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

Art. (...) - Todas as aposentadorias especiais e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 (trinta e seis) últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês.

Parágrafo único. No prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, a Previdência Social efetuará o pagamento, corrigido monetariamente, da diferença entre o valor dos benefícios pagos e o valor revisado na forma do caput deste artigo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória NR 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN	
CÓDIGO		352	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
27 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

"Art. (...) - O pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente de trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN	
CÓDIGO		352	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
27 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/2	

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

"Art. (...) - O valor do benefício é reajustado sempre que é alterado o salário mínimo, com base em índice de inflação proposto pelo Poder Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional, a fim de manter o poder aquisitivo do benefício na data de sua concessão.

§ 1º - Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 2º - O primeiro reajuste de valor do benefício, após sua concessão, terá por base a variação acumulada do índice de inflação referido no caput deste artigo.

§ 3º - Nenhum benefício reajustado pode exceder o limite máximo do salário de benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 4º - O pagamento em atraso de parcelas relativas a benefícios será atualizado de acordo com a variação do IPC do período compreendido entre a data em que se tornou devido e a data do respectivo pagamento.

Art. (...) - A Administração da Previdência Social responsabilizará o chefe do órgão que der causa às despesas de atualização, previstas no § 4º do artigo anterior, pelo ressarcimento das mesmas."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida

Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN	
CÓDIGO		352	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
26 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/2	

Acrescente-se onde couber, os seguintes artigos abaixo, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990.

"Art. (...) - A renda mensal do benefício de prestação continuada que substitui o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor líquido inferior ao salário mínimo nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. (...) - No cálculo do valor do benefício são contadas as contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. (...) - Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, é concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, cabe ao sistema de previdência manter no cadastro do contribuinte segurado todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. (...) - Para os segurados empregados domésticos e trabalhador avulso que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovem o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.

Art. (...) - Ao segurado em gozo de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-acidente e ao dependente que durante o ano recebeu pensão ou auxílio-reclusão, é devido o abono anual.

Parágrafo único. O abono anual é calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tal como previsto na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente.

Art. (...) - É garantida a concessão de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, do auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de um salário mínimo, para os trabalhadores rurais.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		DEPUTADA IRMA PASSONI	
CÓDIGO		373	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/3	

Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos, à Medida Provisória nº 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - É criado o Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - 04 (quatro) representantes do governo federal;

II - 10 (dez) representantes da sociedade civil, sendo:

a) 2 (dois) representantes dos aposentados e pensionistas;

b) 2 (dois) representantes dos trabalhadores em atividade;

c) 3 (três) empresários;

d) 3 (três) especialistas em áreas de conhecimento pertinentes, em especial, política social agrária e direito previdenciário.

Parágrafo 1º - O Conselho Nacional de Previdência Social será presidido por um dos seus integrantes a ser designado pelo Presidente da República.

Parágrafo 2º - Todos os membros serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez em continuidade.

Parágrafo 3º - Os representantes dos trabalhadores, aposentados, dos empresários e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e conferências nacionais respectivas.

Parágrafo 4º - O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre ou extraordinariamente, por iniciativa de seu presidente, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, caso em que o presidente convocará reunião no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo 5º - As despesas pessoais para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das entidades representadas.

Art. - Compete ao Conselho Nacional da Previdência Social:

I - estabelecer as diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;

II - acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária, em relação à eficiência no uso dos recursos e eficácia social;

III - apreciar e aprovar as propostas orçamentárias e demais planos e programas da Previdência Social;

IV - elaborar seu Regimento Interno.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória Nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

II - para a mulher de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) aos 30 (trinta) anos de serviço.

Parágrafo 1º - O segurado que, tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, optar pelo prosseguimento na atividade faz jus ao abono de permanência em serviço mensal, que não se incorpora à aposentadoria nem à pensão, correspondendo a:

I - 20% (vinte por cento) do salário de benefício para o segurado que conte entre 30 (trinta) e 34 (trinta e quatro) anos de serviço, e para a segurada que conte entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos de serviço; e

II - 25% (vinte e cinco por cento) do salário-de-benefício para o segurado com 35 (trinta e cinco) ou mais anos de serviço e para a segurada com 30 (trinta) ou mais anos de serviço.

Parágrafo 2º - O abono de permanência em serviço é devido a contar da data de entrada do requerimento, não varia de acordo com a evolução do salário-de-contribuição do segurado e é reajustado na forma dos demais benefícios de prestação continuada.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória Nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputada Lurdinha Savignon	
DATA		29 / 10 / 90	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
INÍCIO		FIM	
ALÍNEA		PÁGINA	
1		1/1	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória Nº 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - À aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida em Lei, ao segurado que completar 30 (trinta) anos de serviço, se homem, ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se mulher.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputada Lurdinha Savignon	
DATA		29 / 10 / 90	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
INÍCIO		FIM	
ALÍNEA		PÁGINA	
1		1/2	

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo, à Medida Provisória Nº 249, de 19 de outubro de 1990:

Art. - A aposentadoria por tempo de serviço consiste numa renda mensal:

I - para o homem de 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 4% (quatro por cento) deste para cada novo ano de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento), aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço; e

JUSTIFICATIVA

A presente emenda insere-se em um conjunto de emendas apresentadas por deputados do Partido dos Trabalhadores, cujo objetivo consiste em incorporar a Medida Provisória Nº 249, de 1990, dispositivos do Plano de Benefício e Custeio da Previdência Social, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República, estes dispositivos refletem a justa aspiração da população brasileira, e em especial do enorme contingente de aposentados, de pessoas em vias de se aposentar em nosso País.

EMENDA Nº

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 249/90

Inclua-se onde couber na Medida Provisória nº 249/90 o seguinte Artigo:

Art. - É instituído o Conselho Nacional de Seguridade Social, órgão superior de deliberação colegiada, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Representantes da sociedade civil.

§ 1º - O Conselho Nacional de Seguridade Social tem como membros.

I - 4(quatro) representantes do Governo Federal, dentre os quais, obrigatoriamente, 1(um) da área da saúde, 1(um) da área da previdência social e 1(um) da área de assistência social;

II - 1(um) representante dos governos estaduais e 1(um) das prefeituras municipais, indicados pelas entidades representativas dessas esferas de governo;

III - 6(seis) representantes da sociedade civil:

a) 3(três) trabalhadores, sendo 1(um) deles representantes dos aposentados; e

b) 3(três) empresários;

IV - 3(três) representantes dos conselhos setoriais, sendo 1(um) de cada área da Seguridade Social, conforme o disposto nas leis específicas ou no Regimento do Conselho Nacional de Seguridade Social.

§ 2º - O Conselho Nacional de Seguridade Social será presidido por um dos integrantes do mesmo a ser designado / pelo Presidente da República e disporá de uma Secretaria Executiva, que se articulará com os conselhos setoriais / de cada área

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e seus respectivos suplentes, serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e terão mandato de 2(dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - As áreas de saúde, previdência social e assistência social organizar-se-ão em conselhos setoriais de cada área, com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil, sendo suas atribuições estabelecidas no Regimento do Conselho Nacional de Seguridade Social.

§ 5º - Todos os membros do Conselho Nacional de Seguridade Social serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 6º - O Conselho Nacional de Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, por convocação de seu presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 7º - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

Art. 2º - Compete ao Conselho Nacional de Seguridade Social:

I - estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VII do Artigo 194 da Constituição Federal;

II - apreciar e aprovar os termos dos convênios firmados entre a Seguridade Social e a rede bancária para a prestação de serviços;

III - acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados;

IV - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social;

V - propor ao Presidente da República o orçamento da Seguridade Social; e

VI - elaborar o seu regimento interno.

JUSTIFICATIVA

A instituição do Conselho Nacional de Seguridade Social, órgão superior de deliberação colegiada, objetiva democratizar e descentralizar a gestão administrativa da seguridade social, com a participação de membros dos governos federal, estadual e municipal e de representantes da sociedade civil: trabalhadores, empresários e aposentados.

Com a adoção desta medida será significativamente aperfeiçoado o sistema de seguro social brasileiro. Pois ao Conselho serão atribuídas competências de estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas de saúde, previdência e assistência social, acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas implantados, além de propor ao Presidente da República o orçamento da Seguridade Social, garantindo ao Sistema a unidade indispensável ao seu desenvolvimento e eficiência.

SALA DAS SESSÕES

Brasília, 29 de outubro de 1990

ANTÔNIO BRITTO
Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputado Eduardo Jorge	
DATA		29.10.90	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
PÁGINA		01	

Inclua-se na MP 249/90, onde couber, os seguintes artigos:

Art. 1º - O auxílio-doença será devido ao segurado que, após cumprida, quando for o caso, a carência exigida nesta lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias.

§ 1º - Não é devido auxílio-doença ao segurado que se filie ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão

§ 2º- O auxílio-doença é devido ao segurado, empregado ou empresário, a contar do 16º dia de afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.

§ 3º- Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 dias, o auxílio-doença é devido a contar da data da entrada do requerimento "

Art. 2º- "O auxílio-doença, consiste numa renda mensal de 80% do salário-benefício, mais de 1% deste por grupo de 12 contribuições mensais realizadas até o máximo de 10%."

Art. 3º- "O valor mensal do auxílio-doença, no caso de acidente do trabalho, é de 100% do salário contribuição do segurado, em vigor no dia do acidente, não podendo ser inferior a igual porcentagem do seu salário de benefício

Parágrafo único- Após a cessação do auxílio-doença por acidente do trabalho e consequente retorno ao trabalho, havendo agravamento da moléstia que resulte no restabelecimento do benefício, o novo salário de contribuição será considerado no cálculo, se mais vantajoso."

Art. 4º- "Durante os primeiros 15 dias de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário ou, ao segurado empresário, a sua remuneração."

Art. 5º- "O segurado em gozo de auxílio-doença, inusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, não cessando o benefício até que seja dado habilitado ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez."

Art. 6º- "O segurado empregado em gozo de auxílio-doença é considerado pela empresa como licenciado."

Art. 7º- "A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença

JUSTIFICATIVA

Essa emenda tenta regulamentar os direitos já adquiridos na Constituição.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir o valor real dos benefícios.

MEDIDA PROVISÓRIA		249/90	
AUTOR		Deputado Eduardo Jorge	
CÓDIGO		322	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA			PÁGINA
			01 de 02

Inclua-se na Medida Provisória 249/90 o seguinte artigo:

"É criado o Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I- 4 (quatro) representantes do Governo Federal;

II- 10 (dez) representantes da Sociedade Civil, sendo:

a) 2 (dois) representantes dos aposentados e pensionistas,

b) 2 (dois) representantes dos trabalhadores em atividade;

c) 3 (três) empresários;

d) 3 (três) especialistas em áreas de conhecimento pertinentes, em especial, Política Social, Atuária e Direito Previdenciário

§ 1º O Conselho Nacional de Previdência Social será presidido por um de seus integrantes a ser designado pelo Presidente da República.

§ 2º Todos os membros serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez em continuidade

§ 3º Os representantes dos trabalhadores, aposentados, dos empresários e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais respectivas.

§ 4º O Conselho Nacional de Previdência Social reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre ou extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente, a requerimento de um terço de seus membros, caso em que o Presidente convocará reunião no prazo máximo de 15 dias

§ 5º As despesas pessoais para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das entidades representadas."

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir que a gestão da Previdência Social seja mais democrática.

MEDIDA PROVISÓRIA		MP 249	
249/90		0001	
AUTOR		Deputado Eduardo Jorge	
CÓDIGO		322	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29 / 10 / 90			
ALÍNEA			PÁGINA
			01 de 01

Inclua-se na MP 249/90, onde couber, os seguintes artigos:

Art. 1º- "Todas as aposentadorias e pensões concedidas após 5 de outubro de 1988 serão revistas pela Previdência Social, no prazo máximo de 90 dias, calculando-se o benefício sobre a média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos mês a mês.

Parágrafo Único- No prazo de 90 dias da vigência desta lei, a Previdência Social efetuará o pagamento, corrigido monetariamente, da diferença entre o valor dos benefícios pagos e o valor revisto na forma do caput deste artigo."

Art. 2º- "A gratificação natalina dos benefícios da Previdência Social, relativa ao ano de 1989, terá por base a renda do mês de dezembro, devendo ser paga em sessenta dias após a publicação desta lei, corrigida monetariamente."

249, de 19 de outubro de 1990

Deputado Eduardo Jorge

29 / 10 / 90

Inclua-se:

Art. 1. O valor do benefício será reajustado sempre que for alterado o salário mínimo, a fim de manter o poder aquisitivo do benefício na data de sua concessão.

§1º A atualização do valor das contribuições da previdência e da renda mensal dos benefícios será feita sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o IGV-DIEESE e, na falta deste, utilizar-se-á o mesmo índice de correção de salário mínimo.

§2º Nenhum benefício que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá o valor mensal inferior ao salário mínimo.

§3º O primeiro reajuste de valor do benefício, após sua concessão, terá por base a variação acumulada do índice referido no 1º deste artigo.

§4º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§5º O pagamento em atraso de parcelas relativas a benefícios será atualizado de acordo com a variação do IPC do período compreendido entre a data em que se tornou devido e a data do respectivo pagamento.

Art. 37. A Administração da Previdência Social responsabilizará a chefia do órgão que der causa às despesas de atualização, previstas no §5º, do artigo anterior, pelo ressarcimento das mesmas.

Justificativa: a medida provisória 249 não incorporou em seu texto o projeto de lei nº 2.570-C, aprovado pelo Congresso Nacional e não contempla o disposto na Constituição Brasileira

MEDIDA PROVISÓRIA		Nº 249/90	
AUTOR		CÓDIGO	
Deputado Eduardo Jorge		322	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	ALÍNEA
29 / 10 / 90			
PÁGINA			
01			

Inclua-se na Medida Provisória 249/90, os seguintes artigos.

Art. 12- "A renda mensal do benefício de prestação continuada que substitui o salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não terá valor líquido inferior ao salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição.

Art. 20- "No cálculo do valor do benefício são contadas as contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 30- "Ao segurado empregado que tenha cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado, mas não possa comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, é concedido o benefício de valor mínimo, devendo, esta renda ser recalculada, quando da apresentação de prova dos salários de contribuição.

Parágrafo Único- Sem prejuízo do disposto neste artigo, cabe ao sistema de previdência manter no cadastro do contribuinte segurado todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

Art. 40- "Para os segurados empregados domésticos e trabalhador avulso que, tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovem o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova de recolhimento das contribuições.

Art. 42- "Ao segurado em gozo de aposentadoria, auxílio-doença ou auxílio-acidente e ao dependente que durante o ano recebeu pensão auxílio-reclusão, é devido ao abono anual.

Parágrafo Único- o abono anual é calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação de natal dos trabalhadores, tal como previsto na lei 4.090, de 13 de julho de 1962, e legislação subsequente.

Art. 50- "É garantida a concessão de aposentadoria por idade ou invalidez, de auxílio-doença, do auxílio-reclusão ou de pensão, valor de um salário mínimo, para os trabalhadores rurais.

JUSTIFICATIVA

Essa emenda vem garantir os princípios aprovados na Constituição e previstos no PL 2.570-C, vetado pelo Presidente da República.

EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, DE 19 DE OUTUBRO DE 1990, QUE "MODIFICA A LEI Nº 6.649, DE 16 DE MAIO DE 1979, QUE REGULA A LOCAÇÃO PREDIAL URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS

EMENDAS Nºs.

Deputado EDUARDO JORGE	09,10,11,12
Deputado FRANCISCO DORNELLES	04
Deputado JOSÉ GENOÍNO	08
Deputado LUIZ GUSHIKEN	01
Deputada LURDINHA SAVIGNON	05,06,07
Deputado ROBERTO FREIRE	03
Deputado WALDECK ORNELAS	02

EMENDA Nº 2

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 1	
250			

Deputado WALDECK ORNELAS
Gabinete 729.

AUTOR				CÓDIGO
Deputado Luiz Gushiken				352
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
24/10/90	59	6º	7º	5º
				1, II
				01

Emenda à Medida Provisória nº 250

Acresça-se ao art. 49 da Lei nº 6.649, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 250, o seguinte:

"§7º - A regra estabelecida nos parágrafos 4º e 5º aplica-se aos contratos de locação de imóveis com três quartos ou mais e, cumulativamente, um mínimo de 100m² (cem metros quadrados) de área construída, observado o prazo mínimo de seis meses da assinatura do contrato ou última revisão judicial.

Acresça-se ao art. 4º da Medida Provisória nº 250, o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos casos a que se refere o §7º do art. 49 da lei nº 6.649, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 250.

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal tem tido uma clara intenção desregulamentadora e liberalizante em relação à economia. A política de aluguéis representa talvez um dos aspectos mais controlados por lei, é natural que assim seja, considerando-se que o país não conseguiu até o presente ter uma agressiva política habitacional, em especial para as camadas de mais baixa renda da população. O mesmo não se justifica em relação a imóveis de mais elevado padrão, área e nº de quartos, que situam-se numa outra faixa de mercado e condições de investimento dos proprietários e de pagamento dos inquilinos. A este segmento popõe-se, na emenda, a liberalização mais ampla, observado apenas o interstício mínimo de seis meses para novo acordo ou revisão de valores.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1990.

Deputado WALDECK ORNELAS

FICAM ALTERADOS os termos da Medida Provisória 250/90 nestes moldes:

- ... (art. 1º)
- ... (art. 13)
- ... (parágrafo único)
- ... (art. 49)
- ... (§ 1º)
- ... (§ 2º)
- ... (§ 3º)
- ... (§ 4º)

§ 5º - Não tendo havido acordo, nos termos do parágrafo anterior, o locador ou o locatário, após três anos de vigência do contrato, poderá pedir a revisão judicial do aluguel, que obedecerá a regra do artigo 5º da Lei (decorrente da MP 250/90), aplicando-se o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 53, conforme o caso.

... (art. 2º)

art. 3º - Na ação de revisão de aluguel residencial, o locador ou o locatário poderá pedir que o juiz, ao despachar a petição inicial, e com base nos princípios processuais que regem as medidas cautelares, lhe arbitre, desde logo, à vista dos documentos indispensáveis à comprovação do valor locativo no mercado da situação do imóvel, mas considerando como razão de decidir a equação do artigo 5º desta lei, o aluguel provisório.

- ... (§ 1º)
- ... (§ 2º)
- ... (§ 3º)

... (art. 4º)

- ... (inc. I)
- ... (inc. II)

Art. 5º - Nos processos judiciais de revisão de aluguel residencial de que trata esta lei, necessariamente o juiz decidirá segundo o fundamento de equidade exposto nos parágrafos seguintes:

- I - de um lado, a renda mensal do inquilino, visando a decisão a não lhe causar ruptura no equilíbrio econômico da sua vida social;
- II - de outro lado, o valor de mercado da situação do imóvel;
- § 1º - O inquilino de locação residencial tem legitimidade ativa para ajuizar o processo de revisão do aluguel de que trata esta lei;
- § 2º - A produção da prova para apurar a equação de que fala os incisos I e II deste artigo será regulada pelos sistema do Código de Processo Civil vigente.

Art. 6º -
(antigo artigo 5º)

Art. 7º
(antigo artigo 6º)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem o objetivo de aperfeiçoar a Medida Provisória 250, acrescentando-lhe uma dimensão social, na medida em que relaciona a revisão do preço dos aluguéis com a renda mensal do inquilino, sem contudo punir o locador, cujos direitos são resguardados por esta emenda.

MEDIDA PROVISÓRIA		EMENDA Nº 3	
nº 250, de 22 de outubro de 1990			
AUTOR			
Deputado ROBERTO FREIRE			
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
29/10/90	35		
			01/C1

Substitua-se, no caput do art. 3º, a expressão "sem audiência do requerido" pela expressão "após a contestação do requerido"

JUSTIFICAÇÃO

Da forma como está redigido, o caput do art. 3º incorre flagrantemente no grave vício da inconstitucionalidade. Com efeito, a não audiência do requerido para a fixação do aluguel provisório viola as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa em processo judicial, conforme está explícito no art. 5º, inciso LX do Carta Magna.

Dessa maneira, a presente Emenda busca sanar o vício em tela ao restabelecer as garantias aludidas.

MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 4		MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 6	
AUTOR Deputado FRANCISCO DORNELES		CÓDIGO		AUTOR Deputada Lurdinha Savignon		CÓDIGO 549	
DATA 29/10/90		ARTIGO 12		DATA 29/10/90		ARTIGO 12	
PARÁGRAFO		INCISO		PARÁGRAFO		INCISO	
ALÍNEA		ALÍNEA		ALÍNEA		ALÍNEA	
PÁGINA 01/01		PÁGINA		PÁGINA 1/1		PÁGINA	

Inclua-se, onde couber, o dispositivo com a seguinte redação:

Art. Aplicam-se as normas pertinentes do Código Civil, excluída a incidência das leis especiais ou extravagantes sobre locação predial urbana, aos contratos de locação que tenham por objeto imóveis, residenciais ou não, de propriedade da Previdência Social, de sociedades e fundações beneficentes ou filantrópicas e de instituições de educação, de pesquisas científicas ou de cultura, que atendam aos requisitos e condições estabelecidas no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

JUSTIFICAÇÃO

As normas excepcionais sobre locação residencial tem finalidade eminentemente social. Quando, entretanto, o imóvel é de propriedade de pessoas jurídicas que assumem, desinteressadamente, responsabilidades próprias do Estado, o interesse público mais amplo da coletividade deve prevalecer, até porque esse é o único objetivo do patrimônio imobiliário adquirido. É de convir, aliás, que, sob a invocação da Lei do Inquilinato, se tem, na hipótese em exame, beneficiado da legislação social verdadeiros negociantes, em detrimento dos serviços de interesse público que as instituições proprietárias dos imóveis se propõem desenvolver.

Sugere-se, assim, acrescentar dispositivo capaz de evitar situações dessa natureza, desde que, no caso, se manifeste claramente a presença de interesse público que se pretende preservar.

De-se ao art. 49 da Lei Nº 6.649, de 16 de maio de 1979, modificado pelo art. 12 da Medida Provisória Nº 250, de 19 de outubro de 1990, a seguinte redação:

Art. 49
Par. 12
Par. 25
Par. 35
Par. 45
Par. 55

Parágrafo 65 - O valor fixado nos termos do parágrafo anterior não poderá exceder ao valor do aluguel na data do último acordo ou revisão judicial, ou, na falta deste, na data do início do contrato, corrigido pela variação no período do salário, soldo, vencimento, pensão ou qualquer remuneração de natureza regular que consista na principal fonte de renda do locatário, não computados os aumentos decorrentes de ascensão funcional.

Parágrafo 72 - Nos casos de rendimento irregular; mudança de emprego ou qualquer outra situação que impossibilite a aplicação do disposto no parágrafo anterior, o valor do aluguel fixado na revisão não poderá exceder ao valor do aluguel na data do último acordo ou revisão judicial, ou, na falta deste, na data do início do contrato, corrigido pela maior variação no período entre os índices a que se refere o parágrafo único do art. 15.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é parte integrante de um conjunto de três emendas cujo objetivo é limitar o reajuste dos aluguéis ao reajuste salarial do locatário. De fato reconhecemos que em muitos casos os aluguéis se encontram defasados, o que justifica uma revisão da legislação. Entretanto, tendo em vista o caráter social que revestem os aluguéis, não parece justo tomar apenas o mercado como parâmetro para os reajustes, permitindo o descolamento dos aluguéis da renda dos locatários.

MEDIDA PROVISÓRIA 250		EMENDA Nº 7	
AUTOR Deputada Lurdinha Savignon		CÓDIGO 549	
DATA 29/10/90		ARTIGO 12	
PARÁGRAFO		INCISO	
ALÍNEA		ALÍNEA	
PÁGINA 1/1		PÁGINA	

MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 5	
AUTOR Deputada Lurdinha Savignon		CÓDIGO 549	
DATA 29/10/90		ARTIGO 12	
PARÁGRAFO		INCISO	
ALÍNEA		ALÍNEA	
PÁGINA 1/1		PÁGINA	

Dê-se ao Parágrafo 32 do art. 49 da Lei Nº 6.649, de 16 de maio de 1979, modificado pelo art. 12 da Medida Provisória Nº 250, de 19 de outubro de 1990, a seguinte redação:

Parágrafo 32 - Far-se-á o reajuste do aluguel mediante a aplicação desde o mês de início da locação ou do último reajuste, do índice correspondente ao reajuste do salário, vencimento, soldo, pensão, ou qualquer outro rendimento de natureza regular do locatário e que constitua sua principal fonte de renda, descontados os aumentos decorrentes de ascensão funcional, ou, na impossibilidade de aplicação deste, de índice livremente pactuado entre as partes, nos termos do parágrafo único do art. 15.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é parte integrante de um conjunto de três emendas cujo objetivo é limitar o reajuste dos aluguéis ao reajuste salarial do locatário. De fato reconhecemos que em muitos casos os aluguéis se encontram defasados, o que justifica uma revisão da legislação. Entretanto, tendo em vista o caráter social que revestem os aluguéis, não parece justo tomar apenas o mercado como parâmetro para os reajustes, permitindo o descolamento dos aluguéis da renda dos locatários.

Dê-se ao Parágrafo único do art. 15 da Lei Nº 6.649, de 16 de maio de 1979, modificado pelo art. 12 da Medida Provisória Nº 250, de 19 de outubro de 1990, a seguinte redação:

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 31 do Decreto Nº 24.150, de 20 de abril de 1934, o reajuste do aluguel somente poderá ser exigido quando o contrato o estipular, fixando a época em que será efetuado, mediante aplicação de índice correspondente ao reajuste dos rendimentos do locatário, conforme será fixado no contrato, ou, alternativamente, quando não for possível, o reajuste pelos rendimentos do locatário, mediante aplicação de índice livremente pactuado entre as partes, dentre os editados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIEPE), pelo Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), ou por órgão oficial, exceto os de variação da taxa cambial e do salário mínimo.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é parte integrante de um conjunto de três emendas cujo objetivo é limitar o reajuste dos aluguéis ao reajuste salarial do locatário. De fato reconhecemos que em muitos casos os aluguéis se encontram defasados, o que justifica uma revisão da legislação. Entretanto, tendo em vista o caráter social que revestem os aluguéis, não parece justo tomar apenas o mercado como parâmetro para os reajustes, permitindo o descolamento dos aluguéis da renda dos locatários.

MEDIDA PROVISÓRIA 250		EMENDA Nº 8		MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 10	
AUTOR Deputado José Genoíno		CÓDIGO 377		AUTOR Deputado Eduardo Jorge		CÓDIGO 322	
DATA 29 / 10 / 90	ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA 1/1	DATA 29 / 10 / 90	ARTIGO

Art. 3º - Na ação de revisão de aluguel residencial, o locador ou locatário, poderá pedir ao juiz que fixe desde logo um aluguel provisório.

§ 1º - Para a fixação do aluguel provisório, o juiz, servirá-se de perito avaliador, que deverá apresentar o laudo no prazo máximo de cinco dias.

§ 2º - Após a manifestação das partes, dentro do prazo de 48 horas da intimação do laudo, o juiz fixará o aluguel provisório, que em sendo a ação proposta pelo locador, não poderá exceder a 80% do valor indicado na petição inicial e vigorará até o trânsito em julgado da decisão que fixará o valor definitivo do aluguel.

§ 3º - As diferenças de aluguel pagas a maior pelo locatário, em virtude da fixação do aluguel provisório, serão corrigidas monetariamente pelos índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional e restituídas em parcelas mensais, fixadas pelo juiz, até o máximo de seis, após o trânsito em julgado da decisão terminativa do processo.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória Nº 250/90, tal como apresentada, ao permitir a fixação de aluguel provisório sem a oitiva da parte contrária, deixa o locatário a mercê do locador, permitindo que este fixe, ao talante, o limite máximo previsto no § 1º, bastando para isso exagerar na sua pretensão inicial.

Respeita o princípio da equidade e do contraditório, que devem pautar as relações contratuais e processuais, o estabelecimento de aluguel provisório fixado após uma perícia sumária e após a oitiva de ambas as partes, já que só depois de providências o juiz terá elementos mínimos para a formação de seu convencimento.

O parágrafo 3º do Artigo 4º da lei 6649/79, modificado pela MP 250/90, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo 3º(...) do índice de variação da BTN mensalmente fixada pelo Governo Federal."

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tenta assegurar um teto para o cálculo dos reajustes dos aluguéis, para que os mesmos não sejam superiores à inflação.

MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 11	
AUTOR Deputado Eduardo Jorge		CÓDIGO	
DATA / /	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

O Art. 6º da MP 250/90 passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º "Revogam-se o Parágrafo 2º do Art 27 e o Art. 28 da Lei 6649/79"

JUSTIFICATIVA

Só na cidade de São Paulo, segundo dados da Prefeitura, existem 3,5 milhões de pessoas residindo em cortiços(habitações coletivas), sem que exista qualquer dispositivo legal que assegure os direitos dessas pessoas. O objetivo dessa emenda é garantir que os moradores em habitações coletivas, possam pelo menos recorrer a Justiça, caso sejam prejudicados.

MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 9	
AUTOR Deputado Eduardo Jorge		CÓDIGO	
DATA / /	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

O parágrafo único acrescido ao Art. 15 da lei 6649/79 modificado pela MP 250/90, passa a ter a seguinte redação:
"Parágrafo Único(...) mediante aplicação do índice de variação da BTN mensalmente fixada pelo Governo Federal."

JUSTIFICATIVA

Essa emenda tenta garantir que os reajustes dos aluguéis, não sejam superiores à inflação.

MEDIDA PROVISÓRIA 250/90		EMENDA Nº 12	
AUTOR Deputado Eduardo Jorge		CÓDIGO	
DATA / /	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

Inclui-se na Medida Provisória 250/90 o seguinte artigo:

Os Artigos 10, 14, 24 e 26 da lei Nº 6.649 de 16 de maio de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 " A cessão de locação, sub- locação e o empréstimo de prédios, sejam totais ou parciais não dependem do consentimento prévio do locador."

Parágrafo Único: "A sub- locação, em habitações coletivas, será comprovada por documentos e pela manifestação, por escrito, e duas testemunhas."

Art. 14.....

Parágrafo Único: "Em se tratando de habitações coletivas, ou demonstrando o locatário sua permanência no imóvel por mais de 10 anos, o novo proprietário deverá oferecer o imóvel a locação, ou quando essa não interessar às partes, para desocupar o imóvel em 12 meses."

Art. 24.....

§ 6º "No caso de habitações coletivas, os sub- locatários"

poderão exercer esse direito coletivamente num prazo de 180 dias desde que demonstrem interesse imediato em fazê-lo."

Art. 26 "O locatário ou sub- locatário, no caso de habitações coletivas, somente poderá reter o prédio alugado, no caso da realização por si ou pelo poder público de benfeitorias úteis ou necessárias para conservação e segurança do prédio."

JUSTIFICATIVA

Essa emenda tenta assegurar mínimos direitos aos moradores em habitações coletivas para que eles não fiquem a mercê dos sub-locatários.

EMENDAS APRESENTADAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 26 DE OUTUBRO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE SALÁRIO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ANTERO DE BARROS	06
Deputada BENEDITA DA SILVA	07,28
Deputado EDUARDO JORGE	21
Deputado FLORESTAN FERNANDES	10
Deputado LUIZ GUSHIKEN	08,12,19,20
Deputada LURDINHA SAVIGNON	01,02,11,17
Deputado NELTON FRIEDRICH	03,04,05,13,14,15,16, 18,24,25,26,27
Deputado PAULO DELGADO	09,23
Deputado TARSO GENRO	22
Deputado VLADIMIR PALMEIRA	29,30,31

MEDIDA PROVISÓRIA		ETIQUETA	
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADA LURDINHA SAVIGNON		549	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90			
TÍTULO		PÁGINA	
		1/3	

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À MP Nº 256/90

Art. 19. A Política Nacional de Salários, respeitado o princípio da irredutibilidade do salário real, terá como fundamento a livre negociação coletiva e se regerá pelas normas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo 12 - As vantagens asseguradas aos trabalhadores nas normas coletivas incorporam-se aos contratos individuais de trabalho, constituindo-se em direito da categoria, e somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho posterior, que disponha expressamente a respeito.

Parágrafo 22 - Em qualquer caso serão respeitadas as disposições coletivas mais vantajosas e as legais mínimas, contra elas não prevalecendo decisões de política sócio-econômica do Poder Executivo.

Art. 22. Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais, serão reajustados automaticamente pelo índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês em curso.

Parágrafo único - Na revisão salarial anual, que ocorrerá por Convenção ou Acordo Coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder aquisitivo real existente nas datas-base anteriores, computado o aumento do custo de vida de todo o período, inclusive o do mês da data-base, sendo vedado o expurgo no cálculo de índices inflacionários.

Art. 39. Fica assegurado aos trabalhadores reajuste salarial correspondente à variação acumulada do índice de Preços ao Consumidor (IPC) de março a outubro de 1990, descontados os reajustes concedidos, a partir de abril de 1990, sem repasse para os preços.

Art. 49. Os aumentos reais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em Convenções e Acordos Coletivos, laudos arbitrais ou sentenças normativas, observados dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor ou da empresa.

Art. 59. As entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria.

Parágrafo único - Nas hipóteses de coação ou ameaça de demissão, cabe ao Juízo competente para processar e julgar a ação, negar validade à renúncia, desistência ou transação individuais.

Art. 69. O valor do salário mínimo, de que trata o inciso IV do artigo 79 da Constituição Federal, fica estipulado, em todo o território nacional, a partir de 19 de novembro de 1990 no valor estabelecido para o mês de março de 1990, corrigido pela variação acumulada do índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos meses de março a outubro de 1990, com a inclusão de 3% (três por cento) de aumento real, em cada mês, a partir de março de 1990, inclusive.

Parágrafo 19 - O valor do salário mínimo, estipulado neste artigo, será corrigido mensalmente, pelos índices de Preços ao Consumidor (IPC) do mês em curso.

Parágrafo 29 - A partir de 19 de novembro de 1990, o salário mínimo será calculado com base no disposto neste artigo acrescido de 3% (três por cento) em cada mês.

Parágrafo 39 - Fica vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, ressalvados os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social e valores salariais.

Parágrafo 49 - O salário mínimo horário é igual ao quociente do valor do salário mínimo, de que trata esta lei por 220 (duzentos e vinte) e o salário mínimo diário, por 30 (trinta).

Art. 79. Os débitos, relativos aos meses de março a agosto de 1990, resultantes da aplicação dos arts. 39 e 69 desta lei poderão ser quitados através do mecanismo da conversão de cruzados novos em cruzeiros.

Art. 89. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 99. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda Substitutiva traduz de forma clara os anseios dos trabalhadores brasileiros por uma Política Salarial. Trata-se de uma cópia atualizada do projeto de política salarial de autoria da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, por esta aprovado no final do primeiro semestre deste ano.

MEDIDA PROVISÓRIA		ETIQUETA	
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADA LURDINHA SAVIGNON		549	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90	19 a 69		
TÍTULO		PÁGINA	
		1/1	

Suprimam-se os artigos 19 a 69 da Medida Provisória Nº 256, de 26 de outubro de 1990.

JUSTIFICATIVA

Os artigos 19 a 69 da MP 234 consolidam a sistemática de reposição de perdas salariais pela média dos salários reais (pelo conceito de caixa) dos últimos 12 meses anteriores à data-base. Essa metodologia, na medida em que impede a recomposição do poder de compra dos salários na última data-base, fere frontalmente o princípio da irredutibilidade dos salários, consubstanciado no inciso VI do art. 79 da Constituição Federal. E nem mesmo é possível argumentar-se que se trata de uma política de recuperação de perdas adequada para um período de transição, como é o Plano Collor, uma vez que se aplica, inclusive, para datas-base posteriores a abril de 1991, cujas perdas que seriam repostas pela metodologia da MP 211 são todas posteriores a março de 1990. Deste ponto de vista, a MP não é uma política salarial de transição, mas claramente uma política de arrocho salarial.

MEDIDA PROVISÓRIA		ETIQUETA	
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		437	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
30 / 10 / 90			
TÍTULO		PÁGINA	
		01 - 02	

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substituem-se os incisos, parágrafos e os artigos 19, 29, 39, 49, 59 e 69 da MP 256/90, pelos seguintes dispositivos:

Art. 1º - Respeitado o princípio de irredutibilidade do salário real, terá como fundamento a livre negociação coletiva e se regerá pelas normas estabelecidas nesta Medida Provisória.

Parágrafo único - A negociação coletiva será exercida pelos sindicatos das categorias econômica ou profissional, como executores das decisões aprovadas em assembleia geral dos interessados, ou, se por ela autorizadas, pelas respectivas federações, confederações e centrais sindicais.

Art. 2º - As normas e condições pactuadas em convenções e acordos coletivos constituem lei das partes. As vantagens aos trabalhadores neles estabelecidas, assim como nas decisões normativas, serão asseguradas, atualizados os seus valores, e só podem ser reduzidas ou suprimidas por convenção ou acordo coletivo posterior, contra elas prevalecendo decisões de política sócio-econômica do Poder Executivo.

Parágrafo único - Em qualquer caso serão respeitadas as disposições convencionais coletivas mais vantajosas e as legais mínimas de proteção ao trabalho.

Art. 3º - Os aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em convenções e acordos coletivos ou decisões normativas, observados dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor ou da empresa.

Art. 4º - Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais, inclusive os benefícios previdenciários em manutenção, serão mensalmente reajustados com o objetivo de repor as perdas salariais ocorridas no período, inclusive no mês da data-base.

Parágrafo único - O reajuste de que trata o caput deste artigo será automático, fixado mensalmente pelo mesmo indexador e nas condições estipuladas para a atualização dos valores depositados em Caderneta de Poupança.

Art. 5º - Na revisão salarial anual, deverá ser observada a preservação do poder aquisitivo real existente na data-base anterior, sendo assegurado, no mínimo, o reajuste salarial com base no aumento do custo de vida do período, independentemente do aumento real.

Art. 6º - A reposição das perdas salariais decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.283, de 28 de fevereiro de 1986 a da legislação salarial subsequente, será efetuada na data-base de cada categoria profissional, restabelecendo-se o poder aquisitivo salarial existente na data-base imediatamente anterior à edição do Decreto-Lei acima referido, conforme se dispuser em convenção ou acordo coletivo, ou decisão normativa.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A presente emenda tem por objetivo assegurar a preservação do poder aquisitivo real, já que o salário no Brasil é um dos mais baixos do mundo e o menor da nossa história.

A questão salarial em nosso país é a mais perversa e injusta. A concentração de renda e riquezas apresenta um quadro de indignidade e agressão social.

Assim sendo precisamos de decisiva vontade política de mudar esta face cruel da sociedade brasileira.

Art. 1º - A Política Nacional de Salários, respeitado o princípio de irredutibilidade do salário real, terá como fundamento a livre negociação coletiva e se regerá pelas normas estabelecidas nesta Medida Provisória.

§ 1º - As vantagens asseguradas aos trabalhadores nas normas coletivas incorporam-se aos contratos individuais de trabalho, constituindo-se em direito da categoria, e somente poderão ser reduzidas ou suprimidas por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho posterior, que disponha expressamente a respeito.

§ 2º - Em qualquer caso serão respeitadas as disposições coletivas mais vantajosas e as legais mínimas, contra elas não prevalecendo decisões de política sócio-econômica do Poder Executivo.

Art. 2º - Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais, serão reajustados automaticamente e mensalmente pelo índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês em curso, incluindo-se o, percentual de 3% (três por cento) a título de incremento real.

Parágrafo único - Na revisão salarial anual, que ocorrerá por Convenção ou Acordo Coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder aquisitivo real existente nas data-base anteriores, computando o aumento do custo de vida de todo o período, inclusive o do mês da data-base, sendo vedado o expurgo no cálculo de índices inflacionários.

Art. 3º - Fica assegurado aos trabalhadores reajuste salarial correspondente ao índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos meses de junho, julho e agosto de 1990, sem repasse para os preços.

Art. 4º - Os aumentos reais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em Convenção e Acordos Coletivos, laudos arbitrais ou sentenças normativas, observadas dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor da empresa.

Art. 5º - Em qualquer circunstância não se dará efeito suspensivo aos recursos interpostos em processo de dissídio coletivo, inclusive sob a forma de medida cautelar.

Art. 6º - As entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria.

Parágrafo único - Nas hipóteses de coação ou ameaça de demissão, cabe, ao juízo competente para processar e julgar a ação, regar validade à renúncia, desistência ou transação individuais.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Esta emenda tem por objetivo resgatar as prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional para a formulação da política salarial.

É corajoso e tempestivo, aproveitando a oportunidade em que o governo no abuso de sua força temerária e anula a legislação da política salarial, utilizando-se de instrumentos inadequados como esta medida provisória.

ETIQUETA		MP 00256	
MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO NELTON FRIEDRICH	
CÓDIGO		437	
DATA		30 / 10 / 90	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
INCISO		ALÍNEA	
PÁGINA		01 - 02	
EMENDA SUBSTITUTIVA			
Substituem-se os incisos, parágrafos e os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da MP 256/90, pelos seguintes dispositivos:			

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO NELTON FRIEDRICH	
CÓDIGO		437	
DATA		30 / 10 / 90	
ARTIGO		PARÁGRAFO	
INCISO		ALÍNEA	
PÁGINA		01 - 02	
EMENDA SUBSTITUTIVA			
Substituem-se os incisos, parágrafos e os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da MP 256/90, pelos seguintes dispositivos:			
Art. 1º - A política Nacional de Salários, respeitado o princípio de irredutibilidade do salário real, terá como fundamento a livre negociação coletiva e se regerá pelas normas estabelecidas nesta Medida Provisória.			
Art. 2º - A negociação coletiva será exercida pelos sindicatos das categorias econômicas ou profissional, como executores das decisões aprovadas em assembleia geral dos interessados, ou, se por ela autorizada, pelas respectivas federações, confederações e centrais sindicais.			

Art. 3º - As normas e condições pactuadas em convenções e acordos coletivos constituem lei das partes. As vantagens aos trabalhadores neles estabelecidas, assim como nas decisões normativas, será asseguradas, atualizados os seus valores e só podem ser reduzidas ou suprimidas por convenção ou acordo coletivo posterior, contra elas não prevalecendo decisões de política sócio-econômica do Poder Executivo.

Parágrafo único - Em qualquer caso serão respeitadas as disposições convencionais coletivas mais vantajosas e as legais mínimas de proteção ao trabalho.

Art. 4º - Os aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em convenções e acordos coletivos ou decisões normativas, observados, dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor ou da empresa.

Art. 5º - Enquanto perdurar a inflação, os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais, inclusive os benefícios previdenciários em manutenção, serão mensalmente reajustados com o objetivo de repor as perdas salariais ocorridas no período, inclusive no mês da data-base.

Parágrafo único - O reajuste de que trata o caput deste artigo será automático, fixado mensalmente pelo IPC

Art. 6º - Na revisão salarial anual, que ocorrerá por convenção ou acordo coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder aquisitivo real existente nas datas bases anteriores computado o aumento do custo de vida de todo período, inclusive o do mês da data base, sendo vedado o expurgo no cálculo de índice inflacionário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar as garantias jurídicas sem qualquer implicação de natureza econômica, tais como, o efeito suspensivo, produtividade e irredutibilidade dos salários.

A questão salarial em nosso País é a mais perversa e injusta. Estamos entre os povos de menor salário do mundo. A concentração de renda e riquezas apresenta um quadro de indignidade e agressão social. Assim sendo precisamos de decisiva vontade política de mudar esta face cruel da sociedade brasileira.

JUSTIFICATIVA

Com esta emenda pretendemos reestabelecer o limite de reposição trimestral das perdas salariais existente na política salarial aprovada no último ano pelo Congresso, que é de 20 salários mínimos. Ao mesmo tempo estabelecemos que, independentemente do valor dos salários, seu poder de compra será integralmente reposto quando da data base da categoria.

AUTOR
DEPUTADA BENEDITA DA SILVA

CODIGO
207

DATA
05 / 11 / 90

ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
1º a 6º

PAGINA
1/1

TEXTO

Substitua-se os artigos 1º a 6º da MP 256/90 pelo seguinte artigo, de Nº 1º, renumerando-se os subsequentes.

"Art. 1º Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais serão reajustados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor - IPC no mês em curso.

Parágrafo 1º Na revisão salarial anual, que ocorrerá por Convenção ou Acordo Coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder aquisitivo real existente nas datas base anteriores, computado o aumento do custo de vida de todo o período, inclusive o do mês da data base, sendo vedado o expurgo no cálculo de índices inflacionários.

Parágrafo 2º O índice de Preços ao Consumidor, de que trata este artigo, será calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

JUSTIFICATIVA

Com a presente emenda, pretendemos recuperar a redação estabelecida no projeto de lei Nº 5.171, de autoria da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que, a nosso ver, atende de forma mais satisfatória que o projeto de lei em pauta os anseios da população trabalhadora brasileira.

MEDIDA PROVISÓRIA
256/90

AUTOR
DEPUTADO ANTERO DE BARROS

CODIGO
399

DATA
05 / 11 / 90

ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
1º a 6º

PAGINA
1/1

TEXTO

Substitua-se os artigos 1º a 6º da MP 256/90 pelo seguinte artigo, de Nº 1º, renumerando-se os subsequentes.

"Art. 1º Os salários, vencimentos, soldos proventos e demais verbas salariais serão reajustados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor - IPC verificada no mês anterior, até o valor de 5 (cinco) salários mínimos; a parcela que exceder esse valor, até 20 (vinte) salários mínimos, será reajustada trimestralmente pela variação do IPC no trimestre findo no mês anterior, garantindo-se um adiantamento mensal correspondente à diferença entre a variação do IPC verificada no mês anterior e o percentual de 5% (cinco por cento); a parcela que exceder a 20 (vinte) salários mínimos terá o valor e a periodicidade de seus reajustes livremente negociados, garantida na data base a reposição integral do poder aquisitivo real existente nas datas base anteriores."

MEDIDA PROVISÓRIA
256/90

AUTOR
DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN

CODIGO
352

DATA
05 / 11 / 90

ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
3º

PAGINA
1/1

TEXTO

Suprime-se o art. 3º da Medida Provisória 256, de 26 de outubro de 1990.

JUSTIFICATIVA

O art. 3º constante da Medida Provisória, reduz o salário, e, para isto, apresentamos esta emenda, suprimindo o referido artigo.

<p>256/90</p>		<p>256/90</p>	
<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADO PAULO DELGADO</p>		<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN</p>	
<p>CÓDIGO</p> <p>297</p>		<p>CÓDIGO</p> <p>352</p>	
<p>DATA</p> <p>5 / 11 / 90</p>		<p>DATA</p> <p>05 / 11 / 90</p>	
<p>ARTIGO</p> <p>4º</p>		<p>ARTIGO</p> <p>8º</p>	
<p>PARÁGRAFO</p>		<p>PARÁGRAFO</p>	
<p>INCISO</p>		<p>INCISO</p>	
<p>ALÍNEA</p>		<p>ALÍNEA</p>	
<p>PÁGINA</p> <p>1/1</p>		<p>PÁGINA</p> <p>1/1</p>	
<p>TEXTO</p> <p>Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória 256, de 26 de outubro de 1990.</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O art. 4º constante da Medida Provisória, reduz o salário, e, para isto, apresentamos esta emenda, suprimindo-o.</p>			
<p>Suprima-se o artigo 8º da Medida Provisória NR 256, de 26 de outubro de 1990.</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O artigo em tela é absolutamente inconstitucional, pois se choca com o estabelecido no art. 8º, III e art. 7º, XXVI, combinado com o art. 5º, XXXVI da Constituição Federal.</p>			
<p>256/90</p>		<p>256/90</p>	
<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADO FLORESTAN FERNANDES</p>		<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADO HELTON FRIEDRICH</p>	
<p>CÓDIGO</p> <p>326</p>		<p>CÓDIGO</p> <p>437</p>	
<p>DATA</p> <p>05 / 11 / 90</p>		<p>DATA</p> <p>30 / 10 / 90</p>	
<p>ARTIGO</p> <p>5º</p>		<p>ARTIGO</p> <p>8º</p>	
<p>PARÁGRAFO</p>		<p>PARÁGRAFO</p>	
<p>INCISO</p>		<p>INCISO</p>	
<p>ALÍNEA</p>		<p>ALÍNEA</p>	
<p>PÁGINA</p> <p>1/1</p>		<p>PÁGINA</p> <p>01-01</p>	
<p>TEXTO</p> <p>Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória 256, de 26 de outubro de 1990.</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O art. 5º da Medida Provisória, reduz o salário, e, para isto, apresentamos esta emenda, suprimindo-o.</p>			
<p>256/90</p>		<p>256/90</p>	
<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADA LURDINHA SAVIGNON</p>		<p>AUTOR</p> <p>DEPUTADA LURDINHA SAVIGNON</p>	
<p>CÓDIGO</p> <p>549</p>		<p>CÓDIGO</p> <p>549</p>	
<p>DATA</p> <p>5 / 11 / 90</p>		<p>DATA</p> <p>5 / 11 / 90</p>	
<p>ARTIGO</p> <p>6º</p>		<p>ARTIGO</p> <p>6º</p>	
<p>PARÁGRAFO</p>		<p>PARÁGRAFO</p>	
<p>INCISO</p>		<p>INCISO</p>	
<p>ALÍNEA</p>		<p>ALÍNEA</p>	
<p>PÁGINA</p> <p>1/1</p>		<p>PÁGINA</p> <p>1/1</p>	
<p>TEXTO</p> <p>Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória 256, de 26 de outubro de 1990.</p> <p><u>JUSTIFICATIVA</u></p> <p>O artigo 6º da Medida Provisória, reduz o salário, e, para isto, apresentamos esta emenda, suprimindo-o.</p>			
<p>EMENDA SUBSTITUTIVA</p> <p>Substitua-se o artigo 8º e seus incisos pela seguinte redação e disposição:</p> <p>Art. 8º - Respeitado o princípio da irredutibilidade salarial, terá como fundamento a livre negociação coletiva, todo e qualquer reajuste salarial.</p> <p>Parágrafo Único - Os salários dos trabalhadores serão reajustados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC, que será calculado pelo IBGE) do mês anterior até o valor de 5 (cinco) salários mínimos; a parcela que exceder esse valor até 10 (dez) salários mínimos será reajustada trimestralmente pelo IPC do trimestre findo do mês anterior, garantindo-se um adiantamento mensal do percentual, do IPC do mês anterior, superior a 5% (cinco por cento); a parcela que exceder a 10 (dez) salários mínimos terá seus reajustes livremente negociados.</p> <p><u>JUSTIFICAÇÃO</u></p> <p>A presente emenda visa garantir aos trabalhadores o cumprimento das conquistas constitucionais, ao mesmo tempo que apresenta novos dispositivos que objetivam assegurar a preservação do poder aquisitivo real, já que o salário no Brasil é um dos mais baixos do mundo e o menor da nossa história.</p>			

<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>		<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>	
<small>AUTOR</small> DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		<small>CÓDIGO</small> 437	
<small>DATA</small> 30 / 10 / 90	<small>ARTIGO</small> 9º	<small>PARÁGRAFO</small> 01 - 01	<small>PÁGINA</small> 01 - 01
<small>EMENDA ADITIVA</small>			
<p>Inclua-se no art. 9º da MP 256/90, os meses de "setembro, outubro e novembro", ficando com a seguinte disposição:</p> <p>Art. 9º - É devido aos trabalhadores, nos meses de agosto, <u>setembro, outubro e novembro</u> de 1990, um abono ...</p>			
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>			
<p>A presente emenda, visa assegurar aos trabalhadores mais três meses, além de agosto no recebimento do abono.</p>			
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>		<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>	
<small>AUTOR</small> DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		<small>CÓDIGO</small> 437	
<small>DATA</small> 30 / 10 / 90	<small>ARTIGO</small> 9º	<small>PARÁGRAFO</small> 1º	<small>PÁGINA</small> 01-01
<small>EMENDA SUBSTITUTIVA</small>			
<p>Substitua-se no art. 9º e no parágrafo 1º da MP 256/90, os valores cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e cr\$ 26.017,30 (vinte e seis mil e dezessete cruzeiros e trinta centavos) pelos seguintes:</p> <p>Art. 9º ... um abono no valor de cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros)..., não ultrapasse a cr\$ 27.517,30 (vinte e sete mil e quinhentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos).</p> <p>§ 1º ... deste artigo ultrapassar a cr\$ 27.517,30 (vinte e sete mil e quinhentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos) o abono...</p>			
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>			
<p>A presente emenda tem por objetivo aumentar o valor do abono bem com o valor do teto.</p> <p>O valor proposto pelo texto de MP 256/90, trata-se de um valor fictício na atual conjuntura econômica, onde o preço da cesta básica já ultrapassou a cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).</p>			

<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>		<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>	
<small>AUTOR</small> DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		<small>CÓDIGO</small> 437	
<small>DATA</small> 30 / 10 / 90	<small>ARTIGO</small> 9º	<small>PARÁGRAFO</small> 1º	<small>PÁGINA</small> 01-01
<small>EMENDA SUBSTITUTIVA</small>			
<p>Substitua-se o artigo 9º e seu parágrafo 1º pela seguinte redação:</p> <p>Art. 9º - Será assegurado a todos trabalhadores, aos aposentados e pensionistas, nos meses de agosto, setembro e outubro, um abono no valor de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) desde que o valor do salário referente a cada mês consecutivamente, somado ao valor do abono concedido, não ultrapasse a Cr\$ 27.517,30 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos).</p> <p>§ 1º - Se a soma referida no caput deste artigo ultrapassar a Cr\$ 27.517,30 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos), o abono será reduzido de forma a garantir a condição estabelecida no caput.</p>			
<small>JUSTIFICAÇÃO</small>			
<p>A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas o abono.</p> <p>O Governo está desrespeitando não só o aposentado, mas também a Constituição, que prevê um prazo de 06 meses a contar da posse para que o atual Governo corrigisse as distorções salariais surgidas durante o período militar.</p> <p>Quanto as inclusões dos meses de setembro e outubro é fácil de explicar, pois sabemos que num governo tão confuso e volúvel é melhor se precaver garantindo ao menos mais dois meses de abono.</p> <p>No que se refere aos valores, proponho o aumento do valor do abono bem como do teto, pois somos sabedores que com a proposta do Governo, não poderemos ao menos comprar os produtos da cesta básica.</p>			

<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>		<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 5px;"> <small>MEIDA PROVISÓRIA</small> 256/90 </div>	
<small>AUTOR</small> DEPUTADA LURDINHA SAVIGNON		<small>CÓDIGO</small> 549	
<small>DATA</small> 05 / 11 / 90	<small>ARTIGO</small> 9º	<small>PARÁGRAFO</small> 1º	<small>PÁGINA</small> 1/1
<small>EMENDA SUBSTITUTIVA</small>			
<p>Dê-se ao art. 9º e seus parágrafos a seguinte redação:</p> <p>"Art. 9º É assegurado aos trabalhadores, a partir do mês de agosto de 1990, abono no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros)."</p> <p>Parágrafo 1º O abono a que se refere este artigo será incorporado aos salários na primeira data-base da categoria posterior a setembro de 1990, não estando sujeito a quaisquer incidências de caráter tributário ou previdenciário até a data a que se refere este parágrafo."</p>			

Parágrafo 2º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores públicos, civis e militares, da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, bem como aos aposentados e pensionistas pela Previdência Social ou pela União.

JUSTIFICATIVA

Com a presente emenda temos em vista um conjunto de três objetivos:

I - A manutenção do abono e sua posterior incorporação aos salários. Esta é uma medida indispensável, porquanto a eliminação do abono a partir de setembro seria frontalmente contrária ao princípio constitucional da irredutibilidade dos salários (art. 7º, VI), especialmente quando temos em conta que o art. 457, parágrafo 2º da CLT dispõe que o abono integra, de fato, o salário do trabalhador.

II - A extensão do abono para todos os trabalhadores, independentemente de sua faixa salarial. Esta é uma medida justa neste contexto de arrocho salarial, especialmente se considerarmos que um abono de valor fixo para todos os trabalhadores já é uma medida progressiva, visto que percentualmente representa um aumento salarial muito maior para os trabalhadores de baixa renda que para aqueles de alta renda.

III - A extensão do abono para os aposentados e pensionistas.

Art. 14 O valor do salário mínimo, nacionalmente unificado, será fixado em lei com base no custo dos produtos e serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, na forma do art. 7º, inciso IV da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O valor do salário mínimo será reajustado periodicamente com base na variação do custo dos produtos e serviços de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 15 Compete a uma comissão temporária, formada por 3 (três) representantes do Poder Executivo, 3 (três) representantes das Centrais Sindicais, e 3 (três) representantes das entidades patronais, assessorada pelas instituições oficiais e sindicais competentes, elaborar projeto de lei definindo:

I - o conjunto de bens e serviços cujo custo define o valor do salário mínimo, nos termos do art. 14;

II - os critérios de cálculo do valor salário mínimo, bem como os procedimentos a serem observados em seu reajuste periódico;

III - os procedimentos a serem adotados para a adequação do valor efetivo do salário mínimo a seu valor nos termos definidos no art. 14, observado um período de adaptação inferior a 5 (cinco) anos;

IV - outras matérias relativas ao salário mínimo que a comissão julgar necessárias e convenientes.

Parágrafo 1º A comissão de que trata este artigo será instalada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo 2º Os representantes do Poder Executivo serão nomeados pelo Presidente da República;

Parágrafo 3º Os representantes das centrais sindicais serão por elas nomeados de comum acordo.

Parágrafo 4º Os representantes das entidades patronais serão por elas nomeados de comum acordo.

Parágrafo 5º O Ministério do Trabalho e Previdência Social fornecerá o apoio necessário ao funcionamento da comissão.

Parágrafo 6º O projeto de lei de que trata este artigo será enviado ao Congresso Nacional, através do Presidente da República, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 16 Até que seja aprovado e publicado o projeto de lei a que se refere o artigo anterior, o valor do salário mínimo será fixado com base nos seguintes critérios:

I - no mês da publicação desta Lei, o valor do salário mínimo corresponderá a Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros), corrigidos pela variação acumulada do Índice de Custo de Vida do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (ICV-DIEESE), calculado para a faixa de renda de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, entre agosto de 1990 e o mês imediatamente anterior à publicação desta Lei;

II - nos meses subsequentes o valor do salário mínimo será corrigido pela variação do ICV-DIEESE no mês imediatamente anterior, acrescido de um incremento real de 3% (três por cento) ao mês.

Art. 17 - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual é direito dos trabalhadores urbanos e rurais: "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

A Constituição é explícita ao vincular o valor do salário mínimo a uma cesta de produtos e serviços, o que é um critério objetivo, uma vez que esta cesta de produtos e serviços esteja definida. Entretanto, o que temos visto seja nas iniciativas do Legislativo, seja nas iniciativas do Executivo, é uma discussão centrada nos critérios de reajuste do salário mínimo, ou, quando muito, uma discussão absolutamente subjetiva do valor do salário mínimo. Assim é que a Lei 7.789 definiu subjetivamente um valor de NC25 120,00 para o salário mínimo, além de prever correção monetária mensal pelo IPC, e ganho real de 6,09% ao bimestre. No mesmo sentido, a Lei 8.030 vincula os reajustes do salário mínimo à variação do custo de uma cesta de produtos básicos, sem no

MEDIDA PROVISÓRIA			
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		437	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
00 / 10 / 90	90	20	
PÁGINA		01 - 01	

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se no parágrafo 2º do art. 9º, o termo "não" e o termo "nem".

JUSTIFICACÃO

A presente emenda tem por objetivo incorporar o abono aos salários e proventos pagos pela Previdência Social ou União.

Se o Governo comprovou as perdas salariais, pagando este pequeno abono, porque não o incorporá-lo, já que os salários de todos estão defasados e sem aumentos?

MEDIDA PROVISÓRIA			
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN		352	
BATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90	14 a 17		
PÁGINA		1/5	

Acrescente-se à Medida Provisória Nº 256, de 26 de outubro de 1990, os seguintes artigos, de Nºs 14 a 17, reque-
rendo-se os subsequentes.

entanto vincular o valor do salário mínimo ao custo de aquisição desta cesta.

Enquanto inexistirem parâmetros objetivos definindo o valor do salário mínimo estaremos não apenas desrespeitando a Constituição, como sujeitos a uma série de manipulações e discussões sobre seu valor e seus critérios de reajuste, como ocorreu recentemente com o expurgo do IPC de março e de abril dos reajustes do salário mínimo.

Em vista dos argumentos acima entende-se a presença e a enorme importância deste dispositivo, que determina o cumprimento da Constituição e a determinação do valor do salário mínimo com base no custo de uma cesta de produtos e serviços essenciais.

Dada a grande complexidade que envolve a definição de uma cesta básica de produtos e serviços, bem como dos critérios de correção do salário mínimo com base no valor desta cesta, a presente emenda delega a uma comissão - composta por membros do Executivo, das centrais sindicais e das entidades patronais, e assessorada pelo DIEESE e pelo IBGE - a incumbência de elaborar e remeter ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre a matéria. Ao mesmo tempo definimos um prazo máximo de 120 dias para o envio deste projeto de lei ao Congresso Nacional.

Tendo consciência da dificuldade da adaptação imediata do valor efetivo do salário mínimo a seu valor constitucionalmente determinado, estabelecemos um prazo de cinco anos para que ocorra, gradualmente, esta adequação.

Por fim, e como medida de emergência, fixamos de maneira provisória e arbitrariamente o valor do salário mínimo até que seja aprovada a lei que vincula seu valor ao custo dos produtos e serviços previstos na Constituição. Os critérios adotados foram os seguintes:

a) fixação do salário mínimo em Cr\$ 10.500,00 em agosto, corrigindo-se este valor pelo ICV-DIEESE até o mês de publicação desta lei;

b) correção do salário mínimo nos meses subsequentes pelo ICV-DIEESE, além de um aumento real de 3% ao mês.

Os motivos que nos levam a este aumento imediato do salário mínimo são evidentes: embora este tenha incorporado aumentos de 6,09% ao bimestre acima da correção monetária, a aceleração da inflação ao longo do ano passado foi tão brutal que o poder de compra do salário mínimo caiu brutalmente. Segundo o DIEESE, o salário mínimo atingiu, em abril de 1990, seu valor real mais baixo, desde que foi criado em 1940.

O critério utilizado para a determinação do valor de Cr\$ 10.500,00 foi a atualização, pelo ICV do DIEESE, do salário mínimo de Cruz\$ 120,00 fixado pelo Legislativo para Junho de 1989, não se considerando sequer os aumentos reais de 3% ao mês a que o salário mínimo teria direito pela legislação anteriormente em vigor.

A escolha do ICV do DIEESE como inflator deveu-se à credibilidade desta instituição, e ao fato de que a metodologia de cálculo deste índice vem se mantendo constante ao longo dos últimos anos, ao contrário dos índices oficiais de inflação.

Por estes cálculos, o salário mínimo em Junho de 89, corrigido monetariamente, corresponderia a Cr\$ 10.437,87, a preços de agosto de 1990, donde o valor fixado em nossa proposta de Cr\$ 10.500,00 para agosto deste ano.

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO EDUARDO JORGE	
CÓDIGO		322	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Adicione-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

"Art. Fica assegurado aos trabalhadores reajuste salarial correspondente à variação acumulada do IPC do mês de março de 1990 ao mês imediatamente anterior à publicação desta Lei.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo será creditado aos salários em quatro parcelas mensais iguais e sucessivas, a partir do mês subsequente à publicação desta Lei, sendo vedado o repasse aos preços."

JUSTIFICATIVA

A reposição das perdas salariais anteriores e posteriores ao Plano Collor, devido à mudança da Política Salarial é direito inviolável dos trabalhadores. Não é por outro motivo que a maioria dos tribunais regionais do trabalho estão recompondo estas perdas. Desta forma, o mínimo que cabe ao Congresso Nacional é garantir a reposição destas perdas aos salários de nossos trabalhadores.

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO TARSO GENRO	
CÓDIGO		558	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Acrescente-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

"Art. Será concedido, a título de antecipação, um reajuste salarial imediato de 40% (quarenta por cento) a todos os servidores públicos federais, civis e militares, da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem assim aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão de seus beneficiários."

JUSTIFICATIVA

A proposição visa a um reajuste salarial emergencial dos servidores públicos federais, maiores vítimas da política de arrocho salarial do Governo Collor, na medida em que não tiveram qualquer reajuste salarial desde março de 1990, período em que a inflação, medida pelos índices mais otimistas, superou largamente a 40%.

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN	
CÓDIGO		352	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90			
ALÍNEA		PÁGINA	
		1/1	

Acrescente-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

"Art. Fica autorizada a conversão de cruzados novos em cruzeiros para fins de quitação de débitos trabalhistas, decorrentes de ação na Justiça do Trabalho a nível de primeira instância."

JUSTIFICATIVA

A emenda que propomos visa possibilitar o acerto entre empregados e empregadores face a ações na Justiça do Trabalho. Entendemos que seria uma solução adequada, e que somente poderia ocorrer em primeira instância.

MEDIDA PROVISÓRIA			
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO PAULO DELGADO		297	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
05 / 11 / 90			
		ALÍNEA	PÁGINA
			1/2

Inclua-se na Medida Provisória MP 256, de 26 de outubro de 1990 o seguinte dispositivo:

"Art. Os desempregados sem justa causa que não preencherem todos os requisitos exigidos para a concessão do seguro-desemprego, de que trata a Lei Nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, poderão ter acesso excepcionalmente a este benefício, desde que atendam os demais requisitos de que trata a referida Lei, excetuando-se:

I - a exigência de comprovação de emprego durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, prevista no inciso II do art. 3º da Lei referida no "caput" deste artigo;

II - o período de carência de que trata o art. 4º da Lei referida no "caput" deste artigo.

Parágrafo 1º Fica elevado de quatro para oito o número de parcelas do benefício do seguro-desemprego concedido nos termos da Lei Nº 7.998, bem como nos termos deste artigo.

Parágrafo 2º O Poder Executivo providenciará, no prazo de 15 (quinze) dias, o envio de projeto de lei introduzindo as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias para o cumprimento do disposto neste artigo.

Parágrafo 3º O disposto neste artigo aplica-se exclusivamente aos benefícios do seguro-desemprego que já tenham sido requeridos, ou que venham a ser requeridos até 30 de junho de 1991.

JUSTIFICATIVA

Os impactos recessivos do Plano Collor têm sido sentidos não apenas no salário dos trabalhadores, mas também na ampliação do desemprego, que tem deixado numa situação extremamente delicada um enorme contingente de trabalhadores que perderam seus empregos após o Plano, ou que já estiveram desempregados antes do Plano. Para minimizar os custos sociais desta situação, apresentamos esta emenda reduzindo temporariamente alguns dos requisitos necessários para a concessão do seguro-desemprego, e ampliando - também temporariamente - de 4 para 8 meses o período de concessão do benefício do seguro-desemprego.

§ 1º - Na revisão salarial anual, que ocorrerá por Convenção ou Acordo Coletivo, por arbitragem ou sentença normativa, será assegurada a manutenção do poder aquisitivo real existente nas datas base anteriores, computado o aumento do custo de vida de todo o período, inclusive o da data base, sendo vedado o expurgo no cálculo de índices inflacionários.

§ 2º - O Índice de Preços ao Consumidor, de que trata este artigo, será calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

JUSTIFICAÇÃO

Com a presente emenda, pretendemos recuperar a redação estabelecida no projeto de lei nº 5.171, de autoria da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que, a nosso ver, atende mais satisfatória que o projeto de lei em pauta os anseios da população trabalhadora brasileira.

MEDIDA PROVISÓRIA			
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		A37	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
30 / 10 / 90			
		ALÍNEA	PÁGINA
			01-01

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à MP 256/90, o seguinte dispositivo:

"Art. Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais serão reajustados mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), verificada no mês anterior, até o valor de 5 (cinco) salários mínimos; a parcela que exceder esse valor, até 20 (vinte) salários mínimos, será reajustada trimestralmente pela variação do IPC no trimestre findo no mês anterior, garantindo-se um adiantamento mensal correspondente a diferença entre a variação do IPC verificada no mês anterior e o percentual de 5% (cinco por cento); a parcela que exceder a 20 (vinte) salários mínimos terá o valor e periodicidade de seus reajustes livremente negociados, garantida na data base a reposição integral do poder aquisitivo real existente nas datas base anteriores."

JUSTIFICAÇÃO

Com esta emenda pretende-se, independentemente do valor dos salários, aumentar integralmente o poder de compra quando da data base da categoria.

MEDIDA PROVISÓRIA			
256/90			
AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH		A37	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
30 / 10 / 90			
		ALÍNEA	PÁGINA
			01 - 01

Acrescente-se à MP 256/90, o seguinte dispositivo:

"Art. Os salários, vencimentos, soldos, proventos e demais verbas salariais serão reajustados mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC no mês em curso."

256/90		AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH				437	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
30 / 10 / 90					01-01

EMENDA ADITIVA

Adicione-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

Inclua-se onde couber:

"Art. Na data de publicação desta Lei, o salário mínimo será fixado em Cr\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros), corrigidos monetariamente pela variação acumulada do IPC de julho de 1990 até o mês anterior ao reajuste.

Parágrafo Único - Nos meses subsequentes, o salário mínimo será corrigido mensalmente pela variação do IPC no mês anterior, acrescido de um incremento real de 3% (três por cento) ao mês."

JUSTIFICAÇÃO

O salário mínimo está em seu nível mais baixo desde que foi criado. É indispensável que o projeto de política salarial preveja a recomposição do poder de compra do salário mínimo, nos termos da Lei nº 7.788/89, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado.

JUSTIFICAÇÃO

A reposição das perdas salariais anteriores e posteriores ao Plano Collor, devido à mudança da Política Salarial é direito inviolável dos trabalhadores. Não é por outro motivo que a maioria dos tribunais do trabalho estão recompondo estas perdas. Desta forma, o mínimo que cabe ao Congresso Nacional é garantir a reposição destas perdas aos salários de nossos trabalhadores.

256/90		AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADA BENEDITA DA SILVA				207	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
5 / 11 / 90					1/1

Fica revogado o Decreto-Lei nº 779, de 21 de agosto de 1969.

JUSTIFICATIVA

Não se justifica mais o privilégio dado às entidades e órgãos citados no Decreto.

256/90		AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO NELTON FRIEDRICH				437	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
30 / 10 / 90					01 - 01

Adicione-se à MP 256/90 o seguinte artigo:

"Art. - Fica assegurado aos trabalhadores reajuste salarial correspondente à variação acumulada do IPC do mês de março de 1990 ao mês imediatamente anterior à publicação desta Lei.

Parágrafo Único - O reajuste de que trata este artigo será creditado aos salários em três parcelas mensais e sucessivas, a partir do mês subsequente à publicação desta Lei, sendo vedado o repasse aos preços."

256/90		AUTOR		CÓDIGO	
DEPUTADO VLADIMIR PALMEIRA				251	
DATA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA
05 / 11 / 90					1/1

Acrescente-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

"Art. O salário mínimo será reajustado, a partir do mês de publicação desta Lei, com base na variação do índice de Preços ao Consumidor - IPC registrada no mês de março de 1990.

Parágrafo único. O reajuste de que trata o "caput" deste artigo será creditado ao salário mínimo em três parcelas mensais e sucessivas, mantidos todos os demais reajustes do salário mínimo previstos em Lei."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa resgatar uma grande injustiça cometida contra o salário mínimo. Várias categorias profissionais têm obtido em negociações ou na Justiça a reposição do IPC de marco, que muitos tribunais têm considerado como um direito adquirido dos trabalhadores. Face à inexistência de uma categoria específica que represente os interesses dos trabalhadores que percebem salário mínimo, deixou-se de discutir a reposição para este do IPC de marco que corresponde, de fato, a um direito adquirido anteriormente ao Plano Collor. Para sanar esta grande injustiça, propomos a presente emenda, distribuindo ainda o reajuste em três parcelas, de forma a minimizar seu impacto sobre a economia.

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO VLADIMIR PALMEIRA	
DATA		11 / 90	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO	ALÍNEA
PÁGINA		1/1	
TEXTO			

Adicione-se à MP 256/90 o seguinte dispositivo:

"Art. Na data de publicação desta Lei, o valor do salário mínimo será fixado com base no salário mínimo de marco de 1990, corrigido pela variação acumulada do índice de Preços ao Consumidor - IPC, de marco de 1990 até o mês anterior ao reajuste, acrescido de um aumento real de 3% (três por cento) ao mês.

Parágrafo único. Nos meses subsequentes, o valor do salário mínimo será corrigido mensalmente pela variação do IPC no mês anterior, acrescido de um incremento real de 3% (três por cento) ao mês."

JUSTIFICATIVA

Em toda a discussão que vem sendo travada sobre recomposição de perdas e política salarial, o salário mínimo tem sido esquecido. Ocorre que o salário mínimo está, hoje em dia em seu nível mais baixo desde que foi criado, é indispensável, portanto, que o projeto de política salarial preveja a recomposição do poder de compra dos salários mínimos, nos termos da Lei Nº 7.788/89, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado.

MEDIDA PROVISÓRIA		256/90	
AUTOR		DEPUTADO VLADIMIR PALMEIRA	
DATA		11 / 90	
ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO	ALÍNEA
PÁGINA		1/1	
TEXTO			

Fica revogado o art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa coibir abusos nas dispensas de empregados.

PARECER Nº 77, DE 1990-CN

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 5, de 1990, que "dá o nome 'Senador Auro de Moura Andrade' ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional".

Relator: Senador Mendes Canale

I - Relatório

O projeto de resolução sob exame tem por objetivo dar o nome de "Senador Auro de Moura Andrade" ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional.

O projeto, de autoria do Deputado Francisco Amaral, traz o apoio de 144 parlamentares, dentre os quais 20 senadores.

Em sua justificação, é apresentada uma pequena biografia do homenageado, com as principais realizações de sua vida pública.

É o relatório.

II - Parecer

A vida pública do Senador Auro de Moura Andrade é conhecida e admirada por todos.

Advogado, jornalista, industrial, comerciante e agricultor, foi como político, entretanto, que Auro de Moura Andrade prestaria os maiores serviços à Nação brasileira.

Deputado Estadual, Federal e Senador duas vezes, alcançou, por sua competência, cargos de destaque nesta Casa, como a Presidência do Senado e, por consequência, do Congresso Nacional.

A homenagem que se busca prestar pelo projeto de resolução do Congresso, sob exame, é das mais justas e oportunas, motivo pelo qual só pode ser favorável a nossa manifestação sobre o projeto, que merece ser aprovado.

É o parecer, Sr. Presidente.

Em 25 de outubro de 1990. - Senador Nelson Carneiro, Presidente - Senador Mendes Canale, Relator - Senador Alexandre Costa - Senador Pompeu de Sousa - Senador Antônio Luiz Maya.

PARECER Nº 78, DE 1990-CN

Da Mesa da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução nº 5, de 1990-CN, que dá o nome de "Senador Auro de Moura Andrade", ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional.

A Mesa, na reunião de hoje, presentes os Senhores Deputados Paes de Andrade, Presidente, Inocêncio Oliveira, 1º-Vice-Presidente, Wilson Campos, 2º-Vice-Presidente (relator), Luiz Henrique, 1º-Secretário, Carlos Cotta, 3º-Secretário e Ruberval Pilotto, 4º-Secretário, aprovou o parecer do relator favorável ao Projeto de Resolução nº 5/90-CN, que "dá o nome de 'Senador Auro de Moura Andrade'.

ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional".

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 1990. — Deputado **Paes de Andrade**, Presidente da Câmara dos Deputados.

I — Relatório

Anexo ao Ofício CN/225, de 6 de julho último, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro, enviou ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado **Paes de Andrade**, o texto do Projeto de Resolução nº 5, de 1990-CN, de autoria do Deputado **Francisco Amaral**, que "Dá o nome de 'Senador Auro de Moura Andrade' ao hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional".

O texto da citada proposição está redigido de forma clara e precisa e destaca, na sua justificação, a personalidade do honrado homem público do Estado de São Paulo, **Auro Soares de Moura Andrade**, sobretudo quando da sua atuação como Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, em inúmeros mandatos exercidos a partir de 1950.

O autor da iniciativa registra, ainda, outros pontos da brilhante trajetória do homenageado, sobressaindo a sua atuação como estudante do Centro Acadêmico XI de Agosto, advogado, jornalista, industrial, comerciante e agricultor, no Estado de São Paulo.

Todavia, foi como político que **Auro de Moura Andrade** esteve presente aos mais importantes eventos do atribulado período da História do Brasil compreendido entre 1950 e 1980, deixando neles a sua marca de equilíbrio e de reconhecido amor à Pátria.

No final da justificação, assim se expressa o nobre Deputado **Francisco Amaral**:

"Tratando-se o presente projeto de resolução de uma medida legal e plenamente justa, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares, a fim de que possamos alcançar nosso objetivo, denominando o hall da entrada subterrânea do edifício principal do Congresso Nacional, 'Senador Auro de Moura Andrade', ex-Presidente do Congresso Nacional e um dos maiores expoentes da história contemporânea da Nação brasileira."

II — Voto do Relator

Diante do exposto, e considerando a alta relevância de que

se reveste a iniciativa, concluímos pela aprovação integral do Projeto de Resolução nº 05, de 1990-CN, de autoria do nobre Deputado **Francisco Amaral**.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 1990. — Deputado **Wilson Campos**, Relator.

PARECER Nº 79, DE 1990-CN

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao recurso interposto pelo Deputado **Nelton Friedrich** contra decisão da Presidência que deixou de receber requerimento dos líderes do PSDB, PTB, PSDB, PTB, PSB, PT, PMN, PC do B, PCB e PDT, solicitando apreciação preliminar da constitucionalidade da Medida Provisória nº 27/89.

Relator: Senador **Afonso Sancho**

O ilustre Deputado **Nelton Friedrich**, coroadando esforço demonstrado durante toda a presente legislatura, no seu fervor democrático entendeu, durante a Sessão Conjunta realizada a partir das 14 horas do dia 14 de fevereiro de 1989, de encaminhar à Mesa requerimento, subscrito por lideranças partidárias, solicitando apreciação preliminar da constitucionalidade da Medida Provisória nº 27, de 15 de janeiro, daquele ano "que extingue órgãos da Administração federal direta e dá outras providências".

S. Ex.^a fundou a pretensão no parecer do relator da medida, nobre Deputado **Virgildásio de Senna**.

A matéria pode receber, de nossa parte, trato simplista, pois que do ângulo meramente regimental não há questões polêmicas cercandona.

IV — Conclusões

No mérito, entendemos prejudicado o recurso interposto contra a decisão da Presidência, solicitando apreciação preliminar da constitucionalidade da Medida Provisória nº 27, de 1989, por haver perdido a oportunidade, em face da edição da Lei nº 8.029, de 12-4-90.

Embora contraproducente e extemporâneo, os signatários do requerimento examinado conservam o direito de recorrer ao Poder Judiciário, nos termos do art. 103, VIII, da Constituição Federal, através de seus partidos, arguindo a inconstitucionalidade da medida.

É o que nos parece.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 1990. — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Afonso Sancho** — **João Calmon** — **Nabor Júnior** — **Antônio Alves** — **Antônio Luiz Maya** — **Francisco Rolimberg** — **José Paulo Bisol** — **Chagas Rodrigues** — **Wilson Martins** — **Ronaldo Aragão**.

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 138, DE 1990 (CN)
(Nº 634/90, na origem)

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1991

PARECER PRELIMINAR

COMISSÃO MISTA PERMANENTE DE ORÇAMENTO

Parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 19, de 1990 (CN), que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991".

Relator-Geral: Deputado **João Alves**

Com a Mensagem nº 138, de 1990-CN (nº 634/90, na origem) o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 19, de 1990, CN que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991" em Cr\$ 8.677.826.000.000,00 (oito trilhões, seiscentos e setenta e sete bilhões e oitocentos e vinte e seis milhões de cruzeiros) a preços de maio do corrente ano, como determina o art. 3º da Lei nº 8.074, de 31 de julho de 1990 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991).

O Senhor Presidente da Comissão Mista Permanente de Orçamento, em atenção aos dispositivos regimentais, procedeu nossa indicação como Relator-Geral da Proposição bem como do Projeto de Lei nº 20, de 1990 (CN) que "dispõe sobre o Plano Plurianual para o quinquênio 1991/1995". De acordo com os "Procedimentos Relativos à Análise destes Projetos" estabelecidos pela Comissão Mista Permanente apresentamos este Parecer Preliminar, que deverá orientar e condicionar o trabalho dos ilustres Relatores-Parciais (itens I.2 e I.4, dos "Procedimentos").

É importante destacar que este Projeto de Lei Orçamentária é o primeiro a ser apresentado ao Congresso Nacional por um Presidente da República eleito pelo povo, nos últimos 25 anos. Ressalte-se também a conjuntura de final de mandato para os que irão apreciar a matéria. Em

igual posição encontra-se o primeiro Projeto de Plano Plurianual preparado pelo mesmo Governo para vigor durante todo o seu mandato, nos termos da nova Constituição. Não se trata apenas de mais um orçamento a ser analisado pelo Congresso. Temos um Orçamento especial, inserido, pela primeira vez na nossa tradição republicana, em um Plano de Governo, que será apreciado paralelamente ao Orçamento anual.

Essas circunstâncias e mais a falta de leis complementares que orientem o processo, indicam as dificuldades tanto para o Executivo quanto para o Legislativo.

A Lei Complementar a que se refere o § 9º do art. 165 da Constituição Federal, que deverá "dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual", ainda não foi aprovada.

O novo Regimento Comum do Congresso Nacional adaptado às novas determinações constitucionais, sequer foi elaborado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991 só foi sancionada em 31 de julho, depois de aprovada pelo Congresso Nacional em pleno recesso parlamentar, mesmo assim por interferência do Poder Judiciário. A complicar mais ainda teve ela vários de seus dispositivos vetados pelo Senhor Presidente da República, veto este que não foi apreciado pelo Congresso, e nem se pode prever quando o será, em face do acúmulo de vetos e medidas provisórias em pauta. O exíguo tempo após a posse do novo Presidente da República, em 15 de março, também contribuiu para dificultar a elaboração completa da LDO. Em consequência, a determinação de metas e prioridades da administração pública federal foi transferida para o Plano Plurianual.

Junte-se a tudo isso o vício e a ignorância de vários setores da administração federal responsáveis pelo atendimento às novas regras constitucionais e legais do País, desrespeitando e ferindo a Lei Orçamentária. Há setores que invertem, reverter e subvertem as interpretações, e na dúvida e receio de errar, refazem duas ou três vezes um mesmo instrumento de contrato ou aditivo, e ao final está tudo errado, não é nada do que foi feito. Até convênios, do mais difícil e complicado atendi-

mento, pela documentação exigida, impõem para liberar pequenas dotações, com finalidade específica, dos órgãos públicos, consignações em nome deles, no orçamento em curso. Exigência absurda baseada em instruções internas que a elas não se aplicam, porque destinadas a dotações globais. Em consequência, o direito assegurado aos parlamentares pela Constituição de emendar o orçamento tornou-se um sonho: só por exceção, despesa e muito trabalho, tendo que concordar com erros grosseiros, consegue o deputado ou senador liberar parcela de dotação para algum no município seu. Com isso, tornaram-se inexecutíveis a quase totalidade das emendas dos parlamentares aprovadas o ano passado pelo Congresso e constantes do orçamento para 1990, constituindo um entrave ao próprio desenvolvimento do País. Talvez por isso ou apesar disso os senhores parlamentares já apresentaram este ano emendas cujo valor supera o da Receita estimada no orçamento anual para 1991, encaminhado ao Congresso, pelo Senhor Presidente da República.

É desse quadro que devemos tirar uma Lei Orçamentária respeitada por todos, corrigindo e disciplinando os dois lados, se isso permitirem os nobres colegas da Comissão Mista de Orçamento.

Mas, em meio a esse pandemônio, salva-se o condicionante da atual política econômica manifestada nos dois projetos em questão: o combate permanente à inflação mediante o controle do déficit público, a reorganização da administração com efetivo aumento da produtividade, o rígido controle monetário e a modernização da economia.

Neste contexto, o Poder Legislativo teve papel relevante com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991, que dispõe:

"Art. 5º A lei orçamentária observará, na estimativa da Receita e na fixação da Despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental orientada pelos seguintes princípios básicos:

I - redução da participação do Estado na economia;

II - modernização e racionalização da administração pública;

III - alienação de entidades públicas federais que não desempenham atribuições que a Constituição Federal estabelece como de competência da União;

IV - extinção ou dissolução de órgãos e entidades da União;

V - alienação de imóveis, bem como de outros bens e direitos integrantes do ativo permanente de órgãos e entidades;

VI - descentralização de ações governamentais para os estados, Distrito Federal e municípios, inclusive com transferência de recursos patrimoniais, financeiros e humanos;

VII - fortalecimento do investimento público federal, em particular os voltados para a área social e para a infraestrutura econômica básica, acompanhado de redução dos custos unitários das metas."

É neste panorama que o atual Congresso deve apreciar os projetos de orçamento e de plano plurianual, até porque o Governo vem cumprindo esses princípios numa demonstração de respeito à lei, respeito que deve ser mútuo entre os dois Poderes. A seguir transcrevemos outras determinações da LDO para observação dos relatores parciais e demais parlamentares, quanto às emendas:

"Art. 6º Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - aquisição, início de obras para construção, ampliação, novas locações ou arrendamentos de imóveis, inclusive residenciais;

II - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III - aquisição e manutenção de automóveis de representação, ressalvadas as de manutenção referentes ao Presidente e Vice-Presidente da República, aos presidentes dos órgãos do Poder Legislativo, aos ministros de Estado e dos Tribunais Superiores;

IV - aquisição de aeronaves e outros veículos de representação;

V - locação e renovação dos contratos de locação de quaisquer veículos de representação pessoal;

VI - obras e serviços locais, assim como outras ações típicas das administrações públicas estaduais e municipais, ressalvados os casos amparados:

a) pelas disposições dos arts. 30, inciso VII, e 200, da Constituição Federal;

b) pelo estabelecido no art. 204, inciso I, da Constituição Federal;

c) pelo disposto no art. 30, inciso VI, da Constituição Federal;

d) por autorizações específicas e anteriormente concedidas por lei.

§ 1º Excluem-se das vedações de que tratam os incisos I e II deste artigo, desde que especificamente identificadas nos orçamentos:

I — no caso do inciso I, as despesas relativas:

a) a unidades essenciais à ação das organizações militares já programadas de 1990;

b) a atividade de saúde, educação, reforma agrária e pesquisa em setores de tecnologia de ponta;

II — no caso do inciso II, as despesas custeadas com recursos dos fundos militares.

§ 4º As despesas de que tratam as alíneas do inciso VI do caput deste artigo serão orçadas em categoria de programação específica, classificadas, quanto à modalidade de aplicação, exclusivamente, como transferências a Estados e ao Distrito Federal ou transferências a municípios, conforme o caso.

Art. 7º Na programação de investimentos da administração pública, direta e indireta, serão observadas as seguintes regras:

I — subprojetos em fase de execução terão preferência sobre novos subprojetos; e

II — não poderão ser programados novos subprojetos:

a) à conta de anulação de dotações destinadas a subprojetos em andamento, cuja execução financeira, até o exercício de 1990, tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado;

b) que não tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada.

Parágrafo único. Acompanharão os projetos de lei de orçamento, bem como as propostas para sua alteração, informações sintéticas que permitam avaliar o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 8º As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias,

inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista a que se refere o art. 33 desta lei, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras depois de atender, integralmente, suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívida.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos de que trata o caput deste artigo para atender despesas com investimentos serão priorizadas as contrapartidas de financiamentos de agências e organismos internacionais.

Art. 11. O montante das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social não deverá ser superior ao das receitas, excluídos.

I — nas despesas:

a) a amortização da dívida pública federal, inclusive a assumida pela União em decorrência da extinção ou dissolução de entidades da administração federal, conforme Lei nº 8.029, de 1990, e Decreto nº 99.226, de 27 de abril de 1990, esta última a ser realizada, nos respectivos vencimentos, com títulos do Tesouro Nacional, emitidos com prazos de vencimento distribuídos entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos e cláusula de inalienabilidade até o vencimento, e exclusive aquela decorrente da emissão dos títulos a que se refere o art. 12, da Lei nº 8.018, de 11 de abril de 1990;

b) o refinanciamento da dívida externa garantida pelo Tesouro Nacional e de responsabilidade de empresas e sociedades em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, tendo como limite superior a parcela do principal vincendo em 1991;

c) o aumento de capital das empresas e sociedades em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, realizado à conta de recursos decorrentes da emissão de títulos do Tesouro Nacional, com cláusula de inalienabilidade até o vencimento, para venda junto a essas entidades;

d) a parcela do programa de reforma agrária financiada pela emissão de títulos da dívida agrária; e

e) os investimentos prioritários à conta dos recursos da emissão dos títulos a que se refere a Lei nº 8.018, de 11 de abril de 1990;

II — nas receitas, os recursos decorrentes de emissão de títulos da dívida pública federal, inclusive aqueles a que se refere a Lei nº 8.018, de 1990.

§ 1º O disposto neste artigo prevalecerá sobre as demais diretrizes estabelecidas nesta lei.

§ 2º A emissão de títulos da dívida pública federal será limitada à necessidade de recursos para atender às despesas orçamentárias mencionadas no inciso I do caput deste artigo, sendo que os recursos decorrentes da emissão dos títulos de que trata o art. 12, da Lei nº 8.018, de 1990, ainda que relativos às emissões realizadas no exercício de 1990 e não comprometidos nesse exercício, serão destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas com investimentos prioritários e participações societárias no âmbito do orçamento fiscal, bem como com amortização da dívida pública mobiliária da União.

Art. 13. Não poderão ser destinados quaisquer recursos para atender despesas com:

I — pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado;

II — clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Art. 14 Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990, somente poderão ser destinados recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive de receitas próprias das entidades, fundações, empresas e sociedades referidas no art. 10 desta lei, para entidades de previdência privada, ou congêneres, caso:

I — a entidade, ou congênere, já estiver legalmente consti-

tuída e em funcionamento até 10 de julho de 1989;

II — não aumente, para cada entidade, ou congêneres, a participação relativa da União, inclusive de suas entidades, fundações, empresas e sociedades a que se refere o **caput** deste artigo, em relação à contribuição dos seus participantes, verificada no exercício de 1990;

III — o total dos recursos não seja superior, para cada entidade, ou congêneres, aos recursos destinados no exercício de 1990, atualizado pela variação do IPC.

Parágrafo Único. As entidades fechadas de previdência privada ajustarão os seus atos constitutivos e planos de custeio e benefícios, em decorrência do disposto nos incisos deste artigo.

Art. 15. É vedada a inclusão nos orçamentos de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as destinações a municípios referidas no art. 62, inciso VI, alíneas "a" e "b", desta lei, e as transferências de recursos a entidades privadas, sem fins lucrativos, desde que:

I — sejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social; ou

II — atendam ao disposto no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; ou

III — sejam vinculadas a organismos internacionais.

Parágrafo Único. É vedada, também, a inclusão de dotações, a título de auxílios, para entidades privadas.

.....

Art. 19. A inclusão de dotações orçamentárias para atender despesas com empréstimos, financiamentos e refinanciamentos nos orçamentos de que trata esta seção está subordinada ao cumprimento das seguintes regras:

I — os saldos devedores das operações serão, obrigatoriamente, atualizados segundo o índice oficial de inflação ou da variação da taxa cambial;

II — serão cobrados juros calculados a taxas que permitam, pelo menos, a cobertura dos custos reais de captação dos recursos que deram amparo às operações; e

III — eventuais subsídios somente poderão ocorrer mediante autorização específica em lei

e caso estejam expressamente consignados na própria lei orçamentária.

.....

Art. 21. A dotação consignada à Reserva de Contingência, na lei orçamentária, será fixada em montante não inferior ao valor equivalente a 2% (dois por cento) da receita global de impostos, excluídas as transferências constitucionais para Estados, Distrito Federal e Municípios e a vinculação de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

.....

Art. 23. Integração programação a cargo de uma unidade orçamentária específica, denominada Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, todas as todas as dotações destinadas a atender, no âmbito do orçamento de que trata esta Subseção, despesas relacionadas com:

I — o refinamento de dívida externa garantida pelo Tesouro Nacional;

II — o financiamento de programas de custeios e investimento agropecuário e de investimento agroindustrial;

III — a aquisição e o financiamento da comercialização de produtos agrícolas;

IV — o financiamento para a formação de estoques reguladores de produtos agropecuários; e

V — o financiamento de exportações.

Parágrafo Único. As despesas de que trata este artigo contarão com recursos provenientes de:

I — realização de operações de crédito;

II — retornos de aplicações efetuadas dentro dos programas de financiamento e aquisição de produtos referidos nos incisos II a V do **caput**, deste artigo;

III — retornos de créditos concedidos para o refinanciamento de dívida externa com aval do Tesouro Nacional;

IV — retorno de outros empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do Tesouro Nacional, no âmbito do antigo Orçamento das Operações Oficiais de Créditos; e

V — receitas de Tesouro de que trata o art. 20 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

.....

"Art. 29. A destinação de recursos para atender despesas com construção e pavimentação de rodovias somente poderá ocorrer após atendidas as necessidades relativas à conservação e à restauração do patrimônio rodoviário federal já construído, ressalvado o disposto no art. 72 desta lei."

Vale ainda lembrar o que dispõe a Constituição Federal em seu art. 166, § 3º:

"Art. 166.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I — sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II — indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que indicam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III — sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei."

Da análise preliminar do Projeto de Lei Orçamentária depreende-se algumas questões que deverão ser objeto de apreciação detalhada, pelos Relatores Parciais e por esta Relatoria-Geral, quando da apresentação do Parecer Final à esta Comissão Mista, dentre as quais destacamos:

I — da correção dos valores orçamentários: de acordo com o disposto no art. 3º da LDO para 1991, as receitas e despesas estão orçadas a preços de maio de 1990 — e é por isto que todas as emendas devem estar com seus valores referidos a esta base — os quais serão atualizados na lei orçamentária para, no mínimo, preços de janeiro de 1991, considerando a variação prevista do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Es-

estatística - IBGE, no período correspondente entre os meses de maio e dezembro de 1990, incluídos os meses extremos do período (LDO, art. 3º, § 2º).

A partir daí, a LDO, deixa ao Congresso Nacional o estabelecimento do critério de correção dos valores (atualizados até janeiro de 1991) para o exercício vindouro. A experiência anterior, colocada na Lei Orçamentária para 1990, de indexação orçamentária, mostrou-se contraindicada tecnicamente, com repercussões negativas na administração financeira, tanto é que, depois de aplicado apenas em dois meses, foi definitivamente encerrada pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo com a aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 1990-CN (que fez a revisão orçamentária da Lei de Meios para 1990), com base, também, nos dispositivos constitucionais que vedam qualquer mecanismo indexador. Entendemos que o Congresso Nacional, a teor do inciso I do § 3º do art. 3º da LDO para 1991, corrigirá aqueles valores pela variação estimada entre o IPC médio de 1991 e o IPC de dezembro de 1990. Esta Relatoria-Geral por ocasião da apresentação do parecer final nos últimos dias de novembro, indicará, com base nos dados mais recentes, o índice a ser utilizado.

II - Dos orçamentos do Poder Judiciário, do Ministério Público e, em consequência, dos órgãos do Poder Legislativo: a exemplo do ano anterior, na falta de Lei Complementar a que se refere o art. 165 da Constituição Federal foram encaminhadas ao Congresso Nacional, junto com o Projeto de Lei Orçamentária, as propostas originais apresentadas pelo órgão do Poder Judiciário e pelo Ministério Públicos da União, em atenção à interpretação do texto constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A par deste procedimento, o Poder Executivo apresentou, também, sua própria posição para os orçamentos dos órgãos em referência. No atendimento das necessidades dos Poderes Judiciários e Legislativo bem como do Ministério Público da União, poderão ser destinados a diferença do valor dos precatórios que, pela legislação vigente não podem ser corrigidas, em relação ao valor a que se chegaria caso fosse a eles aplicado o índice de atualização de maio/1990 para janeiro/1991, dando-se, assim, solução intermediária e pacífica às duas propostas, que têm elevada diferença de uma para outra (da ordem de 58 bilhões de cruzeiros).

III - Dos gastos com a educação: o art. 212 da Constituição Federal estabeleceu que a "União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino". A destinação dos 18% pela União vem sendo cumprida e o próprio Projeto de Lei Orçamentária prevê o atendimento dessa exigência, como comprova demonstrativo apresentado em anexo à Mensagem. Ocorre que o art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispõe que "nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental". A interpretação do disposto neste artigo tem sido polêmica, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, inclusive por ocasião da discussão da Lei Orçamentária vigente e da LDO para 1991. Um corrente considera que o art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determina que a União deverá aplicar 9% (metade dos 18% a que se refere o art. 212, da Constituição) da receita de imposto para a eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. Outra corrente considera que esta interpretação não é correta pois além de inviabilizar a manutenção das Universidades ou da própria Administração Federal, estaria contratando o disposto no art. 211 da Constituição que estabelece a competência da União e dos Municípios em relação à educação (os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar - § 2º deste art. 211). Além disso, o texto constitucional ao se referir a Poder Público, pretenderia considerar o conjunto das três esferas de Governo. O Projeto da LDO aprovado pelo Congresso incluía dispositivo determinando que o Projeto de Lei Orçamentária para 1991 constaria demonstrativos da aplicação dos recursos segundo a destinação do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse dispositivo foi vetado pelo Senhor Presidente da República sob alegação de que poderia permitir a primeira interpretação e que seria danoso para a Administração Pública. Este veto

não foi apreciado ainda pelo Congresso. Por outro lado, existe no Supremo Tribunal Federal, questão sobre a inconstitucionalidade da atual Lei Orçamentária, ainda não julgada, relativa ao assunto. Assim, considerando que a matéria está pendente de apreciação pelo Congresso Nacional (caso do veto presidencial à LDO) e pelo Supremo Tribunal Federal, nos abstermos de um pronunciamento conclusivo agora, deixando as providências a serem adotadas em função do pronunciamento destas instâncias superiores, aplicando-se provisoriamente o entendimento de que o art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, se refere a todo o Poder Público e não a cada um de seus níveis especificamente, coerentemente com o que foi apresentado no Projeto de Lei Orçamentária para 1991, pelo Executivo.

IV - Do refinanciamento de dívida de responsabilidade de Estados e Município com aval da União: o atual Projeto de Lei Orçamentária não tem alocações específicas para o atendimento da rolagem da dívida dos Estados e Municípios, com aval da União, vincendas em 1991. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, apresentado pelo Poder Executivo, trazia dispositivo que proibia a colocação de recursos com esta finalidade. O substitutivo aprovado pelo Congresso excluiu esta norma. Assim, a única determinação legal sobre o assunto está na Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, que, no seu art. 2º determina que "observados os limites fixados nos respectivos Orçamentos da União, será objeto de financiamento, a partir de 1990, nas condições previstas nesta lei, o montante da dívida externa, vencível em cada exercício civil, das entidades referidas no artigo anterior, contratada até 31 de dezembro de 1988, com a garantia do Tesouro Nacional e prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias." Assim, em face à complexidade da matéria cujo estudo demandará mais tempo e informações detalhadas sobre a composição, por Estado e Município, desta dívida, reservando-nos o direito de só nos pronunciarmos quando da apreciação do relatório do relator-parcial e no parecer final que apresentaremos.

V - Da Reserva de Contingência: o art. 21 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991 estabeleceu que "adotação consignada à Reserva de Contingência, na Lei Orçamentária, será fixadas em montante não inferior ao valor

equivalente a 2% (dois por cento) da receita global de impostos, excluídas as transferências constitucionais para

Estados, Distrito Federal e Município e a vinculação de que trata o art. 212 da Cons-

tituição Federal". As informações a seguir mostram estes dados (em Cr\$ 1.000,00), constante do Projeto em discussão:

1. Receita Global de Impostos	2.102.000.800
2. Transferências Constitucionais a Estados e Municípios:	
- Fundo de Participação dos Estados e do DF:	356.520.000
- Fundo de Participação dos Municípios:	383.259.000
- Cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI:	65.662.000
- Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras incidentes sobre o ouro:	790.000
3. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:	256.196.452
4. SUBTOTAL (+1-2-3):	1.039.573.348
5. 2% de 4:	20.791.467

Considerando que o projeto de lei estabelece o valor de Cr\$ 27.600.000,00 (vinte e sete bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros) para a Reserva de Contingência, ter-se-ia um excesso além do mínimo estabelecido na LDO da ordem de Cr\$ 6.808.533.000,00, que poderiam ser utilizados, pelo menos parcialmente, no atendimento de emendas apresentadas pelos senhores parlamentares ou ainda na complementação das necessidades dos órgãos, especialmente do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público da União.

VI - Da regionalização da despesa orçamentária: a exemplo da discussão ensejada quando da apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 1990 e das duas Leis de Diretrizes Orçamentárias existentes (para 1990 e para 1991), a questão da regionalização dos gastos públicos se reveste de maior importância, mormente em relação às regiões menos desenvolvidas do País: o Nordeste, no Norte e o Centro-Oeste. Considerando que esta discussão passa pela análise do Projeto de Plano Plurianual e, ainda, a complexidade do assunto, esta Relatoria-Geral deixará para abordar o tema, com mais detalhes, por ocasião da apresentação do Parecer Final.

VII - Dos fundos não ratificados pelo Congresso na forma

do art. 36, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: o artigo em referência determina que "os fundos existentes na data de promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de insenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão, se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos". Corre que a maior parte não obteve ratificação explícita do Poder Legislativo no prazo hábil, ou por não ter havido tempo para a votação dos respectivos projetos ou

por não apresentação das respectivas proposições. O Senhor Presidente da República encaminhou Mensagem que foi lida na Sessão do Congresso Nacional do dia 16 do corrente mês, oferecendo interpretação de que todos os fundos que constam da Lei Orçamentária vigente ou do Projeto de Lei de Meios para 1991 estariam ratificados pelo Congresso. Essa interpretação não é evidente pois a Lei de Meios, por ser anual, temporária, não seria instrumento para efetivar norma permanente. Por outro lado, os fundos constam de Lei Orçamentária vigente pois ela foi elaborada em 1989, e constam do projeto para 1991 pois este foi preparado em agosto, quando ainda não havia vencido o prazo constitucional para sua ratificação. Ressalte-se

que varios deles tiveram iniciada a tramitação legislativa e só não foram aprovados por absoluta falta de tempo no Congresso. É pois matéria para ser tratada no final da elaboração dos Pareceres, se antes não houve o Congresso dado solução ao assunto.

VIII - Do Finor e do Finam: o Projeto de Lei não apresenta a programação do Finor e do Finam considerando que lei decorrente de medida provisória aprovada pelo Congresso suspender a aplicação de incentivos fiscais. Temos informações entretanto que o próprio Poder Executivo está ultimando estudos sobre possibilidade de reativação destes Fundos, em face à importância para o desenvolvimento regional. Assim, aguardamos a conclusão destas análises para melhor orientar os relatores.

Feitas estas considerações, é importante destacar, ainda, as significativas alterações constantes na estrutura dos gastos públicos e nas receitas orçamentárias, se compararmos a Lei Orçamentária para 1990, apresentada pelo último Governo, e o atual projeto de lei. Os dados a seguir ilustram a nova orientação voltada para o controle dos gastos públicos com o objetivos, com já salientamos, de minimizar a inflação e maximizar o desenvolvimento social nas condições possíveis pela conjuntura.

QUADRO I
Estrutura da Despesa do Tesouro

Cr\$ 1.000.000.000,00

Especificação	Orçamento/90	%	Proposta/91	%
DESPESA CORRENTES	1.110,5	36,51	4.589,2	56,86
Pessoal e Encargos Sociais	225,9	7,43	1.307,2	16,20
Encargos da Dívida	315,7	10,38	166,4	2,06
Dívida Interna	301,5	9,91	84,2	1,04
Dívida Externa	14,2	0,47	82,2	1,02
Outras Despesas Correntes	568,9	18,70	3.115,6	38,60
DESPESAS DE CAPITAL	1.930,6	63,46	2.454,2	42,89
Amortização da Dívida	1.710,7	56,24	2.270,7	28,13
Dívida Interna	1.683,2	55,33	2.102,6	26,05
Dívida Externa	27,5	0,91	168,1	2,08
Outras Despesas de Capital	219,9	7,23	1.183,5	14,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,9	0,03	27,6	0,34
Total	3.042,0	100	8.071,0	100

QUADRO II
Composição da Receita do Tesouro

Cr\$ 1.000.000.000,00

Especificação	Orçamento/90	%	Proposta/91	%
RECEITAS CORRENTES	809,8	26,6	4.986,6	61,8
Receita Tributária	301,4	9,9	2.115,0	26,2
Receita de Contribuições	470,7	15,5	2.715,7	33,7
Outras	37,7	1,2	155,8	1,9
RECEITAS DE CAPITAL	2.232,2	73,4	3.084,4	38,2
Operações de Crédito	1.951,6	64,2	2.354,4	29,2
Operações de Crédito Internas	1.936,8	63,7	2.246,2	27,8
Operações de Crédito Externas	14,8	0,5	108,2	1,3
Amortização de Empréstimos	92,4	3,0	441,1	5,5
Outras	188,1	6,2	288,9	3,6
Total	3.042,0	100	8.071,0	100

Assim, pode-se verificar que o presente quadro orçamentário se caracteriza pela redução dos gastos com os encargos da dívida e pela diminuição significativa das receitas de operações de crédito, trazendo de volta a verdade orçamentária para a Administração Federal, cuja expectativa para o próximo ano, condiscente com o quadro macroeconômico por que passa o País, mostra grande escassez de recursos que devem ser otimizados essencialmente para atender os gastos com pessoal e manutenção e funcionamento dos órgãos públicos, bem como com a destinação mínima indispensável para o setor so-

cial e para a restrita continuidade dos investimentos públicos já iniciados.

Do estudo que o curto espaço de tempo nos permitiu realizar sobre o complexo Projeto de Lei Orçamentária para 1991 e da análise cuidadosa e interessada que fizemos das "Indicações" apresentadas pelos nobres membros desta Comissão Mista Permanente, concluímos com a apresentação dos parâmetros a serem adotados pelas Relatorias Parciais na elaboração de seus relatórios para a Comissão.

PARÂMETROS PARA APRESENTAÇÃO
DOS RELATÓRIOS PARCIAIS
E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES
DO PROJETO DE LEI

1. No atendimento de emendas só poderá haver remanejamentos de dotações dentro do próprio Anexo, Subanexo ou parte que compete a cada Relatoria Parcial, e desde que:

1.1. Não sejam canceladas dotações classificadas como Investimentos para atender outros tipos de despesas;

1.2. Seja respeitado o limite máximo para cancelamento de 5% (cinco por cento) de cada dotação alocada no projeto de lei a título de "Inversões Financeiras" ou de "Outras Despesas Correntes" caso não fique inviabilizada a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública;

1.3. Sejam respeitadas as limitações constitucionais e as estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991.

2. As necessidades do Poder Judiciário e do Ministério Público da União serão atendidas, no possível, por valor correspondente a atualização das dotações para os "precatórios" pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período compreendido

entre os meses de maio e outubro de 1990 (incluídos esses meses), sendo 95% para o Poder Judiciário e 5% para o Ministério Público da União.

3. As dos órgãos do Poder Legislativo serão atendidas pelo valor correspondente a atualização das dotações para os "precatórios", na forma do item anterior, no período compreendido pelos meses de novembro e dezembro, conforme as estimativas mais recentes por ocasião da apresentação do Parecer Final pela Relatoria Geral, obedecida a seguinte dis-

tribuição percentual: Câmara dos Deputados - 40%; Senado Federal - 40% e Tribunal de Contas da União - 20%. Os Relatores-Parciais destes órgãos deverão, no respectivo relatório, indicar quais os subprojetos/subatividades deverão ter prioridade e até em que percentual.

4. A diferença a maior entre o alocado pelo projeto de lei para a Reserva de Contingência e o estabelecido pelo art. 21, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991, será utilizada no atendimento de emendas, da seguinte forma:

Cr\$ 1.000,00

Órgão/Destinação	Valor a ser Acrescido
- Presidência da República Secretaria da Ciência e Tecnologia	250.000
- Ministério da Agricultura Parte Geral (Irrigação, Eletrificação Rural e Pesquisa Agropecuária)	350.000
- Ministério da Agricultura DNOCS/Codevasp	400.000
- Ministério da Ação Social	300.000
- Ministério da Infra-Estrutura Parte Geral (Ferrovias e Portos)	500.000
- Ministério da Infra-Estrutura DNER	1.000.000
- Ministério da Infra-Estrutura (Empresa Estatais) Sistema Eletrobrás	1.000.000

A complementação dessa diferença poderá ser utilizada no atendimento das necessidades dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, na mesma proporção indicada no item 2, se necessário. Os respectivos Relatores-parciais farão as indicações, nos seus relatórios, dos subprojetos/subatividades que poderão ser beneficiados.

Conclusão

Na impossibilidade de escolher as imperfeições da LDO e da própria Constituição, alinhadas à vontade do legislador, procuramos com ambas sintetizar este Relatório preliminar, de modo a permitir sua apreciação sem atropelos pela Comissão Mista Permanente de Orçamento, editando regras e disciplinando as "proibições"

sem desfigurar o direito do Poder Legislativo de intervir no processo, em consonância com o Poder Executivo, em face da nova orientação da economia, aplaudida pela maioria do povo brasileiro. A Lei Orçamentária não obriga e sim autoriza o Governo a executar o que nela se contém, daí a cautela que tivemos para manter o Congresso Nacional respeitado, sem extravasar de suas atribuições nem expô-lo a críticas menos dignas.

Em anexo apresentamos comentários sucintos sobre as "Indicações" apresentadas pelos nobres colegas da Comissão.

Sala da Comissão Mista Permanente, 31 de outubro de 1990.

- Deputado Cid Carvalho, Presidente - Deputado João Alves, Relator-Geral.

ANEXO AO PARECER PRELIMINAR DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE DE ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990 (CN), QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1991". ANÁLISE SUCINTA DAS INDICAÇÕES APRESENTADAS.

1. Indicação nº 1: apresentada pelo nobre Deputado Paes Landim objetiva o cancelamento de investimentos da Petrobrás Distribuidora S/A para evitar a entrada da estatal no mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Trata-se de assunto que deve ser tratado especialmente pelo Relator parcial que analisará a programação da empresa. Pela rejeição.

2. Indicações nºs 2, 3, 4, 5, 6, 50, 51 e 52: apresentadas

pelos ilustres Deputados Gidel Dantas, as primeiras, e Nyder Barbosa, as três últimas, objetivam o cancelamento de dotações, relacionadas com Ciência e Tecnologia, Educação, projetos regionais ou do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para reforço da programação a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ou para a própria Secretaria do Meio Ambiente, supervisora do Ibama. Em que pese a importância dos programas relacionados com o meio ambiente não podemos acatar as sugestões, pois contrariam os parâmetros que indicamos. Por outro lado, reforço das dotações indicadas é tarefa do Relator parcial na análise do orçamento do órgão e no estudo das emendas. Pela rejeição.

3. Indicação nº 7: do nobre Deputado Manoel Moreira, tem por finalidade a inclusão de recursos para a rolagem da dívida dos estados e municípios, com aval da União, vencíveis em 1991, de no mínimo 75%. Considerando que abordamos o assunto no corpo do Parecer Preliminar, somos pela rejeição, vez que a matéria deverá ser definitivamente tratada no parecer parcial e no Parecer Final.

4. Indicações nºs 8 e 9: de autoria do ilustre Deputado Eraldo Tinoco, pretende a alocação de recursos vultosos para a Ciência e Tecnologia. Por entendermos a importância do programa para o desenvolvimento econômico e social do País é que, acatando parcialmente estas indicações, incluímos a Ciência e Tecnologia como setor que deverá ser beneficiado, na medida do possível, com os recursos passíveis de cancelamento na reserva de Contingência. Pela aprovação parcial.

5. Indicações nºs 10, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 53, 54, 55 e 56: seus autores, os nobres Deputados Tidei de Lima, Jovani Masini, Lúcio Alcântara, Délio Bráz, José Luiz Maia e Israel Pinheiro Filho, e Senador Mansueto de Lavor, procuram destinar recursos para programação específica, tendo características de emendas que devem ser apreciadas pelos Relatores parciais. De maneira geral pretendem beneficiar ações de pesquisa agropecuária, rodovias e ferrovias, irrigação e eletrificação rural, assuntos que privilegiamos na distribuição dos recursos canceláveis da reserva de contingência. As que se relacionam com saúde e com a área cultural (nºs 23, 24 e 25) deverão ser objeto de análise, sob a forma de emendas, na

próxima etapa dos trabalhos desta comissão. Consideramos rejeitadas as de nºs 23, 24 e 25 e parcialmente atendidas as demais.

6. Indicação nº 11, seu autor, o ilustre Deputado Ubiratan Aguiar, pretende o cancelamento de Cr\$ 7.441,3 milhões da reserva de contingência para atender a programação do setor transportes. Como este segmento foi o mais privilegiado na distribuição dos saldos da reserva de contingência, no Parecer Preliminar, em face da importância do setor para o desenvolvimento e integração nacional, consideramos aprovada parcialmente a indicação.

7. Indicações nºs 12, 13, 18 e 49: propostas pelos nobres Deputados Ubiratan Aguiar, Arnaldo Prieto e Manoel Moreira, pretendem o cancelamento de recursos alocados para atender o resgate de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal e criar uma "programação especial" o para atendimento de emendas, em anexo à Lei Orçamentária. Tal mecanismo representa um mero artifício que tenta contornar o dispositivo constitucional que veda expressamente o cancelamento de recursos apropriados à a-

mortização de dívida para o atendimento de emendas. Por outro lado, qualquer redução destes recursos, isto é, qualquer diminuição do resgate de título da dívida tem repercussão desfavorável na inflação por pressionar os gastos públicos (pelos juros destes títulos que deveriam continuar a ser pagos), o que prejudicaria a meta fundamental da política governamental, qual seja, a eliminação do déficit. Ressalte-se, ainda, que a elevação dos pagamentos dos juros, no período seguinte, acarretaria a diminuição dos próprios recursos para investimentos. Assim, considerando a proibição constitucional, as razões de ordem econômica e lembrando que as experiências anteriores de "programação especial" (nos orçamentos de 1989 e 1990) não tiveram resultado prático, pois nenhuma ação foi implementada, somos pela rejeição dessas indicações.

8. Indicações nºs 14, 15, 16 e 22: apresentada pelo ilustre Senador Ronaldo Aragão e pelo nobre Deputado Lúcio Alcântara (a de nº 22), pretendem voltar a discutir, agora no âmbito da Comissão de Orçamento, o conceito de seguridade social e suas fontes de financiamento. A discussão conceitual, interpretativa da legislação atinente, é função específica das Comissões Técnicas das Casas

do Congresso Nacional e não desta Comissão Mista Permanente de Orçamento. Aqui, o máximo que se pode permitir é a discussão da propriedade e legalidade da alocação de recursos e isto deve ser feito, dentro das limitações constitucionais e legais que a condicionam, pelos relatores parciais na apresentação da análise da programação e cada parte em que a Presidência da Comissão Mista houve por bem dividir o projeto de lei de meios. Pela rejeição.

9. Indicação nº 17: apresentada pela nobre Deputada Lúcia Vânia, pretende cancelar diversos recursos alocados a projetos/atividades sem indicar os órgãos e unidades aos quais estão subordinados os projetos. Alguns, além desta indicação, como "Atividades a Cargo de Entidades Supervisionadas" e "Participação da União no Capital de Empresas" dependem de identificação específica para seu entendimento. A ilustre autora justifica argumentando que estes cancelamentos servirão como suporte a emendas que serão apresentadas oportunamente. Para que se possa avaliar as prioridades é fundamental que se conheça os dois lados da questão, isto é, programação específica a ser cancelada e a programação que a substituirá. Pela rejeição.

10. Indicações nºs 33 a 45: todas de autoria da ilustre Deputada Irma Passoni, objetivam o cancelamento de recursos dos setores militar e de segurança nacional, da ordem de Cr\$ 35,8 bilhões e da reserva de contingência (Cr\$ 16,0 bilhões) para suplementação de recursos para a educação, saúde, habitação, colonização e reforma agrária, meio ambiente, bem como ciência e tecnologia. Os setores indicados para cancelamento também são prioritários, tanto quanto os indicados para suplementação, principalmente se considerarmos as restrições que lhes têm sido aplicados nos últimos anos e se compararmos os recursos que lhes são destinados com os dos demais países do mundo, especialmente, aqueles em condições semelhantes à nossa. Entretanto, considerando as necessidades de alguns dos segmentos indicados, os incluímos nos que deverão ser beneficiados com a destinação dos recursos disponíveis da reserva da contingência (da ordem de apenas Cr\$ 6,8 bilhões, como demonstrado no texto do parecer preliminar, em face das restrições da LDO). Assim, consideramos parcialmente atendidas as indicações nºs 38, 41, 44 e 45 e rejeitadas as demais.

11. Indicação nº 46: também de autoria da ilustre Deputada Irma Passoni, pretende destinar 1/3 (um terço) dos recursos da seguridade social para as ações de saúde. Dispositivo semelhante foi incluído no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1991 aprovado pelo Congresso, tendo sido vetado pelo Senhor Presidente da República. Considerando que o veto ainda não foi apreciado, estando, portanto, sub judice, entendemos prejudicada a indicação.

12. Indicação nº 47: apresentada pelo nobre Deputado Mano-

el Moreira, objetiva o reforço de dotações da Câmara dos Deputados. Como o assunto já foi tratado de forma favorável no texto do parecer preliminar, entendemos como aprovada parcialmente esta indicação.

13. Indicação nº 48: também da lavra do nobre Deputado Manoel Moreira, sugere o cancelamento de Cr\$ 7.441,3 milhões da reserva de contingência para o atendimento dos setores: transportes, energia, desenvolvimento regional, saneamento e irrigação. Considerando que adotamos procedimento bastante assemelhado ao

proposto, entendemos como aprovada parcialmente a indicação.

(*) EMENDAS

(*) Serão publicadas em suplemento à presente edição.

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 191, DE 1990-CN
(nº 734/90, na origem)

EMENDAS

		Mensagem: 191/90	
		28-00001-3	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI N.º 28 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 30.000 (TRINTA MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÃO, NO MUNICÍPIO DE PIUMA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

11.007.0031.2171 - FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROINDUSTRIAL.

JUSTIFICAÇÃO

TENDO EM VISTA QUE O MUNICÍPIO DE PIUMA/ES, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, TEM UMA PECUÁRIA E AGRICULTURA, DUAS DE SUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA, A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÃO É FATOR PRIMORDIAL, DE MODO A DIRECIONAR OS GRANDES E PEQUENOS PECUARISTAS E AGRICULTORES, DE MODO A CENTRALIZAR TODA A SUA PRODUÇÃO.

Mensagem: 191/90

28-00002-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI N.º 28 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 30.000 (TRINTA MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÃO, NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

11.007.0031.2171 - FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROINDUSTRIAL.

JUSTIFICAÇÃO

TENDO EM VISTA QUE O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES, TEM UMA PECUÁRIA E AGRICULTURA, DUAS DE SUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA, A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÃO É FATOR PRIMORDIAL, DE MODO A DIRECIONAR OS GRANDES E PEQUENOS PECUARISTAS E AGRICULTORES, DE MODO A CENTRALIZAR TODA A SUA PRODUÇÃO.

Mensagem: 191/90

28-00003-0

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI N.º 28 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREVISIBILIDADE.

Mensagem: 191/79

28-00004-B

INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAVI TAR 1301	PL Nº 28 DE 1990-CN	01 DE 01
---------------------	-------------------------	---------------------	----------

NDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

Mensagem: 191/79

28-00006-A

INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAVI TAR 1301	PL Nº 28 de 1990-CN	01 DE 01
---------------------	-------------------------	---------------------	----------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

* Inclui-se onde couber, no PL Nº 28, de 1990-CN, a importância de CR\$ 30.000 (Trinta milhões) para a Construção de Parque de Exposição, no município de Vila Velha/ES.

FONTE DE CONHECIMENTO

11.007.0031.2171- Financiamento de Programas de Investimentos Agroindustrial.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o Município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, tem uma pecuária e Agricultura, duas de suas principais fontes de renda, a construção de um Parque de Exposição é fator primordial, de modo de direcionar os grandes e pequenos pecuaristas e agricultores, de modo a centralizar toda a sua produção.

Mensagem: 191/79

28-00005-A

INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAVI TAR 1301	PL Nº 28 DE 1990-CN	01 DE 01
---------------------	-------------------------	---------------------	----------

NDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE VIANA/ES.

Mensagem: 191/79

28-00007-2

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

EMENDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

ETIQUETA

Mensagem: 191/79

28-00009-9

INSTRUÇÕES NO VERSO

EDC PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 28 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF

ES

PARTIDO

PSDB

TEXTO DE JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE GUAQUI/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR: CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

Mensagem: 191/79

28-00008-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

EDC PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 28 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE DOMINOS MARTINS/ES.

Mensagem: 191/76

28-00010-2

INSTRUÇÕES AO VERSO	1301	PL Nº 28 DE 1990-CN	01 DE 01
---------------------	------	---------------------	----------

DA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF ES PARTIDO PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE PIÔMA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR. CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

FONTE DE CANCELAMENTO:

04.008.0031.2167.0003 - PROGRAMA DE APOIO DO PEQUENO PRODUTOR - PAPP

VALOR. CR\$ 100.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COMO INSTRUMENTO DE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E CONSEQUENTEMENTE DA PRODUÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, NUM TRABALHO COMUNITÁRIO COM A PREFEITURA.

Mensagem: 191/76

28-00012-9

INSTRUÇÕES AO VERSO	1301	PL Nº 28 de 1990-CN	01 DE 01
---------------------	------	---------------------	----------

EMENDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

Inclui-se onde couber, no PL Nº 28, de 1990-CN, a importância de CR\$ 30.000 (Trinta Milhões) para a Construção de Parque de Exposição, no Município de Viana/ES.

FONTE DE CONHECIMENTO

11.007.0031.2171- Financiamento de Programas de Investimentos Agroindustrial.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o Município de Viana, no Estado do Espírito Santo, tem uma Pecuária e agricultura, duas de suas principais fontes de renda, a construção de um Parque de Exposição é fator primordial, de modo de direcionar os grandes e pequenos pecuaristas e agricultores, de modo a centralizar toda a sua produção.

Mensagem: 191/76

28-00011-1

INSTRUÇÕES AO VERSO	1301	PL Nº 28 DE 1990-CN	01 DE 01
---------------------	------	---------------------	----------

DA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF ES PARTIDO PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 28 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES.

PROJETO DE LEI
Nº 30, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 193, DE 1990-CN
(nº 736/90, na origem)

EMENDAS

ETIQUETA	
Mensagem: 193/90	
30-00001-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO 30/90 - CN MÊS 01 DE 02

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ DUTRA	AM	PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

SUPRIMIR do Projeto/Atividade do Anexo I - 15.082.0492.1003.0022- Construção do Posto de Benefícios de Sobradinho - BSB-DF, a importância de CR\$ 5.000.000,00 e do Projeto/Atividade do Anexo I - 15.082.0492.1003.0046 - Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional-MS, a importância de CR\$ 43.000.000,00.

INCLUIR, no Anexo I, Projeto/Atividade no valor de CR\$ 48.000.000,00, para Conclusão dos Postos de Benefícios construídos nos Bairros de Cachoeirinha, São Jorge, Cidade Nova e São José, em Manaus(AM).

JUSTIFICATIVA

A construção dos Postos de benefícios, nos Bairros de Cachoeirinha, São Jorge, Cidade Nova e São José, na cidade de Manaus, foi devidamente contratada com a Construção Sólida Ltda, ainda no início de 1989, com o antigo INPS, para serem entregues em dezembro desse mesmo ano.

A empresa responsável pelas obras foi realizando a mesma e recebendo as parcelas contratadas à medida em que eram feitas as respectivas medições.

Ocorre entretanto que, terminadas as obras antes do prazo contratado, a construtora fez a entrega das mesmas, sem que recebesse as parcelas restantes, pela inexistência de verba orçamentária para embasar tais pagamentos ainda no ano de 1989.

No orçamento de 1990, não foram alocados recursos com essa finalidade. E, no curso da execução orçamentária do corrente ano, apesar dos insistentes apelos da Superintendência Regional do Amazonas, esses recursos também não foram alocados, inclusive no projeto de lei de que ora se trata.

Em face disso e considerando o tempo de entrega da obra - que se um ano - a empresa construtora está prestes a quebrar. E isso pode ocorrer a qualquer momento, como consequência de haver cumprido com o seu dever, o que não é justo. Por isso, confio na aprovação desta emenda.

ETIQUETA	
Mensagem: 193/90	
30-00002-5	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301 PROJETO DE LEI NÚMERO NR 30 DE 1990-CN MÊS 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL³⁰ DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE PIOMÁ/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL.

VALOR: 10.000

JUSTIFICAÇÃO

E DE GRANDE IMPORTANCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIO A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL³⁰ DE 1990 - CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

1500821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL

VALOR 10.000

JUSTIFICAÇÃO

E DE GRANDE IMPORTANCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIOS A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL³⁰ DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR: 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIOS A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

ETIQUETA

30-00007-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDO PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
NR 30 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

DA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF
ES

PARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE BGM JESUS DO NORTE/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR: 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIO A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

Mensagem: 193/91

30-00006-8

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDO PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
NR 30 DE 1990 -CNPÁGINA
01 DE 01

DA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF
ES

PARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS /ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL.

VALOR 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE. POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIO A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

Mensagem: 193/91

30-00007-6

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDO PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
NR 30 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF
ES

PARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /ES

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR : CR\$ 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIO A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

Mensagem: 193/91

30-00008-4

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDO PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
NR 30 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF
ES

PARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUE-SE ONDE COUBER, NO PL 30 DE 1990 - CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 10.000

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

E DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIO A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PIOMÁ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO À POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

Instruções no verso		1301	PL Nº 30 DE 1990-CN	01	01
INSTRUÇÕES NO VERSO		1301	PL Nº 30 DE 1990-CN	01	01

VDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990-CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO À POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

INCUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE GUAÍ/ES

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

VALOR. CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE GUAÍ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO À POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

Instruções no verso		1301	PL Nº 30 DE 1990-CN	01	01
INSTRUÇÕES NO VERSO		1301	PL Nº 30 DE 1990-CN	01	01

VDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PIOMÁ/ES

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005- PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

VALOR. CR\$ 3.000

INCUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE / ES VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO A POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

Mensagem: 193/90

30-00013-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301

PROJETO DE LEI N.º 30 DE 1990-CN

PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO A POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

Mensagem: 192/90

30-00014-9

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301

PROJETO DE LEI N.º 30 DE 1990-CN

PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER PL Nº 30 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO A POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

ESTOQUETA

Mensagem: 193/90

30-00015-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301

PROJETO DE LEI N.º 30 DE 1990-CN

PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO A POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

Mensagem: 193/90

30-00016-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301

PROJETO DE LEI N.º 30 DE 1990-CN

PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PL Nº 30 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 3.000 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.3005 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 3.000

JUSTIFICAÇÃO

A FALTA DE AMBULÂNCIA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES, VEM CAUSANDO ENORME TRANSTORNO A POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE A MAIS CARENTE. POR ISSO, BUSCO ATRAVÉS DA PRESENTE EMENDA ADQUIRIR 01 AMBULÂNCIA, VISANDO PERMITIR O ATENDIMENTO AOS SEUS HABITANTES DE TODO E QUALQUER MEIO EM PROL DA SAÚDE.

EMENDA

INSTRUÇÕES AO VERSO

30-000017-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

1301

Nº 30 DE 1990-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUE-SE ONDE COBER, NO PL 30 DE 1990 - CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE VIANA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR: 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIOS A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

EMENDA

DEP. PAES LANDIM

PI PFL

INCLUA-SE, ONDE COBER, NO PROJETO DE LEI Nº 30/90-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 8.000.000,00(OTTO MILHÕES DE CRUZEIROS), PARA ATENDER O SEGUINTE SUBPROJETO:

FONTE DE RECURSOS

15.082.0492.1003.0028 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-AM.

VALOR CR\$ 8.000.000,00(OTTO MILHÕES DE CRUZEIROS).

JUSTIFICAÇÃO

ABSURDO QUE MUNICÍPIO DESSE PORTE, COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES, CELEIRO ECONÔMICO DO ESTADO NÃO DISPONHA DE POSTO DE BENEFÍCIOS.

INSTRUÇÕES AO VERSO

1301

Nº 30 DE 1990-CN

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUE-SE ONDE COBER, NO PL 30 DE 1990 -CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 10.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O MUNICÍPIO DE VILA VELHA /ES..

FONTE DE CANCELAMENTO

15.00821.0021.3005. PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

VALOR: CR\$ 10.000

JUSTIFICAÇÃO

É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, POIS O SETOR DE SAÚDE PASSA POR UMA CRISE POR FALTA DOS MESMOS, OBRIGANDO ASSIM AS PESSOAS SE DESLOCAREM DE SEUS MUNICÍPIOS A PROCURA DE UM ATENDIMENTO MÉDICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS, QUE POR SUA VEZ TAMBÉM NÃO TEM CONDIÇÕES DE FORNECER ESSES SERVIÇOS POR FALTA DE EQUIPAMENTOS.

EMENDA

DEP. PAES LANDIM

PI PFL

INCLUA-SE, ONDE COBER, NO PROJETO DE LEI Nº 30/90-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 8.000.000,00(OTTO MILHÕES DE CRUZEIROS), PARA ATENDER O SEGUINTE SUBPROJETO:

- CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIOS DE SÃO JORGE DO PIAUI - PI.

FONTE DE RECURSOS

15.082.0492.1003.0046 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-MS.

VALOR CR\$ 6.000.000,00(SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS).

JUSTIFICAÇÃO

ABSURDO QUE MUNICÍPIO DESSE PORTE, COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES, NÃO DISPONHA DE POSTO DE BENEFÍCIOS.

EMENDA

DEP. PAES LANDIM

PI PFL

INCLUA-SE, ONDE COBER, NO PROJETO DE LEI Nº 30/90-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 6.000.000,00(SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS), PARA ATENDER O SEGUINTE SUBPROJETO:

- CONSTRUÇÃO DE POSTO DE BENEFÍCIOS DE PAULISTANA-PI

FONTE DE RECURSOS

15.082.0492.1003.0027 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INTEGRADA-CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL/POSTO DE BENEFÍCIOS - MACEIO - AL.

VALOR CR\$ 6.000.000,00(SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS).

JUSTIFICAÇÃO

ABSURDO QUE MUNICÍPIO DESSE PORTE, COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES, NÃO DISPONHA DE POSTO DE BENEFÍCIOS.

PROJETO DE LEI
Nº 32, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 195, DE 1990-CN
(nº 738/90, na origem)
EMENDAS

32-00001-4

CÓDIGO PARA EMENDA

01 de 01

DEPUTADO MARCOS QUEIROZ

PMDB

80206

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00002-2

CÓDIGO PARA EMENDA

01 de 01

DEPUTADO MARCOS QUEIROZ

PMDB

80206

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Barreiros, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00003-1

CÓDIGO PARA EMENDA

01 de 01

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PRN

80206

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção

32-00004-9

CÓDIGO PARA EMENDA

01 de 01

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PRN

80206

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Mandirituba, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

Destaque: 15/94

32-00005-7

CÓDIGO PARA EMENDA

01 de 01

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PRN

80206

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná.

de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00006-5

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 de 01

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PR

PRN

80206

80206

80206

80206

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município Quatro Barras, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

VALOR - CR\$ 8.000.000,00(OTTO MILHOES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICACAO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00002-2

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 de 01

DEPUTADO MARCOS QUEIROZ

PE

PMDB

80206

80206

80206

80206

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Bureiros, Estado de Pernambuco.

VALOR - CR\$ 8.000.000,00(OTTO MILHOES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICACAO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00003-1

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 de 01

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PR

PRN

80206

80206

80206

80206

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

32-00001-4

CÓDIGO PARLAMENTAR

01 de 01

DEPUTADO MARCOS QUEIROZ

PE

PMDB

80206

80206

80206

80206

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção

JUSTIFICACAO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

32-00004-9

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

01 = 01

DEPUTADO MAX ROSENWANN

PR

PRN

80206

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Mandirituba, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A carência de mobiliário nas unidades escolares, principalmente em pequenas escolas municipais, onde a falta de recursos financeiros para aquisições dos mesmos, é muito grande, gera desconforto e falta de segurança aos estudantes, diminuindo o desempenho e rendimento de sua aprendizagem.

Resolução: 157/90

32-00005-7

01 = 01

DEPUTADO MAX ROSENWANN

PR

PRN

80206

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 10.059.0181.1350.0001, o Subprojeto de infraestrutura urbana no Município de Jacoatã dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo melhorar as condições de vida da população de baixa renda na área urbana.

O Município de Jaboatão (PE), por tratar-se de município em cravado no interior do Estado de Pernambuco, se resente de equipamentos adequados e suficientes que possibilitem a ação do desenvolvimento mais dinâmico no setor urbano municipal.

32-00006-5

EMENDA

197/90

01 = 01

DEPUTADO MAX ROSENWANN

PR

PRN

80206

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

43101

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 10.059.0181.1350.0001, o subprojeto de infraestrutura urbana no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros)

TEXTO - Inclui-se onde couber no Programa de Trabalho da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, 08.042.0187.2296.0001, o Subprojeto de Apoio à Manutenção de Classes de ensino, no que se refere a Equipamentos Mobiliários, no Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo melhorar as condições de vida da população de baixa renda na área urbana.

O Município de Timbaúba (PE), por tratar-se de município e cravado no interior do Estado de Pernambuco, se ressentido de equipamentos adequados e suficientes que possibilitem a ação de desenvolvimento mais dinâmico no setor urbano municipal.

Resolução: 197/90
34-00003-E

EMENDA

197/90

01 de 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

43101

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 10.059.0181.1350.0001, o subprojeto de infraestrutura urbana no Município de Barreiros, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo melhorar as condições de vida da população de baixa renda na área urbana.

O Município de Barreiros-PE, por tratar-se de município e cravado no interior do Estado de Pernambuco, se ressentido de equipamentos adequados e suficientes que possibilitem a ação de desenvolvimento mais dinâmico no setor urbano municipal.

Resolução: 197/90
34-00004-6

EMENDA

197/90

01 de 01

MAX ROSENWANN

PR

PRN

43101

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 10.059.0181.1350.0001, o subprojeto de infra-estrutura urbana, no Município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$ 30.000.000,00 (TRINTA MILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO - A presente emenda tem por objetivo, melhorar as condições de vida da população de baixa renda, da área urbana, através de um projeto de infra-estrutura básica necessária para atender os principais pontos afetados.

Adrianópolis, pertence à região metropolitana de Curitiba, distante da mesma cerca de 120 Km, sendo 90 Km de estradas de chão, em péssimas condições de trânsito, possui uma grande parte da população, com renda per capita muito baixa, que não tem possibilidades de pagar seus tributos, quando da realização de obras de infra-estrutura, que hoje estão caríssimas, ficando assim a responsabilidade apenas com o Governo Municipal, que vem realizando pequenas obras, face a escassez dos recursos.

EMENDA

197

01 de 01

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA

MT

PTB

43101

10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social Cr\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de CHAPADA DOS GUIMARÃES, no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de CHAPADA DOS GUIMARÃES, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

EMENDA

197

01 de 01

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA

MT

PTB

43101

10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social Cr\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de POONÉ no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de POONÉ, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

Resolução: 197/90
34-00007-1

197

01 de 01

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA

MT

PTB

43101

10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social Cr\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de BARRA DO BUGRES no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de BARRA DO BUGRES, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

EMENDA
197
34-00008-7

EMENDA

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de PRIMAVERA DO LESTE no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de PRIMAVERA DO LESTE, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

EMENDA

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de RONDONÓPOLIS no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de RONDONÓPOLIS, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de GUIRATINGA no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de GUIRATINGA, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

EMENDA

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de JUSCINEIRA no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de JUSCINEIRA, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA MT PTB

43101 10.059.0131.1350

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00 destinados à construção de moradias populares no município de DOM AQUINO no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de DOM AQUINO, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

EMENDA

DEPUTADO	SENADOR LOURENÇO NUNES ROCHA	MT	PTB
43101	10.059.0131.1350		

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00, destinados à construção de moradias populares no município de PEDRA PRETA no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de PEDRA PRETA, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

EMENDA

DEPUTADO	SENADOR LOURENÇO NUNES ROCHA	MT	PTB
43101	10.059.0131.1350		

TEXTO

Aloca-se ao orçamento do Ministério da Ação Social CR\$10.000.000,00, destinados à construção de moradias populares no município de POMORÉO no estado de Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

Toma-se dispensável destacar a importância de ações públicas capazes de minimizarem o grave problema habitacional que vive o País. O município de POMORÉO, no estado de Mato Grosso, a exemplo de vários outros, sofre com o déficit habitacional. Preocupados com a questão social, oferecemos a presente emenda objetivando, a nível municipal, reduzir o impacto que a carência de moradias vem causando através dos alarmantes índices de favelamento, violência e criminalidade. A medida proporcionará, também, sensível redução nos custos de atendimento à saúde.

PROJETO DE LEI
Nº 35, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 198, DE 1990-CN
(nº 741/90, na origem)

EMENDAS

DEPUTADO	MARCOS QUEIROZ	PE	PMDB
43101			

TEXTO / ANTERIOR

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Barreiros, Estado de Pernambuco.

VALOR: Cr\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos de uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

DEPUTADO	MARCOS QUEIROZ	PE	PMDB
43101			

TEXTO / ANTERIOR

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

VALOR: Cr\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos de uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

EMENDA		OF DE ORÇAMENTO 198/90	OFÍCIO PARLAMENTAR	01 = 01
DEPUTADO MAX ROSENEMANN		PR	PRN	
43101				

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Mandirituba, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos do uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

DEPUTADO MAX ROSENEMANN		OF DE ORÇAMENTO	OFÍCIO PARLAMENTAR	01 = 01
DEPUTADO MAX ROSENEMANN		PR	PRN	
43101				

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Adrianópolis, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos do uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

DEPUTADO MAX ROSENEMANN		OF DE ORÇAMENTO	OFÍCIO PARLAMENTAR	01 = 01
DEPUTADO MAX ROSENEMANN		PR	PRN	
43101				

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Quatro Barras, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos do uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

DEPUTADO MAX ROSENEMANN		OF DE ORÇAMENTO	OFÍCIO PARLAMENTAR	01 = 01
DEPUTADO MAX ROSENEMANN		PR	PRN	
43101				

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Ação Social, 07.030.01011349.0001, o Subprojeto de Saneamento Rural, para o Município de Munhoz de Mello, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$10.000.000,00(Dez milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - O saneamento Rural visa melhorar as condições de vida dos moradores das zonas rurais, evitando uma série de doenças transmitidas através de água não tratada ou dos esgotos a céu aberto. Os elevados índices de mortalidades infantis, são na sua maioria, frutos do uso de águas contaminadas e de contatos com insetos e micróbios existentes em esgotos.

PROJETO DE LEI
Nº 36, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 199, DE 1990-CN
(nº 742/90, na origem)

EMENDAS

36-00001-9

36-00003-5

EMENDA

199/90

D1 = D1

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

Texto / justificação

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o subprojeto de Equipamentos Mobiliários para a Biblioteca de Timbaúba, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva alocar recursos financeiros para serem aplicados na aquisição de mobiliários para a Biblioteca Municipal que se resente de equipamentos adequados e suficientes para atender a demanda de estudantes que a procura com o intuito de realizar pesquisas bibliográficas, assim como, um lugar apropriado para desenvolver suas obrigações escolares, tais como: monografias, deveres de casa, trabalhos em equipes, etc.

36-00002-7

EMENDA

199/90

D1 = D1

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PR

PRN

40194

Texto / justificação

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o Subprojeto de Equipamento Mobiliário para Biblioteca Municipal de Jaboti, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A presente emenda visa o atendimento de mobiliários, para a Biblioteca Municipal, que enfrenta muitas dificuldades de atendimento adequado, face as péssimas condições que se encontram, haja vista, o longo tempo de uso, sem manutenção ou troca dos mesmos. O incentivo à leitura e pesquisa é fundamental, para isso é necessário uma estrutura capaz de dar aos usuários conforto e comodidade.

36-00004-3

EMENDA

199/90

D1 = D1

DEPUTADO MAX ROSENHANN

PR

PRN

40194

Texto / justificação

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o Subprojeto de Equipamento Mobiliário para Biblioteca Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A presente emenda visa o atendimento de mobiliários, para a Biblioteca Municipal, que enfrenta muitas dificuldades de atendimento adequado, face as péssimas condições que se encontram, haja vista, o longo tempo de uso, sem manutenção ou troca dos mesmos. O incentivo à leitura e pesquisa é fundamental, para isso é necessário uma estrutura capaz de dar aos usuários conforto e comodidade.

EMENDA

199/90

D1 = D1

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

Texto / justificação

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o subprojeto de Equipamentos Mobiliários para a Biblioteca de Barreiros, Estado de Pernambuco.

VALOR - Cr\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda objetiva alocar recursos financeiros para serem aplicados na aquisição de mobiliários para a Biblioteca Municipal que se resente de equipamentos adequados e suficientes para atender a demanda de estudantes que a procura com o intuito de realizar pesquisas bibliográficas, assim como, um lugar apropriado para desenvolver suas obrigações escolares, tais como: monografias, deveres de casa, trabalhos em equipes, etc.

36-00005-1

EMENDA

199/90

01 = 01

DEPUTADO MAX ROSENMANH

PR

PRN

40194

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o Subprojeto de Equipamento Mobiliário para Biblioteca Municipal de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A presente emenda visa o atendimento de mobiliários, para a Biblioteca Municipal, que enfrenta muitas dificuldades de atendimento adequado, face as péssimas condições que se encontram, haja vista, o longo tempo de uso, sem manutenção ou troca dos mesmos. O incentivo à leitura e pesquisa é fundamental, para isso é necessário uma estrutura capaz de dar aos usuários conforto e comodidade.

36-00006-0

EMENDA

199/90

01 = 01

DEPUTADO MAX ROSENMANH

PR

PRN

40194

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho da Secretaria da Cultura 08.048.0021.2800.0123, o Subprojeto de Equipamento Mobiliário para Biblioteca Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná.

VALOR - Cr\$5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO - A presente emenda visa o atendimento de mobiliários, para a Biblioteca Municipal, que enfrenta muitas dificuldades de atendimento adequado, face as péssimas condições que se encontram, haja vista, o longo tempo de uso, sem manutenção ou troca dos mesmos. O incentivo à leitura e pesquisa é fundamental, para isso é necessário uma estrutura capaz de dar aos usuários conforto e comodidade.

36-00007-8

EMENDA

199/90-CN

1168

1 = 1

DEP. PAES LANDIM

PI

PFL

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO
INCLUA-SE, ONDE COUBER, NO PROJETO DE LEI Nº 36/90-CN, A IMPORTANCIA DE CR\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), PARA ATENDER A SEGUINTE SUBATIVIDADE:

- MEMÓRIA DO CENTENÁRIO DA CIDADE DE PICOS-PI.

FONTE DE RECURSOS

08.048.0247.2127.0005 - RECUPERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS CENICOS.

VALOR CR\$ 10.000.000,00(DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS).

JUSTIFICAÇÃO

CIDADE HISTÓRICA, COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES, SEGUNDO MAIOR ENTRONCAMENTO RODOVIÁRIO DO NORDESTE, DE GRANDE IMPORTANCIA PARA A MICRO-REGIÃO, SÍMBOLO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO, MERECE TER UM ESPAÇO CENICO E CULTURAL.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 79ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE NOVEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discurso do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL - Desempenho do Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Sr. Félix Domingues.

1.2.2 - Leitura de Mensagens Presidenciais

- Nº 220/90-CN (nº 784/90, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 42/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial no valor de Cr\$

2.432.875.000,00, para os fins que especifica.

- Nº 223/90-CN (nº 793/90, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 43/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 2.236.745.000,00, para os fins que especifica.

1.2.3 - Comunicação da Presidência

- Remessa à Comissão Mista de Orçamento dos Projetos de Lei nºs 42 e 43/90-CN, lidos anteriormente, e estabelecimento de calendário para a tramitação.

1.3 - ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 243, de 11 de outubro de 1990,

que dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melão). **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Medida Provisória nº 245, de 12 de outubro de 1990, que altera a estrutura básica da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Medida Provisória nº 250, de 19 de outubro de 1990, que modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência).

Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Medida Provisória nº 241, de 9 de outubro de 1990, que dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

Votação adiada por falta de quorum.

Medida Provisória nº 242, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC e da Biblioteca Nacional. **Votação adiada por falta de quorum.**

Medida Provisória nº 244, de 12 de outubro de 1990, que estabelece regras para livre negociação de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências.

Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de Importação e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão

nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências.

Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/80, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1968 (nº 3.589/80, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Regina da Vieira Raduan. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1990 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais da Saúde. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo a Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes

hediondos, nos termos do art. 52 inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias

para o ano de 1991 e da outras providências. Apreciação adiada por falta de quorum.

1.4 - COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

- Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos.

1.5 - ENCERRAMENTO

2 - RETIFICAÇÃO

- Ata da 68ª Sessão Conjunta, realizada em 9-10-90.

3 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Ata da 79ª Sessão, em 6 de outubro de 1990 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura Presidência do Sr. Nelson Carneiro

ÀS 18 HORAS e 30 MINUTOS.
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aluizio Bezerra - Nabor Júnior - Aureo Mello - Odacir Soares - Ronaldo Aragão - Amir Lando - João Menezes - Oziel Carneiro - Carlos Patrocínio - Antonio Luiz Maya - Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Hugo Napoleão - Afonso Sancho - Cid Sabóia de Carvalho - Mauro Benevides - Marcondes Gadelha - Humberto Lucena - Raimundo Lira - Marco Maciel - Ney Maranhão - Mansueto de Lavour - João Nascimento - Albano Franco - Francisco Rollemberg - Lourival Baptista - Luiz Viana Neto - Jutahy Magalhães - Ruy Bacelar - José Ignácio Ferreira - João Calmon - Hydelkel Freitas - Jamil Haddad - Nelson Carneiro - Maurício Corrêa - Severo Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Mário Covas - Mauro Borges - Iram Saraiva - Antônio Alves - Pompeu de Sousa - Meira Filho - Louremberg Nunes Rocha - Mendes Canale - Rachid Saldanha Derzi - Wilson Martins - Leite Chaves - Sílvio Name - Jorge Bornhausen - Márcio Berezoski - Nelson Wedekin - Alberto Hoffmann - José Paulo Bisol - José Fogaça.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acree

Maria Lúcia - PMDB; Nosser Almeida - PDS.

Amazonas

Beth Azize - PDT; Carrel Benevides - PTB; Eunice Michiles - PDC; Ézio Ferreira - PFL; José Fernandes - PST.

Rondônia

Arnaldo Martins - PSDB; José Viana - PL; Raquel Cândido - PDT; Rita Furtado - PFL.

Pará

Aloysio Chaves - PFL; Gabriel Guerreiro - PSDB; Jorge Arbage - PDS; Paulo Roberto - PL.

Tocantins

Freire Júnior - PRN.

Maranhão

Cid Carvalho - PMDB; Enoc Vieira - PFL; Eurico Ribeiro - PRN; Francisco Coelho - PDC; Haroldo Sabóia - PDT; Jayme Santana - PSDB; José Carlos Sabóia - PSB; Onofre Corrêa - PMDB; Sarney Filho - PFL; Wagner Lago - PDT.

Piauí

José Luiz Maia - PDS; Paes Landim - PFL.

Ceará

Aécio de Borba - PDS; Bezerra de Melo - PMDB; Carlos Benevides - PMDB; César Cals Neto - PSD; Expedito Machado - PST; Firmo de Castro - PSDB; Flávio Marcílio - PDS; Gidel Dantas - PDC; Haroldo Sanford - PMDB; Mauro Sampaio - PSDB; Moema São Thiago - PSDB; Moysés Pimentel - PDT; Paes de Andrade - PMDB; Raimundo Bezerra - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira - PFL; Marcos Formiga - PST; Vingt Rosado - PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos - PMDB; Edme

Tavares - PFL; Francisco Rolim - PSC; João Agripino - PRN.

Pernambuco

Artur Lima Cavaicanti - Egidio Ferreira Lima - PSDB; Fernando Bezerra Coelho - PMDB; Fernando Lyra - PDT; Gilson Machado - PFL; Gonzaga Patriota - PDT; Inocêncio Oliveira - PFL; José Carlos Vasconcelos - PRN; José Jorge - PFL; José Mendonça Bezerra - PFL; José Moura - PFL; José Tinoco - PFL; Marcos Queiroz - PMDB; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Nilson Gibson - PMDB; Roberto Freire - PCB; Salatiel Carvalho - PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro - PFL.

Sergipe

Acival Gomes - PSDB; Messias Góis - PFL.

Bahia

Ângelo Magalhães - PFL; Benito Gama - PFL; Carlos Sant'Anna - PMDB; Celso Dourado - PSDB; Eraldo Tinoco - PFL; Fernando Santana - PCB; Haroldo Lima - PC do B; Jairo Carneiro - PFL; João Alves - PFL; Jorge Medauar - PMDB; Jorge Vianna - PMDB; José Lourenço - PDS; Jutahy Júnior - PSDB; Lídice da Mata - PC do B; Luiz Eduardo - PFL; Manoel Castro - PFL; Marcelo Cordeiro - PMDB; Mário Lima - PMDB; Milton Barbosa - PFL; Miraldo Gomes - PDC; Prisco Viana - PMDB; Sérgio Brito - PDC; Ulrico Pinto - PSB; Virgildásio de Senna - PSDB.

Espírito Santo

Lezio Sathler - PSDB; Nyder Barbosa - PMDB; Pedro Ceolin - PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira - PFL; Álvaro Valle - PL; Anna Maria Rattes - PSDB; Arolde de Oliveira - PFL; César Maia - PDT; Doutel de Andrade - PDT; Fábio Rauhneitti - PTB; Feres Nader - PTB; José Luiz de Sá - PL; Ly-sâneas Maciel - PDT; Márcio Braga - PDT; Messias Soares - PFL; Miro Teixeira - PDT; Os-mar Leitão - PFL; Roberto Augusto - PTB; Roberto Jefferson - PTB; Sandra Cavalcanti - PFL; Simão Sessim - PFL; Vladimir Palmeira - PT.

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos - PMDB; Alysson Paulinelli - PFL; Bonifácio de Andrada - PDS; Célio de Castro - PSB; Christóvam Chiaradia - PFL; Elias Murad - PSDB; Humberto Souto - PFL; João Paulo - PT; José da Conceição - PRS; José Geraldo - PL; José Ulisses de Oliveira - PRS; Lael Varella - PFL; Luiz Alberto Rodrigues - PMDB; Mário de Oliveira - PRN; Milton Lima - PMDB; Octávio Elísio - PSDB; Paulo Delgado - PT; Raimundo Rezende - PMDB; Rosa Prata - PRS; Saulo Coelho - PSDB.

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima - PFL; Arnaldo Faria de Sá - PRN; Cardoso Alves - PTB; Florestan Fernandes - PT; Francisco Amaral - PMDB; Gastone Righi - PTB; Gumerindo Milhomem - PT; Irma Passoni - PT; José Carlos Grecco - PSDB; Luiz Eduardo Greenhalgh - PT; Luiz Inácio Lula da Silva - PT; Manoel Moreira - PMDB; Nelson Seixas - PSDB; Ralph Biasi - PMDB; Theodoro Mendes - PMDB.

Goiás

Antonio de Jesus - PMDB; João Natal - PMDB; José Freire - PMDB; José Gomes - PRN; Lúcia Vânia - PMDB; Mauro Miranda - PMDB; Naphtali Alves de Souza - PMDB; Roberto Balestra - PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PCB; Gerardo Campos - PSDB; Maria de Lourdes Abadia - PSDB; Stigma-ringa Seixas - PSDB.

Mato Grosso

Jonas Pinheiro - PFL.

Mato Grosso do Sul

José Elias - PTB; Saulo Queiroz - PSDB; Valter Pereira - PMDB.

Paraná

Basilio Villani - PRN; Darcy Deitos - PSDB; Gilberto Carvalho - PFL; Hélio Duque - PDT; Maurício Fruet - PSDB; Maurício Nasser - PTB; Santinho Furtado - PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna - PMDB; Antônio Carlos Konder Reis - PDS; Cláudio Ávila - PFL; Eduardo Moreira - PMDB; Francisco Küster - PSDB; Orlando Pacheco - PFL; Paulo Macarini - PMDB; Renato Vianna - PMDB; Victor Fontana - PFL; Vilson Souza - PSDB; Walmor de Luca - PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck - PSDB; Adylson Motta - PDS; Amaury Müller - PDT; Antônio Britto - PMDB; Arnaldo Prieto - PFL; Hermes Zanetti - PSDB; Hilário Braun - PMDB; Ibsen Pinheiro - PMDB; João de Deus Antunes - PDS; Jorge Uequed - PSDB; Júlio Costamilan - PMDB; Mendes Ribeiro - PMDB; Nelson Jobim - PMDB; Paulo Paim - PT; Ruy Nadel - PSDB; Telmo Kirst - PDS; Vicente Bogo - PSDB; Victor Faccioni - PDS.

Roraima

Chagas Duarte - PDT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - As lista de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 204 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Seixas. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Congressista Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os paulistas sabem que o nosso Estado não pode confiar, exclusivamente, na indução fiscal e na possível assistência creditícia prestada à lavoura pelo Ministério da Agricultura, com os recursos orçamentários federais.

Representando cerca de dois terços da produção nacional no setor, São Paulo continua sustentando essa oposição, por vezes a duras penas, graças à atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que vem, na gestão de Félix Domingues que, recentemente, numa

viagem a Cuba, estabeleceu acordos técnico-científicos com aquele país, visando à obtenção de know-how para o desenvolvimento da biotecnologia e da biologia genética, enquanto os cubanos se interessam em sementes comerciais e equipamentos da indústria agrícola brasileira.

Esse entendimento significou uma bela iniciativa do governo paulista, no sentido de intercâmbio técnico-científico, importante passo, para a integração latino-americana.

Entre as mais recentes iniciativas daquela Secretaria de Estado, podemos citar aquela de que resultou a criação, pelo Governador Oreste Quércia, do Conselho de Apicultura; o Projeto de Mecanização Conservacionista; em colaboração com instituições de ensino e pesquisa, já iniciado em Campinas, com cursos para operadores de mecanização, de doma e adestramento, atendendo a usuários e monitores em mecanização conservacionista; os planos de diretores rurais para a região de Campinas; a distribuição de cinquenta mil receitas agrônomicas às Casas da Agricultura; o consórcio com trinta e oito municípios, para despoluir as águas do Rio Pardo; o terminal de embarque e desembarque de trabalhadores rurais em Miquelópolis; pesquisas de alternativas para fruticultura tropical e temperada; a assistência técnica e a assentamento de trabalhadores rurais.

Sob o aspecto cultural, o Secretário Félix Domingues toma uma iniciativa de grande alcance, o preparar as comemorações do centenário daquela Secretaria, a 11 de novembro de 1991, criando um grupo de trabalho, o Pró-Memória, que está organizando o programa dos eventos comemorativos.

Queremos, nesta oportunidade, ressaltar o desempenho do Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, que se tem revelado um dos mais brilhantes auxiliares do Governo Quércia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, mensagens presidenciais que serão lidas pelo Sr. 1^a Secretário.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 220, DE 1990-CN
(Nº 784/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial no valor de Cr\$ 2.432.875.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 31 de outubro de 1990. - Fernando Collor.

E.M. Nº 443.

Em 15-10-90

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social solicita abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.432.875.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil cruzeiros), em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, visando assegurar a conclusão de obras de construções e reformas de Unidades Regionais do mencionado Instituto, situadas

em diversos Estados da Federação.

2. O referido crédito está condicionado à autorização do Poder Legislativo, em decorrência da inclusão de subprojetos não contemplados na Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, de acordo com o que determina o inciso II do art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3. Os recursos necessários são provenientes da incorporação de saldos de exercícios anteriores ao Orçamento vigente, apurados em balanço, conforme prevê o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Nessas condições tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, o referido crédito especial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. - Zélia Maria Cardoso de Mello, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

PROJETO DE LEI Nº 42,
DE 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial no valor de Cr\$ 2.432.875.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, em favor do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, crédito especial no valor de Cr\$ 2.432.875.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I e detalhada no Anexo II desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de saldos de exercícios anteriores, na forma do Anexo III desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília.

57000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
57901 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 000 90

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		2 432 875			646 875	1 786 000			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1 900 000			540 000	1 420 224			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 900 000			540 000	1 420 224			
15.006.0021.3005 PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL		1.900.000			540.000	1.420.224			
AÇÕES E SEREN. DESERROLVIDAS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL									
15.006.0021.3005.0001 PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	SEGURIDADE	1 900 000			540 000	1 420 224			
PREVIDENCIA		471 900			105 419	366 576			
PREVIDENCIA SOCIAL E SEGURADOS		471 900			105 419	366 576			
15.002.0192.3005 PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL		471 900			105 419	366 576			
AÇÕES E SEREN. DESERROLVIDAS PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL									
15.002.0192.3005.0001 PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	SEGURIDADE	471 900			105 419	366 576			
TOTAL SEGURIDADE		2 432 875			646 875	1 786 000			

87000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
87202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

R\$ 1.000.000

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		2.432.878			848.878	1.704.000			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.000.000			548.888	1.420.224			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.200.000			240.876	1.420.224			
15.000.0021.1184.0011 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE IMOVEIS		1.420.224				1.420.224			
15.000.0021.1184.0011 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CARACARÁ - AM	SEGURIDADE	20.000				20.000			
15.000.0021.1184.0012 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PAVINH - AM	SEGURIDADE	20.000				20.000			
15.000.0021.1184.0013 CONSTRUÇÃO DO DEPOSITO DE MATERIAL ALIENAVEL DE MANAUS - AM	SEGURIDADE	20.000				20.000			
15.000.0021.1184.0014 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE CARIACATA - ES	SEGURIDADE	18.288				18.288			
15.000.0021.1184.0015 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE APOIMS CLAUDIO - ES	SEGURIDADE	1.310				1.310			
15.000.0021.1184.0016 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE SANTA TEREZA - ES	SEGURIDADE	3.484				3.484			
15.000.0021.1184.0017 AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITACATYARA - AM	SEGURIDADE	15.600				15.600			
15.000.0021.1184.0018 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JATÁ - AM	SEGURIDADE	100				100			
15.000.0021.1184.0019 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JARUÁ - AM	SEGURIDADE	111				111			
15.000.0021.1184.0020 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MANAUS - AM	SEGURIDADE	86				86			
15.000.0021.1184.0021 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - RO	SEGURIDADE	5.200				5.200			
15.000.0021.1184.0022 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE JOÃO PESSOA - PB	SEGURIDADE	2.366				2.366			
15.000.0021.1184.0023 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - PE	SEGURIDADE	5.200				5.200			
15.000.0021.1184.0024 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE ASSISTÊNCIA MODULAR INTEGRADA DE COMÉLIO MACCOPIN - RO	SEGURIDADE	4.100				4.100			
15.000.0021.1184.0025 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE ASSISTÊNCIA MODULAR INTEGRADA DE GARANHATI - RO	SEGURIDADE	17.067				17.067			
15.000.0021.1184.0026 CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SANTO ANTONIO DO IGA - AM	SEGURIDADE	86				86			
15.000.0021.1184.0027 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - AC	SEGURIDADE	275.936				275.936			
15.000.0021.1184.0028 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO - AM	SEGURIDADE	100				100			
15.000.0021.1184.0029 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BOCA DO ADE - AM	SEGURIDADE	90				90			
15.000.0021.1184.0030 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TIPIRUBA - AM	SEGURIDADE	90				90			
15.000.0021.1184.0031 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMUTAMA - AM	SEGURIDADE	90				90			
15.000.0021.1184.0032 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENÉCIA - ES	SEGURIDADE	52.000				52.000			
15.000.0021.1184.0033 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARACATU - ES	SEGURIDADE	52.000				52.000			
15.000.0021.1184.0034 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DO RIO BANANAL - ES	SEGURIDADE	4.600				4.600			
15.000.0021.1184.0035 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DE VITORIA - ES	SEGURIDADE	2.888				2.888			
15.000.0021.1184.0037 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE JATÁ - GO	SEGURIDADE	17.711				17.711			
15.000.0021.1184.0038 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE CEBRÁ - GO	SEGURIDADE	16.064				16.064			
15.000.0021.1184.0039 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE UPIAÇU - GO	SEGURIDADE	13.888				13.888			
15.000.0021.1184.0040 AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - GO	SEGURIDADE	52.000				52.000			
15.000.0021.1184.0041 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE CATALÃO - GO	SEGURIDADE	52.000				52.000			
15.000.0021.1184.0042 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE SUMAÍ - GO	SEGURIDADE	26.000				26.000			
15.000.0021.1184.0043 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE ITABIRA - MG	SEGURIDADE	52.000				52.000			
15.000.0021.1184.0044 CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO DE BELA HORIZONTE - MG	SEGURIDADE	70.000				70.000			
15.000.0021.1184.0045 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE BELA HORIZONTE - MG	SEGURIDADE	8.579				8.579			
15.000.0021.1184.0046 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE LONDRINA - PR	SEGURIDADE	42.120				42.120			
15.000.0021.1184.0047 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE ASSISTÊNCIA MODULAR INTEGRADA DE TOLEDO - PR	SEGURIDADE	70.000				70.000			
15.000.0021.1184.0048 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE MARABÁ - PA	SEGURIDADE	61.600				61.600			
15.000.0021.1184.0050 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE ICOMARICI - PA	SEGURIDADE	4.836				4.836			
15.000.0021.1184.0051 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMECACAO DE REDENÇÃO - PA	SEGURIDADE	43.000				43.000			

57000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
57202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CDS 1 000 00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
10.000.0021.1184.0025 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMPLICAÇÃO DE VILA RONDON - PA	SEGURIDADE	20.000				20.000			
10.000.0021.1184.0027 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMPLICAÇÃO DE TOME-AQUÍ - PA	SEGURIDADE	21.200				21.200			
10.000.0021.1184.0031 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMPLICAÇÃO DE PORTEL - PA	SEGURIDADE	24.250				24.250			
10.000.0021.1184.0033 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMPLICAÇÃO DE MOSQUEIRO - PA	SEGURIDADE	26.000				26.000			
17.000.0021.1184.0035 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE AMPLICAÇÃO DE PARACURINHA - PA	SEGURIDADE	27.440				27.440			
10.000.0021.1184.0036 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE PAU DE FERROS - RN	SEGURIDADE	0.241				0.241			
10.000.0021.1184.0037 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE	SEGURIDADE	32.000				32.000			
10.000.0021.1184.0040 CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA DE YORLANS BARRETO - SE	SEGURIDADE	32.000				32.000			
10.000.0021.1184.0047 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE SANTOS - SP	SEGURIDADE	0.040				0.040			
10.000.0021.1184.0048 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE PIRACICABA - SP	SEGURIDADE	70				70			
10.000.0021.1184.0055 CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE IPIRANGA - SP	SEGURIDADE	70.000				70.000			
10.000.0021.1185 REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMOVEIS		040.000			040.000				
ASSISTIR POR CONDIÇÕES DE FUNCIONALIDADE DOS IMOVEIS, SEM COMO PROMOVEREM ADAPTAÇÕES NECESSARIAS AO BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS.									
10.000.0021.1185.0016 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CACHOEIRO DE ITAPERIPE - ES	SEGURIDADE	1.500			1.500				
10.000.0021.1185.0017 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE VILA VELHA - ES	SEGURIDADE	101			101				
10.000.0021.1185.0019 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE ANAPOLIS - GO	SEGURIDADE	15.000			15.000				
10.000.0021.1185.0019 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MA	SEGURIDADE	20.400			20.400				
10.000.0021.1185.0021 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE JOIAZEIRO - MG	SEGURIDADE	57.000			57.000				
10.000.0021.1185.0022 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE TEJUPÓ - MG	SEGURIDADE	21.200			21.200				
10.000.0021.1185.0023 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE NOVA LIMA - MG	SEGURIDADE	41.000			41.000				
10.000.0021.1185.0024 REFORMA DO POSTO DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA - MG	SEGURIDADE	57			57				
10.000.0021.1185.0025 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MG	SEGURIDADE	26.400			26.400				
10.000.0021.1185.0026 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE GOVERNADOR VALADARES - MG	SEGURIDADE	26.400			26.400				
10.000.0021.1185.0027 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - MG	SEGURIDADE	20.000			20.000				
10.000.0021.1185.0028 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE COMBÉ - MG	SEGURIDADE	10.400			10.400				
10.000.0021.1185.0029 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE AQUIDAUANA - MS	SEGURIDADE	13.000			13.000				
10.000.0021.1185.0030 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE GUATUBERA - MS	SEGURIDADE	200			200				
10.000.0021.1185.0031 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE PASSO FUNDO - MS	SEGURIDADE	40			40				
10.000.0021.1185.0032 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE VITÓRIA BONFALVES - MS	SEGURIDADE	120			120				
10.000.0021.1185.0033 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE ESTEIO - MS	SEGURIDADE	150			150				
10.000.0021.1185.0034 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE MONTE ALEGRE - MS	SEGURIDADE	250			250				
10.000.0021.1185.0035 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - PA	SEGURIDADE	26.400			26.400				
10.000.0021.1185.0036 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE UNIÃO DA ESTRELA - PA	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0037 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE ITAÍ - PE	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0038 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CASCAVEL - PE	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0039 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE PONTA MOURA - PE	SEGURIDADE	4.100			4.100				
10.000.0021.1185.0040 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE SINCIPÍO MOTA - PE	SEGURIDADE	10.400			10.400				
10.000.0021.1185.0041 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CATANDELA - PI	SEGURIDADE	15.000			15.000				
10.000.0021.1185.0042 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE TALHATE - PI	SEGURIDADE	15.000			15.000				
10.000.0021.1185.0043 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE LEME - PI	SEGURIDADE	15.000			15.000				
10.000.0021.1185.0044 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE SANTARÉM - PA	SEGURIDADE	10.400			10.400				
10.000.0021.1185.0045 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CHAPEU VERMELHO - PA	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0046 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE NOVA Friburgo - RJ	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0047 REFORMA DA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO - RJ	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0048 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CARIAS - RJ	SEGURIDADE	5.200			5.200				
10.000.0021.1185.0049 REFORMA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE NITERÓI - RJ	SEGURIDADE	8.000			8.000				

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DE DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
15.000.0001.1105.0000 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE RUMOS - RJ	SEGURIDADE	461			461				
15.000.0001.1105.0001 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE REALMIO - RJ	SEGURIDADE	4.100			4.100				
15.000.0001.1105.0002 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA RUA NORDESTE - RJ	SEGURIDADE	422			422				
15.000.0001.1105.0003 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA AV. GUARARAPES - PE	SEGURIDADE	30.400			30.400				
15.000.0001.1105.0004 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE SANTO ANTONIO - OP	SEGURIDADE	10.400			10.400				
15.000.0001.1105.0005 REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - AM	SEGURIDADE	17.100			17.100				
15.000.0001.1105.0006 REFORMA DO EDIFÍCIO 2208 DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - CE	SEGURIDADE	20.900			20.900				
15.000.0001.1105.0007 REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA DE CRATEUS - CE	SEGURIDADE	1.540			1.540				
PREVIDENCIA		471.000			100.410	390.570			
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS		471.000			100.410	390.570			
15.000.0400.1005 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		306.570				306.570			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
15.000.0400.1005.0400 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SÃO JOÃO - AM	SEG. - TRABALH	33.303				33.303			
15.000.0400.1005.0401 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CACHOEIRINHA - AM	SEGURIDADE	33.303				33.303			
15.000.0400.1005.0402 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CIDADE NOVA - AM	SEGURIDADE	33.303				33.303			
15.000.0400.1005.0403 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - AM	SEGURIDADE	33.303				33.303			
15.000.0400.1005.0404 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE IAPORA - BA	SEGURIDADE	1.903				1.903			
15.000.0400.1005.0405 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE BARRA - BA	SEGURIDADE	937				937			
15.000.0400.1005.0406 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE ESTREITO - MA	SEGURIDADE	311				311			
15.000.0400.1005.0407 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CARIACAS - MA	SEGURIDADE	410				410			
15.000.0400.1005.0408 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE GUARÁ - MA	SEGURIDADE	250				250			
15.000.0400.1005.0409 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE LAGO DA PEDRA - MA	SEGURIDADE	250				250			
15.000.0400.1005.0410 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE VIMAR - MA	SEGURIDADE	673				673			
15.000.0400.1005.0411 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE GUATÁ - MA	SEGURIDADE	673				673			
15.000.0400.1005.0412 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE COLINAS - MA	SEGURIDADE	1.340				1.340			
15.000.0400.1005.0413 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE VANDERLÂNDIA - MA	SEGURIDADE	673				673			
15.000.0400.1005.0414 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE COLIDER - MT	SEGURIDADE	3.002				3.002			
15.000.0400.1005.0415 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE JUIZ DE FOFA - MT	SEGURIDADE	4.050				4.050			
15.000.0400.1005.0416 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SINOP - MT	SEGURIDADE	800				800			
15.000.0400.1005.0417 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE POCONO - MT	SEGURIDADE	2.071				2.071			
15.000.0400.1005.0418 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE POUPEIRO - MT	SEGURIDADE	2.174				2.174			
15.000.0400.1005.0419 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE DIAMANTINO - MT	SEGURIDADE	3.132				3.132			
15.000.0400.1005.0420 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE RONDONÓPOLIS - MT	SEGURIDADE	4.400				4.400			
15.000.0400.1005.0421 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SÃO JOÃO DO RIO PRETO - MT	SEGURIDADE	41.400				41.400			
15.000.0400.1005.0422 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CAMPANÓPOLIS - MT	SEGURIDADE	1.000				1.000			
15.000.0400.1005.0423 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTONIO - PI	SEGURIDADE	20.703				20.703			
15.000.0400.1005.0424 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE TORRES - RN	SEGURIDADE	10.000				10.000			
15.000.0400.1005.0425 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE ELIZABETH - RN	SEGURIDADE	24.000				24.000			
15.000.0400.1005.0426 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CANOAS - RS	SEGURIDADE	24.000				24.000			
15.000.0400.1005.0427 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CACHOEIRINHA - RS	SEGURIDADE	24.000				24.000			
15.000.0400.1005.0428 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CACAPAVA DO SUL - RS	SEGURIDADE	9.300				9.300			
15.000.0400.1005.0429 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SANTA VITÓRIA DO PALMEIRAS - RS	SEGURIDADE	20.000				20.000			
15.000.0400.1005.0430 CONSTRUÇÃO DO POSTO DE BENEFÍCIO DE ALVARADA - RS	SEGURIDADE	20.000				20.000			
15.000.0400.1107 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA		100.410			100.410				
ABREVIAR AS CONDIÇÕES DE FUNCIONALIDADE DOS IMOVEIS, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DOS MESMOS, SEM COMO PROMOVER ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS AO BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS									
15.000.0400.1107.0040 REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIO DE SANTA CRUZ - RJ	SEGURIDADE	1.003			1.003				
15.000.0400.1107.0041 REFORMA DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO PROFISSIONAL DE JUIZ DE FOFA - RJ	SEGURIDADE	90.034			90.034				
15.000.0400.1107.0042 REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CAGO JUIZ - RJ	SEGURIDADE	2.000			2.000				
15.000.0400.1107.0043 REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIO DE CAGO JUIZ - RJ	SEGURIDADE	2.000			2.000				

ESPECIFICAÇÃO	ESSECA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DISP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DA PERNHA - RJ									
19.002.0452 1182 0047	SEGURIDADE	265			265				
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DA TIJUCA - RJ									
19.002.0452 1182 0048	SEGURIDADE	6.799			6.799				
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DE SÃO FIDELIS - RJ									
19.002.0452 1182 0049	SEGURIDADE	19.988			19.988				
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DE SÃO JOÃO DO MERITI - RJ									
19.002.0452 1182 0050	SEGURIDADE	9.292			9.292				
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ									
19.002.0452 1182 0051	SEGURIDADE	316			316				
REFORMA DO POSTO DE BENEFÍCIOS DA VILA DA PERNHA - RJ									
19.002.0452 1182 0052	SEGURIDADE	1.399			1.399				
REFORMA DO CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE SANTOS - SP									
19.002.0452 1182 0053	SEGURIDADE	1.399			1.399				
REFORMA DO POSTO DE SERVIÇOS DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DE BRASCO - SP									
19.002.0452 1182 0054	SEGURIDADE	1.400			1.400				
REFORMA DA DIVISÃO LOCAL DE BENEFÍCIOS SOCIAIS DE SANTO AMARO - SP									
TOTAL SEGURIDADE		2.432.875			2.432.875	1.786.880			

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

ANEXO III

Anexo ao Decreto No.

57.000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

57.901 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cr\$ 1.000,00

RECEITA

RECEITA DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	SEG			2.432.875
1980.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SEG		2.432.875	
1990.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	SEG		2.432.875	
1990.05.00 - SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	SEG		2.432.875	
1990.05.99 - Saldos de Exercícios Anteriores- Recursos Diversos	SEG	2.432.875		
			TOTAL	2.432.875
			SEGURIDADE	2.432.875

00R30

LEGISLAÇÃO CITADA

(*) LEI No 7.599, de 31 de janeiro de 1990.

Estima a Receita e Fixa a Despesa da
União para o exercício financeiro de
1990.

MENSAGEM Nº 223, DE 1990-CN
(Nº 793/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Mem-
bros do Congresso Nacional:

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 2.236.745.000,00 para os fins que especifica".

Brasília, 5 de novembro de 1990. - Fernando Collor.

EM Nº 496

Em 30-10-90

Excelentíssimo Senhor Presi-
dente da República

O Ministério da Saúde solicita a abertura de créditos adicionais no montante de Cr\$ 2.236.745.000,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), que deverão ser submetidos ao Congresso Nacional.

2. Deste total, Cr\$ 2.211.745.000,00 (dois bilhões, duzentos e onze milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), referem-se a crédito suplementar que será viabilizado através do remanejamento de saldos de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, com o objetivo de atender a execução das ações prioritárias do órgão.

3. Do valor acima explicitado, a parcela de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, objetiva atender à aquisição dos equipamentos necessários à implantação do Serviço de Pronto-Atendimento no Hospital Sarah Kubitschek, na cidade de Belo Horizonte - MG.

PROJETO DE LEI Nº 43,
DE 1990-CN

**Autoriza o Poder Executi-
vo a abrir ao Orçamento da
Seguridade Social da União
créditos adicionais até o
limite de Cr\$
2.236.745.000,00 para os
fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executi-
vo autorizado a abrir ao Orça-
mento da Seguridade Social da
União (Lei nº 7.999, de 31 de
janeiro de 1990), em favor do
Ministério da Saúde, créditos
adicionais até o limite de Cr\$
2.236.745.000,00 (dois bil-
hões, duzentos e trinta e seis
milhões e setecentos e quaren-
ta e cinco mil cruzeiros),
para atender à programação
constante do Anexo I desta
lei, sendo:

I - Crédito Suplementar: Cr\$
2.211.745.000,00 (dois bil-
hões, duzentos e onze milhões,
setecentos e quarenta e cinco
mil cruzeiros); e

II - Crédito Especial: Cr\$
25.000.000,00 (vinte e cinco
milhões de cruzeiros).

Art. 2º Os recursos
necessários à execução do dis-
posto no artigo anterior são
provenientes das dotações

constantes dos Anexos II, III
e IV desta lei, sendo:

I - Cancelamento de dotações
orçamentárias: Cr\$
2.151.745.000,00 (dois bil-
hões, cento e cinquenta e um
milhões, setecentos e quarenta
e cinco mil cruzeiros);

II - Excesso de arrecadação
das receitas diretamente
arrecadadas: Cr\$
60.000.000,00 (sessenta mil-
hões de cruzeiros); e

III - Convênios com Órgãos
Federais: Cr\$ 25.000.000,00
(vinte e cinco milhões de
cruzeiros).

Art. 3º Esta lei entra em vi-
gor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as dispo-
sições em contrário.

4. O diferencial de Cr\$
25.000.000,00 (vinte e cinco
milhões de cruzeiros) refere-
se a crédito especial, objeti-
vando incluir na programação
do órgão, o projeto de implan-
tação das Ações de Atendimento
ao Acidentado do Tráfego
Rodoviário.

5. Os recursos necessários ao
atendimento da mencionada so-
licitação, estão de conformi-
dade com o artigo 43, § 1º,
incisos II e III, da Lei nº
4.320, de 17 de março de 1964,
obedecidas as prescrições do
artigo 167, inciso V, da Cons-
tituição Federal.

6. Nestes termos, tenho a
honra de submeter à elevada
apreciação de Vossa Excelên-
cia, o anexo projeto de lei
que autoriza o Poder Executivo
a abrir os referidos créditos
adicionais.

Aproveito o ensejo para reno-
var a Vossa Excelência os pro-
testos do meu mais profundo
respeito. - Zélia Maria Cardo-
so de Mello, Ministra da Eco-
nomia, Fazenda e Planejamento.

36000 - MINISTERIO DA SAUDE
36103 - CENTRAL DE MEDICAMENTOS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E MANEJO		50 000			50 000				
SAÚDE		50 000			50 000				
ADMINISTRAÇÃO GERAL		50 000			50 000				
12 678 001 2000		50 000			50 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS INSTITUIÇÕES E UN									
18 678 001 2000 0011	REGIÃO NORDE	50 000			50 000				
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
TOTAL SEGURIDADE		50 000			50 000				

36000 - MINISTERIO DA SAUDE
36192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CDS 1 700 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E SANEAMENTO		8 346				8 000			
SAÚDE E SANEAMENTO		5 346			5 345				
SAÚDE E SANEAMENTO		228 907	47 546		111 236	70 077			
SAÚDE		8 000			8 000				
SAÚDE		5 345			5 345				
SAÚDE		228 907	47 546		111 236	70 077			
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		5 345			5 345				
12 076 0429 1000 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		5 345			5 345				
12 076 0429 1006 8104 INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	SECURIDADE	5 345			5 345				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		228 907	47 546		111 236	70 077			
12 076 0429 2000 ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		228 907	47 546		111 236	70 077			
12 076 0429 2000 0109 FUNDAÇÃO DAS FOMENTAS SOCIAIS	SECURIDADE	228 907	47 546		111 236	70 077			
PROJETOS PROFILÁTICOS TERAPÊUTICOS		8 000			8 000				
12 076 0431 1000 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		8 000			8 000				
11 076 0431 1000 8103 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	SECURIDADE	8 000			8 000				
TOTAL SECURIDADE		8 000			8 000				
TOTAL SECURIDADE		8 346			8 345				
TOTAL SECURIDADE		228 907	47 546		111 236	70 077			

38000 - MINISTERIO DA SAUDE
38201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CDS 1 700 00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E SANEAMENTO		1 057 473	707 000		1 052 473	5 000			
SAÚDE		1 057 473	707 000		1 052 473	5 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		100 000	100 000						
12 076 0001 2000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		100 000	100 000						
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO SUPERVISÃO E CONTROLE ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES FIN.									
12 076 0001 2000 0011 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	SECURIDADE	100 000	100 000						
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		46 000	46 000						
12 076 0050 1100 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		46 000	46 000						
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PROPICIANDO ASS. DESEJO ENVIOLVIDOS NO PROCESSO CIENTÍFICO PARA IMPLEMENTAR SEUS PROJETOS ESPECÍFICOS DE PESQUISA									
12 076 0050 1100 0002 DESENVOLVIMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS	SECURIDADE	46 000	46 000						
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		52 000	22 000		30 000				
12 076 0207 2320 MANUTENÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA		52 000	22 000		30 000				
PROMOVER A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS ATRAVÉS DE DIVERSAS MODALIDADES DE TREINAMENTO PARA ATUAR NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA									
12 076 0207 2320 0001 MANUTENÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA	SECURIDADE	52 000	22 000		30 000				
PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		5 000	5 000						
12 076 0240 2321 FORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE APARATOS DO SAUPE		5 000	5 000						
CONSERVAR, RESTAURAR, E DIFUNDIR OS ACERVOS HISTÓRICOS PROPICIANDO A SOCIEDADE O ACESSO A SEUS BENS									
12 076 0240 2321 0001 MANUTENÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	SECURIDADE	5 000	5 000						
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		470 000	470 000		30 000				
12 076 0430 2317 PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE		470 000	470 000		30 000				
PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA EM REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO NAS CLÍNICAS MÉDICAS, VESTIBULARES, PSQUIATRIAS, ONCOLOGIA, PNEUMOLOGIA E DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS E PARASITARIAS OBSERVANDO A CARACTERÍSTICA E DISPONIBILIDADE TECNOLÓGICA DE CADA UNIDADE									
12 076 0430 2317 0008 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL EVANGELINA CHAGAS	SECURIDADE	113 000	63 000		30 000				
12 076 0430 2317 0010 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE TREINAMENTO GERMÃO SINAL PÁRIS	SECURIDADE	20 000	20 000						
12 076 0430 2317 0011 MANUTENÇÃO DO INSTITUTO PERNAMBUCO FOMENTIA	SECURIDADE	330 000	330 000						
VIGILÂNCIA SANITÁRIA		51 000	51 000						
12 076 0430 2317 0012 PROTEÇÃO A SAÚDE DO CONSUMIDOR		51 000	51 000						

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
36004 - FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

CDS - 1/10/90

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALTE E SANEAMENTO		24.000				24.000			
SALTE		25.000				25.000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		25.000				25.000			
13.075.0428.1004.0001		25.000				25.000			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
REQUISITO O INÍCIO DE MORTALIDADE DE ACIDENTADOS EM TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	25.000				25.000			
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
TOTAL SEGURIDADE		25.000				25.000			

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
36003 - CENTRAL DE MEDICAMENTOS

CDS - 1/10/90

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALTE E SANEAMENTO		50.000			50.000				
SALTE		50.000			50.000				
PRODUTOS FARMACÊUTICOS TERAPÊUTICOS		50.000			50.000				
13.075.0428.1004.0001		50.000			50.000				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
REQUISITO O INÍCIO DE MORTALIDADE DE ACIDENTADOS EM TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	50.000			50.000				
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
TOTAL SEGURIDADE		50.000			50.000				

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
36002 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CDS - 1/10/90

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SALTE E SANEAMENTO		4.000				4.000			
SALTE E SANEAMENTO		5.365			5.365				
SALTE E SANEAMENTO		228.907	47.585		111.234	70.077			
SALTE		8.000				8.000			
SALTE		5.365			5.365				
SALTE		228.907	47.585		111.234	70.077			
REQUISIÇÃO APLICADA		8.000				8.000			
13.075.0428.1004.0001		8.000				8.000			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
REQUISITO O INÍCIO DE MORTALIDADE DE ACIDENTADOS EM TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	8.000				8.000			
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	5.365			5.365				
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	5.365			5.365				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
REQUISITO O INÍCIO DE MORTALIDADE DE ACIDENTADOS EM TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	228.907	47.585		111.234	70.077			
ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	228.907	47.585		111.234	70.077			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODUVIÁRIO									
REQUISITO O INÍCIO DE MORTALIDADE DE ACIDENTADOS EM TRAFEGO RODUVIÁRIO									
13.075.0428.1004.0001	SEGURIDADE	228.907	47.585		111.234	70.077			
TOTAL SEGURIDADE		8.000				8.000			
TOTAL SEGURIDADE		5.365			5.365				
TOTAL SEGURIDADE		228.907	47.585		111.234	70.077			

በፍጥነት ሲፈጸም ሲሆን ለዚህም ምክንያት ሲሆን ለዚህም ምክንያት ሲሆን

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
PROGRAMA DE IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		330 700	24 000		205 693	95 000	5 003		
13 074 0421 1102 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		330 700	24 000		205 693	95 000	5 003		
13 075 0421 1102 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	124 770	14 000		34 772	30 000	3 000		
13 076 0421 1102 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	58 477	9 000		23 850	20 000	917		
13 077 0421 1102 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	127 458	1 000		130 374		3 000		
13 078 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		9 946			9 946				

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
37001 - FUNDAÇÃO OSCAR CRUZ

CDB 1 000 00

CDB 1 000 00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TRABALHO ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
13 075 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	9 946			9 946				
13 076 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		810			810				
13 077 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		810			810				
13 078 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	810			810				
TOTAL SEGURIDADE		1 867 470	174 000		743 978	929 403	20 132		

38000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
38203 - INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CDB 1 000 00

CDB 1 000 00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TRABALHO ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E NUTRIÇÃO		5 365			5 365				
SAÚDE		5 365			5 365				
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		5 365			5 365				
13 075 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	5 365			5 365				
13 076 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		5 365			5 365				
TOTAL SEGURIDADE		5 365			5 365				

36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
38204 - FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

CDB 1 000 00

CDB 1 000 00

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TRABALHO ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SAÚDE E NUTRIÇÃO		228 000	47 000		111 254	70 000			
SAÚDE		228 000	47 000		111 254	70 000			
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		228 000	47 000		111 254	70 000			
13 075 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	228 000	47 000		111 254	70 000			
13 076 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA		228 000	47 000		111 254	70 000			
13 077 0421 2315 0001 IMUNIZAÇÃO DE INFÂNCIA - VACINAS - IMUNIZACÃO DE INFÂNCIA	SEGURIDADE	205 743	47 000		66 070	70 000			
TOTAL SEGURIDADE		228 000	47 000		111 254	70 000			

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

A N E X O III

36000 - MINISTERIO DA SAUDE

36204 - FUNDACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

CR\$ 1.000,00

R E C E I T A

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2800.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	SEG			60.000
2400.00.00 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	SEG		60.000	
2460.00.00 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	SEG	60.000		
TOTAL				60.000
SEGURIDADE				60.000

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

A N E X O IV

36000 - MINISTERIO DA SAUDE

36204 - FUNDACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

CR\$ 1.000,00

R E C E I T A

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

ESPECIFICACAO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	SEG			13.821
1300.00.00 - RECEITA PATRONAL	SEG		13.821	
1320.00.00 - RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	SEG		13.821	
1321.00.00 - Juros de Titulos de Renda	SEG	13.821		
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	SEG			11.179
2400.00.00 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	SEG		11.179	
2460.00.00 - TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	SEG	11.179		
TOTAL				25.000
SEGURIDADE				25.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.999,
DE 31 DE JANEIRO DE 1990

Estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham projetos de lei que tratam de abertura de créditos.

De acordo com as normas sugeridas por esta presidência e acatadas pelo Congresso Nacional, deverão os projetos de Lei nºs 42 e 43, de 1990-CN, ser apreciados em sessão conjunta e distribuídos à Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com as referidas normas os projetos serão distribuídos em avulsos dentro de 48 horas.

Os Srs. Congressistas poderão, dentro de 7 (sete) dias contados da distribuição de avulsos, apresentar emendas aos projetos tendo a Comissão Mista o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da publicação das emendas, para encaminhar à Mesa os seus pareceres.

À vista dos prazos já referidos, fica estabelecido o seguinte calendário para o projeto:

Dia 8-11 — Distribuição de avulsos.

De 9-11 a 16-11 — Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) —

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 4:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 243, de 11 de outubro de 1990, que dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço), tendo

— PARECER, proferido em plenário pelo Senador Mauro Benevides, pela apresenta-

ção de projeto de lei de conversão.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 5:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 245, de 12 de outubro de 1990, que altera a estrutura básica da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República, e dá outras providências, tendo

— PARECER, proferido em plenário pelo Senador Mauro Benevides, pela aprovação da medida.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 6:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência), da Medida Provisória nº 250, de 19 de outubro de 1990, que modifica a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências, tendo

— PARECER, proferido em plenário pelo Deputado Ralph Biasi, pela admissibilidade da medida.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada, por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Todas as demais matérias constantes da Ordem do Dia estão em fase de votação.

Estão presentes na Casa 54 Srs. Senadores e 204 Srs. Deputados. Assim, não há número para votação. Em consequência, ficam com a votação adiada os seguintes itens da Ordem do Dia:

— 1 —

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 241, de 9 de outubro de 1990, que dá nova redação

ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo

— PARECER, sob nº 72/90-CN, da Comissão Mista, pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 1990

— 2 —

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 242, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC e da Biblioteca Nacional, tendo

— PARECER, sob nº 75, de 1990-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da medida.

— 3 —

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 244, de 12 de outubro de 1990, que estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências, tendo

— PARECER, sob nº 76, de 1990-CN, da Comissão Mista, pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 1990, incorporando a Emenda nº 127 e prejudicando as demais.

— 7 —

PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO Nº 20, DE 1990

(Medida Provisória
nº 161, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.

PARTE VETADA:

Art. 4º (Mens. nº 68/90-CN)

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO Nº 28, DE 1990

(Medida Provisória
nº 154, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que insti-

tua nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. (Mens. nº 69/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 3º;
- art. 6º;
- art. 11;
- art. 12; e
- art. 13.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 9 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 1990

(Medida Provisória nº 150, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 70/90-CN.)

Partes Vetadas:

- parágrafo único do art. 10;
- inciso V do art. 14;
- inciso VI do art. 14;
- inciso VII do art. 14;
- parágrafo único do art. 14;
- alínea f do inciso VIII do art. 19;
- parágrafo único do art. 23;
- § 8º do art. 40;
- art. 49;
- § 1º do art. 49;
- § 2º do art. 49;
- art. 50;
- art. 51;
- § 1º do art. 51;
- § 2º do art. 51;
- art. 52;
- art. 53 e incisos;
- art. 54;
- art. 55 e
- art. 56.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 10 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 1;
- § 2º do art. 1;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º;
- parágrafo único do art. 6º;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 11 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 1990

(Medida Provisória nº 158, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de imposto de importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 9º; e
- inciso III do art. 10.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 12 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 1990

(Medidas Provisórias nºs 160 e 171, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. (Mens. nº 73/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- art. 13;
- parágrafo único do art. 13.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 13 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 1989 (Nº 6.094/85, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. (Mens. 84/90 - CN.)

Prazo: 19-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 14 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -

Código de Processo Civil.
(Mens. nº 90/90-CN.)

Prazo: 19-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 15 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 46, DE 1985
(nº 7.941/86,

na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. (Mens. nº 92/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 16 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 297, DE 1985
(nº 8.604/86,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito. (Mens. nº 93/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 17 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 104, DE 1982
(nº 7/87,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. (Mens. nº 94/90-CN.)

Prazo: 6-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 18 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 33, DE 1987
(nº 1.417/88,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. (Mens. nº 115/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: inciso IX do art. 11;

incisos XIX do art. 11;

inciso III do art. 29;

art. 38.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 19 -

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 64, DE 1983
(nº 1.003/79, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. (Mens. nº 116/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Parte Vetada: art. 5º

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 20 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 289, DE 1979
(nº 7.938/86,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. (Mens. nº 117/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 21 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 17, DE 1988
(nº 3.589/89,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. (Mens. nº 119/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 22 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 36, DE 1982
(nº 8.045/86,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Mens. nº 121/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 23 -

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 36, DE 1990
(Nº 3.158/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1990 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. (Mens. nº 122/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 24 -

PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 32, DE 1988
(nº 1.419/88,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências. (Mens. nº 123/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 25 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. (Mens. nº 126/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: arts. 4º e 11.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 26 -

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. (Mens. nº 128/90-CN)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º com o respectivo anexo;

- § 2º do art. 2º;

- § 2º do art. 6º;

- § 3º do art. 6º;

- art. 22;

- alínea b do inciso I do art. 24;

- alínea b do inciso II do art. 28;

- alínea c do inciso II do art. 28;

- § 2º do art. 31;

§ 4º do art. 31;

- inciso V do art. 37.

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

(68ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 1990 (Publicada no DCN de 10-10-90))

Retificação

Na publicação feita no DCN, de 10-10-90, na página 3906, no cabeçalho da sessão.

Onde se lê:

ATA DA SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1990 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 48ª LEGISLATURA

Leia-se:

ATA DA 68ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1990 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 48ª LEGISLATURA

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: DEPUTADO CID CARVALHO (PMDB/MA)

1º VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOÃO LOBO (PFL/PI)

2º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO ZIZA VALADARES (PSDB/MG)

3º VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA (PDS/PI)

TITULARES

Partido	Parlamentar		UF	GAB	FONE
PMDB	Cid Carvalho	-	CD MA	710	223-7148
	Domingos Juvenil	-	CD PA	702	223-5598
	Genebaldo Correia	-	CD BA	204	223-8643
	Henrique Cardoso Alves	-	CD RN	539	223-3605
	Irapuã Costa Júnior	-	SF GO	16	311-3088/89
	Israel Pinheiro	-	CD MG	540	223-3631
	Ivo Cersósimo	-	CD MS	923	223-9551
	João Calmon	-	SF ES	23	311-3155/56
	João Carlos Bacelar	-	CD BA	827	226-3917
	José Dutra	-	CD AM	943	223-4048
	José Fogaça	-	SF RS	29	311-3076/78
	José Maranhão	-	CD PB	236	223-0643
	Lúcia Vânia	-	CD GO	430	223-3598
	Manoel Moreira	-	CD SP	831	223-5993
	Mansueto de Lavor	-	SF PE	25	311-3182/83
	Márcio Lacerda	-	SF MT	46	311-3029/30
	Marcos Lima	-	CD MG	220	225-1951
	Marcos Queiroz	-	CD PE	458	223-0098
	Mauro Miranda	-	CD GO	335	223-9198
	Nabor Júnior	-	SF AC	22	311-3227/29
	Nilson Gibson	-	CD PE	410	223-9893
	Nyder Barbosa	-	CD ES	213	223-4095
	Renato Vianna	-	CD SC	639	223-3693

Partido	Parlamentar	TITULARES		UF	GAB	FONE
	Ronaldo Aragão	—	SF	RO	37	311-4053/54.
	Ronan Tito	—	SF	MG	09	311-3038/40
	Rospide Netto	—	CD	RS	502	223-3575
	Ruy Bacelar	—	SF	BA	05	311-3160
	Santinho Furtado	—	CD	PR	819	223-3098
	Tidei de Lima	—	CD	SP	328	223-1548
	Ubiratan Aguiar	—	CD	CE	505	223-4843
	Walmor de Luca	—	CD	SC	818	226-6272
PFL						
	Alexandre Costa	—	SF	MA	50	224-7934
	Eraldo Tinoco	—	CD	BA	310	225-1765
	Etevaldo Nogueira	—	CD	CE	603	223-0943
	Ézio Ferreira	—	CD	AM	515	223-7943
	Francisco Dornelles	—	CD	RJ	512	223-4593
	Humberto Souto	—	CD	MG	914	223-0395
	João Alves	—	CD	BA	630	223-0498
	João Lobo	—	SF	PI	15	311-3055/56
	Jorge Bornhausen	—	SF	SC	PRINC	311-3245/47
	José Jorge	—	CD	PE	408	223-9993
	Lourival Baptista	—	SF	SE	56	311-3026/27
	Osvaldo Coêlho	—	CD	PE	444	223-6845
	Paes Landim	—	CD	PI	560	223-9484
	Salatiel Carvalho	—	CD	PE	937	226-3757
	Simão Sessim	—	CD	RJ	709	223-8348
	Victor Fontona	—	CD	SC	418	223-9395
PSDB						
	Aécio Neves	—	CD	MG	648	223-2298
	Chagas Rodrigues	—	SF	PI	17	311-3167/68
	Darcy Deitos	—	CD	PR	576	225-4576
	Márcio Berezoski	—	SF	SC	07	311-3170/80
	Teotônio Vilela Filho	—	SF	AL	08	311-4093/94
	José Serra	—	CD	SP	407	223-6395
	Maria de Lourdes Abadia	—	CD	DF	223	224-2893
	Saulo Queiroz	—	CD	MS	362	223-9589
	Virgildásio de Senna	—	CD	BA	214	223-6843
	Ziza Valadares	—	CD	MG	243	223-2890
PDT						
	César Maia	—	CD	RJ	521	223-2340
	Gonzaga Patriota	—	CD	PE	846	223-9493
	Lúcio Alcântara	—	CD	CE	738	223-6943
	Mário Maia	—	SF	AC	35	311-3148/49
	Miro Teixeira	—	CD	RJ	272	224-0310
PDS						
	Darcy Pozza	—	CD	RS	530	223-6498
	Felipe Mendes	—	CD	PI	344	223-2993
	Jorge Arbage	—	CD	PA	534	223-9643
	José Luiz Maia	—	CD	PI	640	223-4398
	Roberto Campos	—	SF	MT	08	311-4059/60
PRN						
	Basílio Villani	—	CD	PR	634	223-9386
	José Carlos Vasconcelos	—	CD	PE	915	226-5712
	João Castelo	—	SF	MA	09	311-4073/74
	Renato Johnsson	—	CD	PR	513	223-8845
PTB						
	Carrel Benevides	—	CD	AM	730	223-3545
	Fábio Raunheitti	—	CD	RJ	628	223-5593

Partido	Parlamentar	TITULARES		UF	GAB	FONE
PT	Lourenberg Nunes Rocha	—	SF	MT	30	311-3035/36
	Féres Nader	—	CD	RJ	813	223-6548
PL	Irma Passoni	—	CD	SP	237	223-4845
	João Paulo	—	CD	MG	384	223-8095
PDC	José Geraldo	—	CD	MG	226	226-0909
	José Luiz de Sá	—	CD	RJ	276	225-3120
PSB	Gidel Dantas	—	CD	CE	535	223-3525
	Moisés Abrão	—	SF	TO	07	311-3136
	Roberto Balestra	—	CD	GO	262	223-3993
PC do B	Abigail Feitosa	—	CD	BA	507	223-2643
	Manuel Domingos	—	CD	PI	475	225-2737
SUPLENTE						
PMDB	Cid Sabóia de Carvalho	—	SF	CE	38	311-3058/60
	Délio Braz	—	CD	GO	962	223-4498
	Djenal Gonçalves	—	CD	SE	946	223-4693
	Haroldo Sabóia	—	CD	MA	660	223-8493
	Jovani Masini	—	CD	PR	662	223-5148
	Mauro Benevides	—	SF	CE	33	311-3194/95
	Ruy Nedei	—	CD	RS	283	226-2288
	Severo Gomes	—	SF	SP		311-32-15/16
	Vago	—	CD			
	Vago	—	CD			
	Átila Lyra	—	CD	PI	654	223-5545
	Furtado Leite	—	CD	CE	406	223-1743
PSDB	Jofran Frejat	—	CD	DF	321	226-2192
	José Queiroz	—	CD	SE	544	226-2977
	Odacir Soares	—	SF	RO	31	224-7434
	Anna Maria Rattes	—	CD	RJ	724	223-5893
PDS	Francisco Küster	—	CD	SC	715	223-2198
	Pompeu de Sousa	—	SF	DF	21	311-4229/30
PDT	Telmo Kirst	—	CD	RS	424	223-3198
	Roberto D'Ávila	—	CD	RJ	832	223-3843
PRN	Fausto Rocha	—	CD	SP	939	226-2897

Partido	Parlamentar	TITULARES		UF	GAB	FONE
PTB	José Egreja	—	CD	SP	842	223-8945
PL	Sérgio Werneck	—	CD	MG	207	223-4148
PT	Vladimir Palmeira	—	CD	RJ	379	225-4664
PDC	Miraldo Gomes	—	CD	BA	882	223-4543
	Mauro Borges	—	SF	GO	05	311-3173/74
PSB	Jamil Hadadad	—	SF	RJ	18	226-4693

Secretária: Hilda de Sena Correa Wiederhecker
Endereço: Sala 16 — Anexo II — Câmara dos Deputados
Fones: 311-6938/6939/6940 (Secretaria)
223-2945 (Presidente)
311-6937/6941/6942/6943
Assessoria: Dr. Luis Vasconcelos (CD) — 311-6682
Dr. José Carlos A. Santos (SF) — 311-3318

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES À VENDA

CÓDIGO CIVIL — Anteprojetos

Volume 1 — Anteprojeto de Código das Obrigações — Parte Geral — *Orosimbo Nonato*
— *Philadelpho Azevedo* — *Hahnemann Guimarães*

— Anteprojeto de Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas — *Haroldo Valladão*

Volume 2 — Anteprojeto de Código Civil — *Orlando Gomes*

Anteprojeto de Código Civil — revisto

Volume 3 — Anteprojeto de Código de Obrigações — *Caio Mário da Silva Pereira* —
Sylvio Marcondes — *Theophilo de Azeredo Santos*

Volume 4 — Projetos do Governo Castello Branco:

— Projeto de Código Civil (PL nº 3263/65)

— Projeto de Código de Obrigações (PL nº 3264/65)

Volume 5

Tomo 1 — Anteprojeto de Código Civil — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves*
— *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun*
— *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

Tomo 2 — Anteprojeto de Código Civil — revisto — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves* — *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun* — *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

— índice temático comparativo (volumes 1 a 5)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar
— Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Cretella Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnoldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistêmica — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituído do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Ada Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luís Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lins da Silva Colucci e Maria Regina Caffaro Silva**

Decreto-Lei nº 201/67: jurisdicionalização do processo ou liberdade procedimental? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Ramalheira**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Saldanha**

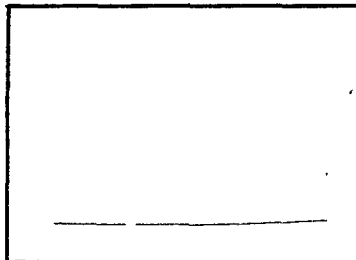
Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barbosa**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Boaventura**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascensão**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I,
22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579



Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 98

(abril a junho de 1988)

Está circulando o nº 98 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 466 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Centenário da Abolição da Escravatura

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Comemoração do centenário da Abolição

COLABORAÇÃO

Aspectos econômicos do processo abolicionista — *Mircea Buescu*

A família na Constituição — *Senador Nelson Carneiro*

Fonte de legitimidade da Constituinte — *Geraldo Ataliba*

A Constituição e o caso brasileiro — *Eduardo Silva Costa*

A vocação do Estado unitário no Brasil — *Orlando Soares*

Da arbitragem e seu conceito categorial — *J. Cretella Júnior*

O juízo arbitral no direito brasileiro — *Clóvis V. do Couto e Silva*

Grupo econômico e direito do trabalho — *Paulo Emilio R. de Vilbena*

Hacia el abolicionismo de la sanción capital en España — *Antonio*

Beristain

As cláusulas contratuais gerais, a proteção ao consumidor e a lei portuguesa sobre a matéria — *Francisco dos Santos Amaral Neto*

Delineamentos históricos do processo civil romano — *Sílvio Meira*

O destinatário do sistema brasileiro de patentes — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*

A política de informática e a Lei nº 7.646, de 18-12-87. — *Antônio Chaves*

A lei do *software* — *Carlos Alberto Bittar*

ARQUIVO

Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea — A grande trilogia abolicionista — *Branca Borges Góes Bakaj*

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1988
(nº 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 101

(Janeiro a Março de 1989)

Está circulando o nº 101 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 332 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

O Processo Legislativo nas Constituições Federais brasileiras — *Raul Machado Horta*

O Poder Legislativo na nova Constituição brasileira — *Senador Irapuan Costa Junior*

O Supremo Tribunal Federal na nova Constituição — *Ministro Sydney Sanches*

A Justiça Militar na nova Constituição brasileira — *Antônio Geraldo Peixoto*

As relações internacionais na ordem constitucional — *Paulo Roberto de Almeida*

Da competência internacional da Justiça do Trabalho — *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Competência legislativa concorrente dos Estados-Membros na Constituição de 1988 — *Paulo Luiz Neto Lobo*

O Poder Legislativo, temporalidade e espaciologia — *Paulo Jacques*

Constituição: uma tentativa de compreensão — *José Roberto Fernandes Castilho*

Mandado de injunção e inconstitucionalidade por omissão — *Adhemar Ferreira Maciel*

O Poder Legislativo e o Direito de Autor — *Carlos Alberto Bittar*

Fiscalização e controle do Executivo pelo Legislativo — *Rosinethe Monteiro Soares*

Sistemas constitucionais estrangeiros e órgãos de controle financeiro e orçamentário — *Vitor Rolf Laubé*

Fundações Públicas — *Maria Sylvia Zanella Di Pietro*

O regime de acumulação na Constituição de 1988 — *Corsíndio Monteiro da Silva*

Juizado de instrução — *Álvaro Lazzarini*

Desporto constitucionalizado — *Álvaro Melo Filho*

Os efeitos da conversão sobre a economia brasileira e o mercado de capitais —
Balanço de um semestre — *Arnoldo Wald*

Cláusulas de Jurisdicción y Legislación aplicable en los contratos de endeudamiento
externo de los Estados Latinoamericanos — *Jürgen Santleben*

No Centenário da República: um balanço econômico — *Mircea Buescu*

PUBLICAÇÕES

— Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência ECT do Senado — CGA 470775.

Assinatura para 1989
(nºs 101 a 104):

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal, em virtude de preço das publicações desta Subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS